



LIVRO DA CONFEDISP

Integralidade & Participação Social



LIVRO DA CONFEDISP

Integralidade & Participação Social





Governador do Distrito Federal
IBANES ROCHA BARROS JÚNIOR

Vice-Governadora do Distrito Federal
CELINA LEÃO HIZIM FERRERA

Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
SAUDRO TORRES AVELAR

Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
ANA PAULA BARROS HABKA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF
SAUDRO GOMES SANTOS DA SILVA

Director-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran
TAKANE INOYOTSUKA DONASCIMENTO

Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
JOSE WENICA DE CARVALHO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária - SEAPE
WENDERSON SOUZA E TELES

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente
SANDRO TORRES AVELAR

Vice-Presidentes
ALEXANDRE REBELO PATURY
BLIANA ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA

Secretário-Geral
THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA

Coordenadora-Geral
JASIEL TAVARES FERNANDES (TITULAR)
DANIELE DE SOUSA ALCANTARA
ALINE PEREIRA LEANDRO

CHEFE DAS DELEGAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

SSP
Bilmar Angelis (titular)
Jasiel Tavares Fernandes (suplente)

CBMDF
Bivio Murilo Nunes Pereira (titular)
Digenice Alves Da Quinta (suplente)

DETRAN
Hugo Fernando Figueiredo Santos (titular)
Carolina Rodrigues Kohrausch (suplente)

PCDF
Viviane da Cunha Bonato (titular)
Yuri Santana de Brito Rocha (suplente)

PMDF
Marcos Vinícius da Silva Antunes (titular)
Juvenildo dos Santos Carneiro (suplente)

SEAPE
Wenderson Souza e Teles (titular)
Alex Fernandes Rocha (suplente)

SUBCOORDENAÇÃO DE METODOLOGIA
Arthur Henrique Assunção Magalhães

Daniela de Sousa Alcântara
Cristiane de Almeida Cunha Sousa
Fabrício Senna da Costa
Luana Moreira dos Santos
Rafael Sampaio
Kelly Soares Vieira Martins

SUBCOORDENAÇÃO DE CERIMONIAL
Mônica Mesquita Miranda (coordenadora)
Adriana Augusta dos Santos Pinho
Hávio Luis Castiglioni
Larissa Cristiane de Jesus
Tatiana Vieira Caffre
Thiago de Oliveira
Vinícius Flauz Dumas
Wellington Silveira Simões

SUBCOORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
Mauro Márcio Figueiredo da Oliveira (coordenador)
Adriana Augusta dos Santos Pinho
André Luiz Costa Rodrigues Felícioa
Brandon Gabriel Gomes Cosmo
Marcelo Macedo Klotz
Weribert Lima Silva

SUBCOORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA
Aline Pereira Leandro (coordenadora)
Ana Carolina Perucci Moreira
Andréa Rego Palm
Douglas Wilian Barbosa Moreira
Isa Paula Corrêa Guimarães
José Antônio de Almeida Ricardo
José Mundim Júnior
Luiz Cleudio Rosa Filho
Rodrigo Augusto do Nascimento

SUBCOORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
Aline Pereira Leandro (coordenadora)
Gleison Bezerra de Lima
Gustavo Dias de Oliveira Júnior
Luiz Eduardo da Silva Miranda

SUBCOORDENAÇÃO
Conselhos comunitários de Segurança Pública no Distrito Federal
Petrônio de Jesus (coordenador)
Rafael Jason de Souza da Silva Ferro

SUBCOORDENAÇÃO DE CONTRATOS
Frank Wellmann Amaral Pires (coordenador)
Adriane Coddio Soares
Andréa Pereira de Moraes Silva
Joacir de Oliveira Santos
Luana Moreira dos Santos
Luiz Fernando Ramos Aguiar
Grayvel Wistemann Cunha Sousa
Marcelo Vinícius Cássio Lima Mororó
Nelson de Oliveira
Pedro Alves Coddio de Mesquita

SUBCOORDENAÇÃO DE PARCERIAS E ARTICULAÇÕES
Alexandre Lima Ferro (coordenador)
Larissa Tâmara de Sousa Martins

COORDENAÇÃO E CONTEÚDO DO RELATÓRIO FINAL
Essência Processos Participativos
Tatiana Espíndola
Henrique Santana
Júlio Almeida
Francisco Guilherme Lima Macedo
Eduardo Rombauer
Lea Matiz

LIVRO DA CONFEDISP

Integralidade & Participação Social



SUMÁRIO

Apresentação	11
01. Contextualização da Segurança Pública no Distrito Federal	16
1.1. Caminhos da Segurança no DF: Evolução, Participação Social e a Construção de uma Segurança Integral	18
1.2. Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal	20
1.3. Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP)	22
1.4. Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral	24
1.5. Marcos institucionais referenciais para a 1ª Confedisp	26
02. 1ª Confedisp: Preparação, elementos norteadores e etapas constituintes	30
2.1. Organização e Coordenação	31
2.2. Regimento Interno	32
2.3. Elementos norteadores	34
2.3.1. Objetivo Geral	34
2.3.2. Objetivos Específicos	34
2.3.3. Temário	35
2.4. Metodologia e seus antecedentes	39
2.5. Etapas constituintes	41
2.5.1. Fluxograma do Processo	41
2.5.2. Etapa Preparatória	42
2.5.2.1. Conferências Regionais	42
2.5.2.2. Eventos Virtuais	43
2.5.3. Etapa Distrital	44
03. Os Resultados da Confedisp	49
3.1. Iniciativas por Macrotema e Tema	50
3.1.1. Macrotema 1: Prevenção, Segurança e Cidadania (PSC)	50
3.1.2. Macrotema 2: Enfrentamento qualificado da criminalidade (EQC)	60
3.1.3. Macrotema 3: Preservação da incolumidade (PI)	71
3.1.4. Macrotema 4: Governança e Gestão (GT)	75
3.1.5. Macrotema 5: Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento (GQPC)	79
3.2. Lista das 98 iniciativas de maior prioridade	83
3.3. Iniciativas transversais em relação aos temas	93
3.4. Agrupamento das Iniciativas por Área de Negócio	104
Apontamentos finais	136
Referências	138
Anexos – Documentos de Referência	140
Anexo I – Referencial de Legislações publicadas	140
Anexo II – Cadernos da Conferência: Texto Base, Caderno Temático e Caderno de Propostas	140

LISTA DE FIGURAS

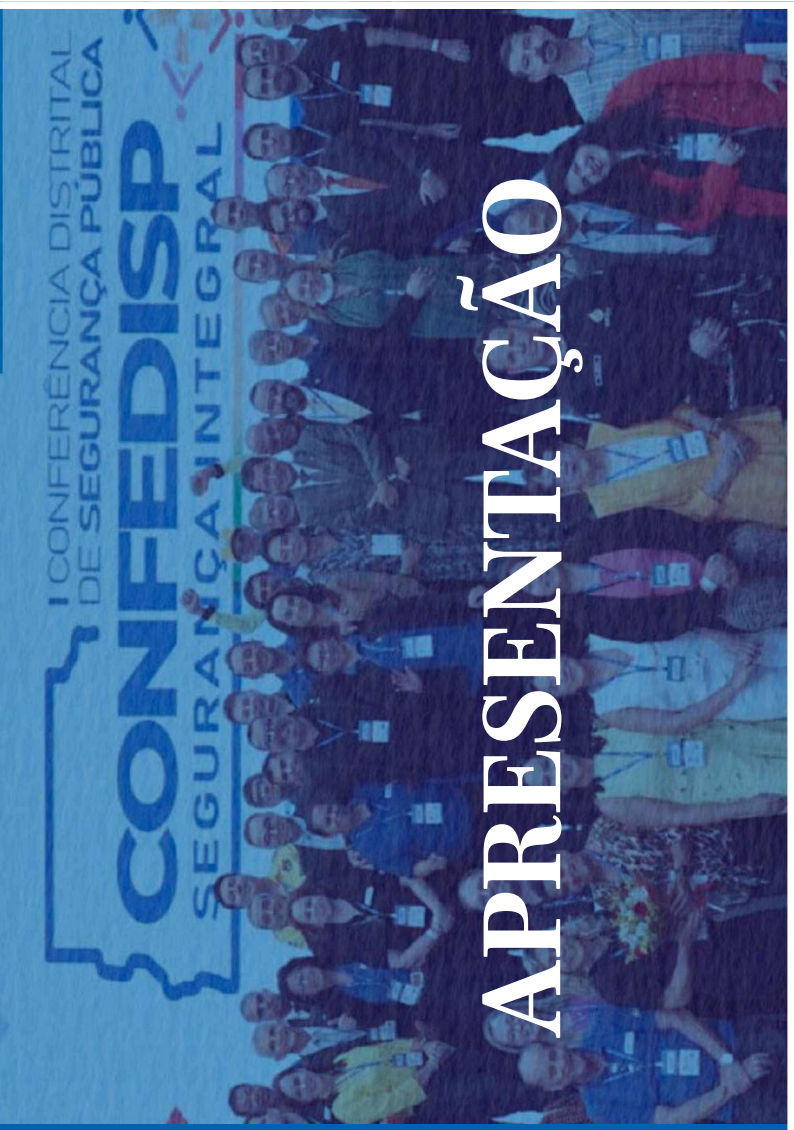
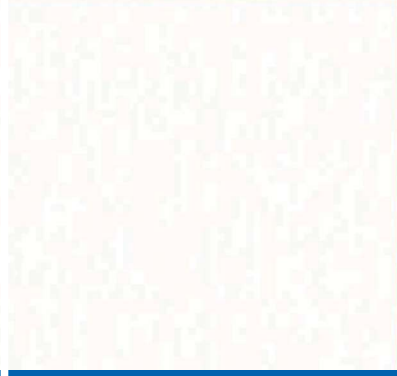
- Figura 1 – Objetivos, estratégias e iniciativas alcançadas
- Figura 2 – Fluxograma do Processo da 1ª Confedisp
- Figura 3 – Números da Confedisp

LISTA DE QUADROS E TABELAS

- Tabela 1 – Variação dos Crimes Contra o Patrimônio no DF (2023/2024)
- Quadro 2 – Marcos normativos da segurança pública
- Quadro 3 – Macrotemas e temas da 1ª Confedisp
- Quadro 4 – Informações sobre as Conferências Regionais
- Quadro 5 – Tema 1: Prevenção criminal e vulneráveis 01
- Quadro 6 – Tema 2: Prevenção criminal e vulneráveis 02
- Quadro 7 – Tema 3: Segurança e educação
- Quadro 8 – Tema 4: Desaparecimento de pessoas
- Quadro 9 – Tema 5: Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)
- Quadro 10 – Tema 6: Pessoas em Situação de Rua
- Quadro 11 – Tema 7: Segurança rural
- Quadro 12 – Tema 8: Ordem pública e tranquilidade
- Quadro 13 – Tema 9: Ordem pública e a ocupação do espaço
- Quadro 14 – Tema 10: Crimes contra a mulher
- Quadro 15 – Tema 11: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)
- Quadro 16 – Tema 12: Crimes Contra o Patrimônio (CCP)
- Quadro 17 – Tema 13: Organizações criminosas
- Quadro 18 – Tema 14: Inteligência de segurança pública
- Quadro 19 – Tema 15: Polícia técnica
- Quadro 20 – Tema 16: Subnotificação e Investigação Criminal
- Quadro 21 – Tema 17: Sistema prisional
- Quadro 22 – Tema 18: Manifestações e eventos particulares em espaços públicos
- Quadro 23 – Tema 19: Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública
- Quadro 24 – Tema 20: Atendimento emergencial
- Quadro 25 – Tema 21: Crimes cibernéticos (cibercrimes)
- Quadro 26 – Tema 22: Defesa Civil
- Quadro 27 – Tema 23: Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros
- Quadro 28 – Tema 24: Segurança e Meio ambiente
- Quadro 29 – Tema 25: Segurança viária
- Quadro 30 – Tema 26: Participação da sociedade na segurança pública
- Quadro 31 – Tema 27: Atuação integrada
- Quadro 32 – Tema 28: Governança ("ESG"), transparência e
- Quadro 33 – Tema 29: Modernização e reaparelhamento
- Quadro 34 – Tema 30: Capacitação e produção de conhecimento
- Quadro 35 – Tema 31: Qualidade de vida, valorização e
- Quadro 36 – Tema 32: Qualidade de vida, valorização e
- Quadro 37 – Iniciativas mais pontuadas na 1ª Confedisp, por tema

- Quadro 38 – Iniciativas Transversais – Conjunto 0
- Quadro 39 – Iniciativas Transversais – Conjunto 1
- Quadro 40 – Iniciativas Transversais – Conjunto 2
- Quadro 41 – Iniciativas Transversais – Conjunto 3
- Quadro 42 – Iniciativas Transversais – Conjunto 4
- Quadro 43 – Iniciativas Transversais – Conjunto 5
- Quadro 44 – Iniciativas Transversais – Conjunto 6
- Quadro 45 – Iniciativas relacionadas à Capacitação
- Quadro 46 – Iniciativas relacionadas à Comunicação e Participação Social
- Quadro 47 – Iniciativas relacionadas às Finanças
- Quadro 48 – Iniciativas relacionadas à Gestão
- Quadro 49 – Iniciativas relacionadas à Legislação
- Quadro 50 – Iniciativas relacionadas a Políticas e Planos
- Quadro 51 – Iniciativas relacionadas a Processos, protocolos e procedimentos
- Quadro 52 – Iniciativas relacionadas à Produção de conhecimento em Segurança Pública
- Quadro 53 – Iniciativas relacionadas à Qualidade de Vida no Trabalho – QVT
- Quadro 54 – Iniciativas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação
- Quadro 55 – Iniciativas relacionadas a órgãos não integrantes da Segurança Pública

- 23
- 41
- 45
- 19
- 27
- 36
- 42
- 51
- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61
- 62
- 63
- 64
- 64
- 65
- 66
- 67
- 68
- 69
- 70
- 71
- 72
- 73
- 74
- 75
- 76
- 77
- 78
- 79
- 81
- 82
- 84



APRESENTAÇÃO

Palavras do Coordenador da
Primeira Conferência Distrital
de Segurança Pública do DF

A 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública do DF (Confedis) materializa o resultado de um planejamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal que teve início em abril de 2023. Como avaliar as atuais políticas de segurança pública do DF apresentadas pelo Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social como instrumento diretivo? Como saber se a função de concretizar os objetivos da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social está sendo atendida? Assim nasce o projeto de realizar uma conferência de segurança pública no DF.

A coordenação para que o evento ocorresse no ano de 2024 demonstrou-se um desafio complexo, tanto pela metodologia definida para a realização do evento como pela necessidade de desenvolvimento de frentes distintas de trabalho, por parte da SSP/DF. Como resultado, a Confedis foi composta por etapas preparatórias nas quatro Regiões Integradas de Segurança Pública do DF: Metropolitana, Oeste, Leste e Sul. Também foram realizadas duas etapas virtuais e treinamentos para a organização e equipes de delegações que tiveram um papel fundamental na Conferência. E finalmente, a 1ª Confedis apresentou uma etapa distrital entre os dias 26 e 28 de novembro de 2024, resultado das sugestões apresentadas nas fases anteriores e que, em três dias de discussões, reflexões e construção coletiva, culminou no registro de temas fundamentais para a segurança pública do DF.

Todas as etapas da 1ª Confedis foram especiais e refletiram a vontade de reunir diversos atores sociais no mesmo espaço para promover uma escuta sobre como podemos melhorar a segurança no DF, mas também como podemos pactuar ações que apresentem resultados positivos para a sociedade.

APRESENTAÇÃO

Palavras do Secretário de
Estado de Segurança Pública
do Distrito Federal

A proposta de realização da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública (Confedis) teve origem no importante gerenciamento e governança do Plano Distrital de Segurança Pública - PDISP, funcionando como instância de consulta e participação social, conforme previsto na Lei Federal nº 13.675/2018, Leis Distritais nº 6.430/2019 e 6.456/2019 e no Decreto Distrital nº 42.831/2021.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal tem priorizado o diálogo e participação social para planejar, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas para a segurança no DF. Neste contexto, foi planejada a 1ª Confedis, com o caráter inovador de apresentar a integralidade social, na ótica do Programa DF Mais Seguro - Segurança Integral, publicado pelo Decreto GDF nº 45.165/23.

O exercício da segurança pública é destacado como algo que transcende o controle do crime para abordar as causas e as consequências da criminalidade, da violência e da segurança, promovendo-a por meio da articulação e atuação conjugada, mediante eixos de segurança que priorizam projetos, ações e serviços para a manutenção da ordem pública. Desse modo, a 1ª Confedis aborda um contexto multifatorial da criminalidade, além da sua capacidade de impactar e ser impactada por outros indicadores sociais e suas oscilações.

Considera-se, portanto, para efetividade da sensação de segurança da população, ser fundamental o fortalecimento de ações de segurança por meio das interações de fatores relativos ao indivíduo, ao ambiente e ao social, e realizando a articulação entre a sociedade civil, os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), o setor produtivo, os órgãos governamentais e não governamentais, a imprensa e as instituições acadêmicas, além da

sinergia e conjugação de diferentes políticas públicas. Em suma, é a segurança de todos para todos.

Cada pessoa que esteve conosco nas diversas fases da 1ª Confedis deu voz às diversas demandas para melhorias na segurança pública, possibilitando importantes momentos de troca, reflexão, elogios e registros muito especiais de todo este processo.

Os temas debatidos proporcionaram um envolvimento dos participantes e apresentaram ao Distrito Federal todo o trabalho que a SSP/DF tem desenvolvido para atender as necessidades cada vez mais prementes da comunidade em seus diversos espaços. Cada fala, cada priorização, cada sugestão, cada emoção e cada presença fizeram da 1ª Confedis um evento histórico no DF e que servirá como inspiração para o Brasil. A SSP/DF convidou toda a sociedade para ser parte da promoção de uma segurança pública em torno da democracia.

Após este trabalho, tornou-se possível realizar um diagnóstico direto dos desafios para a segurança pública no DF, reunir dados para o debate, traçar perspectivas para soluções integradas e reafirmar importantes políticas que vêm sendo desenvolvidas pela SSP/DF, as quais têm garantido um DF mais seguro e a proteção de grupos em situação de vulnerabilidade. Pensar a segurança da população requer uma abordagem integrada, estratégica e baseada em evidências. A Confedis também permitiu a ampla divulgação do Plano Distrital de Segurança Pública (PDISP) com suas estratégias e iniciativas voltadas ao estabelecimento de objetivos claros e mensuráveis para reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança.

Assim, apresenta-se este documento como materialização da nossa 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública, numa construção coletiva de discernimentos para aperfeiçoar e fortalecer a segurança no DF.

Sandro Torres Avelar
Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e Presidente da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública

O espaço da conferência oportunizou a reunião de importante diversidade de cidadãos, onde os temas apresentados eram debates de forma estruturada e democrática, com as dinâmicas das salas de trabalho sendo movimentadas por vozes da comunidade, das organizações sociais, de profissionais da segurança pública, de organizações do governo e de todos que puderam estar conosco.

Embora o evento tenha apresentado prioridades para a segurança pública do DF, cada fala, registro e demanda foram recebidos e tratados de forma atenta, pois se tratava de um espaço para todos e construído de forma coletiva.

A 1ª Confedis tornou-se, portanto – seja pelo seu planejamento, seja pelo desafio de reunir representações importantes para a validação de políticas de segurança pública – a construção de soluções mais eficazes, democráticas e inclusivas para um DF mais seguro. A ampliação da participação social trouxe para o evento debates amplos e representativos, com maior acessibilidade para a população.

Assim, ao final do evento, depois de um caminho longo, a imagem era de uma segurança pública fortalecida pelo comprometimento de cada representante em contribuir para a promoção da segurança, bem como era possível perceber amizades que se formaram e um engajamento social voltado ao aperfeiçoamento – ou mesmo à manutenção – das ações em torno das temáticas dialogadas, objetivando um DF MAIS SEGURO.

Jasiel Tavares Fernandes
Subsecretário de Integração de Políticas em Segurança Pública | Coordenador da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública



Contextualização da Segurança Pública no Distrito Federal

A Constituição Federal de 1988 trata da Segurança Pública no Capítulo III do Título V – voltado à Defesa do Estado e das Instituições Democráticas –, e dispõe no § 7º do art. 144 que a “*lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades*”. Para garantir o cumprimento deste preceito constitucional, foi publicada a Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, entre outras providências, criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

A PNSPDS, por sua vez, estabeleceu, entre outros aspectos, princípios, diretrizes e objetivos que se voltam à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, o que se torna viável a partir do estabelecimento das diretrizes da política nacional, permitindo ao Distrito Federal – bem como aos Estados e aos Municípios – a elaboração da sua política de segurança pública, com especial atenção à análise e enfrentamento dos riscos atinentes à harmonia da convivência social. Estes aspectos, inclusive, foram destacados na proposta normativa distrital e consubstanciados em três eixos norteadores: (i) **integração e tecnologia**; (ii) **transparência, participação social e proteção de grupos vulneráveis**; e (iii) **valorização do profissional de segurança pública**.

Entretanto, torna-se importante destacar que, mesmo antes deste importante marco estabelecido pela PNSPDS, a segurança pública do Distrito Federal já vem concretizando e aprimorando processos de aperfeiçoamento de gestão e governança ao longo dos últimos anos, impulsionados por programas estratégicos que buscam a redução da criminalidade e a promoção da ordem pública.

Voltando a atenção para a segurança pública distrital, torna-se interessante explicar que a Secretaria

de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) teve sua origem vinculada à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), por meio da Divisão de Segurança Pública (DSP), criada durante a construção de Brasília (1956-1960), com atribuições voltadas à proteção patrimonial e à manutenção da ordem social na Cidade Livre. Posteriormente, pela Lei nº 2.364, de 9 de dezembro de 1958, foi instituído, em caráter temporário, o Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB), inicialmente vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e, após a inauguração da nova capital, transferido para o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No período dos governos militares, pós-1964, a administração da segurança pública passou a ser atribuição da Prefeitura do Distrito Federal.

Assim, em 13 de março de 1967, com a publicação do Decreto-Lei nº 315, formalizou-se a criação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, assumindo integralmente as atividades de segurança pública, incluindo policiamento ostensivo, judiciário e técnico, administração de unidades prisionais, além de competências relacionadas à engenharia de trânsito, registro, licenciamento de veículos e fiscalização de trânsito. A atual configuração institucional da SSP/DF é regida pelo Decreto Distrital nº 40.079, de 04 de setembro de 2019, incluindo a Polícia Militar (PMDF), o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF), a Polícia Civil (PCDF), o Departamento de Trânsito (DETRAN/DF) e a Casa Militar do Distrito Federal, bem como os órgãos colegiados de caráter consultivo e deliberativo. O Sistema Penitenciário do Distrito Federal (SPDF), subordinado à SSP/DF até 2020, ficando, desde então, sob a coordenação da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAPE/DF), conforme Decreto Distrital nº 40.833, de 26 de maio daquele ano.



1.1 Caminhos da Segurança no DF: Evolução, Participação Social e a Construção de uma Segurança Integral

A política de segurança pública do Distrito Federal tem evoluído de forma significativa nos últimos anos, sobretudo na gestão estratégica das instituições que compõem o setor. Esse avanço é refletido no aprimoramento contínuo dos processos de planejamento, execução, controle e avaliação das ações, bem como no fortalecimento da governança por meio da adoção de normas, práticas e políticas que garantem maior transparência, eficiência e responsabilidade junto à sociedade. Nesse contexto, a segurança pública passou a ser conduzida de maneira mais integrada e participativa, envolvendo diversos órgãos e setores e valorizando a contribuição das comunidades locais na identificação de prioridades e soluções compartilhadas.

Em 2012, com a reestruturação da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) e o início de uma nova gestão orientada por evidências, foi implementado um modelo de articulação interinstitucional entre os órgãos de segurança, voltado para a cooperação técnica e operacional na prevenção e no enfrentamento da violência. Esse modelo promoveu a atuação coordenada entre a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, impactando diretamente na proteção da população. A partir dessa integração, consolidou-se um novo enfoque na gestão

da segurança, com a adoção de ações baseadas em dados e evidências, que possibilitaram maior precisão na identificação de problemas, melhor direcionamento dos recursos e maior efetividade nas intervenções. Já no primeiro ano dessa atuação coordenada houve uma queda de 32% nos latrocínios e 12% nos homicídios (SSP/DF, 2025)¹. Desde então, o Distrito Federal tem alcançado resultados consistentes na redução da criminalidade.

Com a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o Governo do Distrito Federal instituiu, por meio da Lei Distrital nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019, a nova Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social. Em seguida, foi elaborado o **Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP) 2022-2031**, por meio do Decreto Distrital nº 42.831, de 17 de dezembro de 2021, que estabeleceu metas claras para a redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Contra o Patrimônio (CCP).

O novo **PDISP** consolidou a eficácia da política de segurança pública do Distrito Federal ao longo dos anos, com resultados cada vez mais expressivos. Entre os destaques, registrou-se uma redução da taxa de CVLI de 33,34 por 100 mil habitantes em 2012 para 8,4 por 100 mil habitantes em 2024, além de uma queda de 47,6% nos crimes contra o patrimônio entre 2012

e 2024 (SSP/DF, 2025). Tais resultados refletem não apenas a ação efetiva dos órgãos de segurança, mas também a adoção de práticas baseadas em evidências, no uso da tecnologia e no envolvimento da sociedade civil na construção de ambientes urbanos mais seguros.

Com o objetivo de fortalecer ainda mais as estratégias de prevenção e governança, o programa DF Mais Seguro – Segurança Integral foi instituído pelo Decreto nº 45.165/2023. Essa iniciativa representa um avanço na consolidação de um modelo de segurança integral, que reconhece a complexidade dos fatores que influenciam a criminalidade e busca enfrentá-los de maneira articulada, preventiva e inclusiva. Ao ir além do enfrentamento direto à criminalidade, o programa abrange as causas estruturais da violência e promove ações que integram segurança pública, cidadania e desenvolvimento social.

Estruturado nos eixos Cidade Mais Segura, Escola Mais Segura, Mulher Mais Segura, Cidadão Mais Seguro, Servidor Mais Seguro e Campo Mais Seguro, o programa propõe ações intersetoriais e adaptadas aos diferentes contextos do Distrito Federal. A proposta de segurança integral prevê a atuação conjunta dos órgãos de segurança com outras áreas do governo e com a sociedade civil, promovendo a corresponsabilidade e o engajamento comunitário na construção de territórios mais seguros. A participação da população, por meio de conselhos, fóruns e canais de escuta ativa, tem sido valorizada como elemento estruturante das políticas públicas, o que assegura que as ações estejam alinhadas às necessidades reais das comunidades. O modelo de gestão integrado e voltado à segurança integral tem apresentado resultados concretos. Em 2024, conforme levantamento da Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI/SSP), foi registrada uma redução significativa nos Crimes Contra o Patrimônio – CPP, conforme demonstrado na **Tabela 1**:

Tabela 1 – Variação dos Crimes Contra o Patrimônio no DF (2023/2024)

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - CPP			
CRIMES	ANO 2023	ANO 2024	VARIAÇÃO
Roubo a transeunte	12.781	10.659	-16,6
Roubo a veículo	1.291	1.018	-21,1
Roubo em coletivo	436	222	-49,1
Roubo em comércio	481	343	-28,7
Roubo em residência	219	156	-28,8
Furto em veículo	7.231	6.706	-7,3
TOTAL DE CPP	22.439	19.104	-14,9

Fonte: SSP/DF (2025).

No que diz respeito aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), o mesmo levantamento aponta redução de 11,5% nos casos de homicídio, 25,8% nos feminicídios e 55,5% nos latrocínios, entre 2023 e 2024. Esses resultados evidenciam o êxito das políticas pautadas na segurança integral, que priorizam a integração entre os órgãos de segurança, o uso de tecnologia, a prevenção qualificada e, principalmente, a valorização da participação comunitária.

A evolução das estratégias de segurança pública no Distrito Federal revela uma mudança de paradigma: de ações isoladas e reativas para uma abordagem mais integral, eficiente, transparente e participativa. A adoção de programas integrados, baseados em evidências e construídos com o apoio da sociedade civil,

demonstra que o enfrentamento da violência requer um pacto coletivo por uma cidade mais justa e segura. A realização da **1ª Conferência Distrital de Segurança Pública** reforçou esse compromisso, ao consolidar espaços de escuta e deliberação com a população. Ademais, vale destacar que os avanços obtidos correm de um conjunto articulado de instrumentos de governança, planejamento e participação social. Nesse cenário, a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP) 2022-2031 e o programa DF Mais Seguro – Segurança Integral consolidam os pilares de uma política pública moderna, centrada na prevenção, na eficiência institucional e na promoção de uma cultura de paz.

¹ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (SSP/DF). *Informações Estatísticas nº. 004/2025 – COOAFESP/SGI. Processo SEI 0005600001263/2025 – GTCONFEDISP/SGI/SSP/DF, 2025.*

1.2 Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal

A Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social foi instituída a partir da Lei Distrital nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019, com a finalidade de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social do Distrito Federal, em articulação com a sociedade. Ademais, como já demonstrado, a Política Distrital é orientada pelos preceitos da Política Nacional, estabelecida na Lei Federal nº 13.675/2018.

Destaca-se na Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, logo em seu início, a abrangência voltada a todas as áreas do serviço público, e não apenas aos órgãos cujas atividades finalísticas são relacionadas à segurança pública. Por outro lado, os órgãos integrantes da segurança pública do Distrito Federal são citados nominalmente, cabendo destacar:

01 Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF): órgão central e integrador da política de segurança pública, responsável pela formulação de diretrizes e políticas governamentais na área, pela promoção, coordenação e execução de programas, projetos e ações, bem como pela supervisão do emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e do DETRAN/DF, entre outras atribuições (Decreto Distrital nº 40.079/2019).

Sua estrutura inclui a Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, responsável pela formulação de diretrizes e políticas governamentais voltadas ao planejamento, coordenação e execução de ações preventivas, de socorro, assistenciais, recuperativas e outras de De-

fesa Civil. Ademais, são também vinculados à SSP/DF os órgãos de deliberação coletiva, especificamente os Conselhos Superior de Informações e Operações de Segurança Pública (CONSIOP), de Trânsito do DF (CONTRAN/DIFE) e o de Corregedorias;

02 Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF): instituição à qual compete o planejamento, coordenação e direção da execução da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, atuando de maneira preventiva, como força de dissuasão, e de maneira repressiva quando da incidência da perturbação da ordem pública, realizando o atendimento emergencial e seu registro e exercendo o poder de polícia administrativa, entre outras atribuições previstas nas normas afetadas ao órgão (Decreto Federal nº 10.443/2020);

03 Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF): órgão incumbido das funções de polícia judiciária e da apuração de infrações penais, exceto as militares, ressalvada a competência da União, a realização de investigações criminais, a execução das atividades de repressão à criminalidade em todo o DF, zelando e participação de medidas de proteção à sociedade, ou ainda em colaboração com serviços policiais de prevenção e repressão da criminalidade interestadual, com estímulo e participação na integração dos dados dos órgãos componentes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), além de outras incumbências estabelecidas em normas próprias (Decreto Distrital nº 42.940/2022);

04 Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF): instituição que possui por competências a realização de serviços diversos, voltados à prevenção e extinção de incêndios, busca e salvamento, realizando perícias de incêndio e prestação de socorro nos casos de sinistro, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida. Atua também nas atividades de defesa civil, nos serviços de atendimento pré-hospitalar, dentre outros elencados no ordenamento que diz respeito ao órgão (Decreto Federal nº 8.255/1991);

05 Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF): entidade autárquica, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, vinculado à SSP/DF. Suas atribuições incluem o planejamento, administração geral, normatização, pesquisa e tratamento de dados acerca das vias urbanas do território do DF, o registro e licenciamento de veículos, a formação, habilitação e reciclagem de condutores, além da educação para o trânsito e do policiamento e fiscalização de trânsito, dentre outras responsabilidades (Lei Federal nº 6.296/1975; Decreto Distrital nº 27.784/2007);

06 Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE/DF): órgão tecnicamente vinculado à segurança pública, conforme previsão do PDISP e, por determinação de seu Decreto de criação – Decreto Distrital nº 40.833/2020 – herdou as estruturas administrativas e atribuições da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, que integrava a estrutura da SSP/DF, conforme indicado no Decreto Distrital nº 40.079/2019. As competências da SEAPE/DF voltam-se à administração do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (SPDF), à coordenação e acompanhamento da aplicação das normas de execução penal, além do cumprimento das determinações das varas judiciais responsáveis pela execução das penas, à coordenação das atividades de escolas internas e externas, dentre outras atribuições.

A Casa Militar do Distrito Federal (CM/DF) também é listada como órgão tecnicamente vinculado à segurança pública pelo PDISP (art. 7º, III do Decreto Distrital nº 42.831/2021), entretanto, não participou da Confedisp pois, no contexto das suas atribuições atuais, não dispõe de política pública para apresentação e discussão no evento.

Outros colegiados também são relevantes para a composição da Política Distrital, sendo também importante indicá-los, conforme estabelecido na sequência:

01 Conselho Distrital de Segurança Pública (Condisp): órgão permanente, com competência consultiva, propositiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública, ao qual incumbe a propositura de diretrizes para a Política Distrital de Segurança Pública, o acompanhamento da execução desta política e das instituições integrantes das forças de segurança, o estímulo à atuação intersetorial da política distrital, entre outras previstas nas normas a ele vinculadas (Lei Federal nº 13.675/2018; Lei Distrital nº 6.430/2019; Decreto Distrital nº 42.895/2022);

02 Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs): canais de participação popular, de caráter consultivo e deliberativo, sem fins lucrativos e de cooperação voluntária, que atuam como espaços para discussão e análise de problemas que impactam a segurança pública. Auxiliam os órgãos de Segurança Pública no monitoramento, avaliação e gestão dos resultados alcançados. Atualmente regulados pelo Decreto Distrital nº 39.910/2019, os Consegs no DF remontam ao ano de 2000, com a edição do Decreto nº 21.108/2000.

Em complemento, ocupam espaço de relevo na condução da Política Distrital de Segurança Pública outros órgãos e estruturas, a exemplo do Ministério Público (MPDF) e do Poder Judiciário, como também o Sistema Socioeducativo do DF (SSE/SEJUS/DF), as Superintendências Regionais da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Distrito Federal, além da Câmara Legislativa (CLDF), estes últimos, inclusive, com participação no Condisp (Lei Distrital nº 6.430/2019).

1.3 Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP)

O **Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP)** é um instrumento de planejamento que integra o Sistema Distrital de Gestão de Segurança Pública e Defesa Social (Sindigesp), estando previsto na Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – Lei Distrital nº 6.456/2019 –, e cujo detalhamento foi estabelecido no Decreto Distrital nº 42.831/2021. Com vigência de 10 anos e ciclos de implementação bianuais, o plano está formatado como uma matriz lógica estabelecida a partir de dimensões, objetivos, estratégias, iniciativas, indicadores, metas e prazos, além da indicação das instâncias de monitoramento e execução do **PDISP**, como também de consulta e participação social.

O **PDISP** alinha-se às diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, como também segue orientações do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), adaptando-as às necessidades e particularidades do Distrito Federal. Sua finalidade principal é o aprimoramento dos resultados da segurança pública da capital, tendo por fundamentos principais a constante redução da criminalidade e a diminuição do medo do crime, com aumento da sensação de segurança da sociedade e aumento da confiança nas instituições de segurança pública do DF. As dez dimensões do **PDISP** refletem uma visão abrangente da segurança pública, a saber:

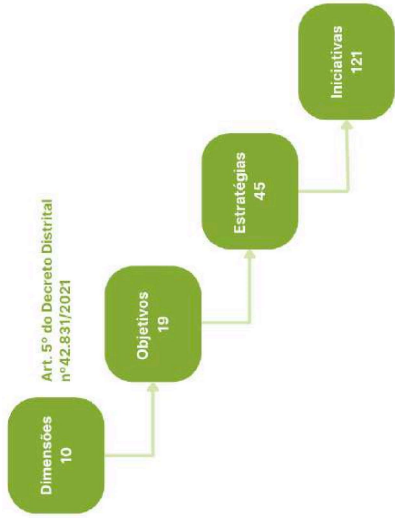
01 Prevenção, Segurança e Cidadania;

- 02 Enfrentamento Qualificado à Criminalidade;
- 03 Prevenção da Incolunidade;
- 04 Racionalização do Sistema Penitenciário;
- 05 Melhoria de Atendimento ao Cidadão;
- 06 Integração 360;
- 07 Governança e Transparência;
- 08 Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança;
- 09 Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento;
- 10 Gestão dos Recursos Financeiros.

Cada dimensão desdobra-se em objetivos específicos e estratégias que, por sua vez, traduzem-se em iniciativas concretas. Por exemplo, na dimensão de Enfrentamento Qualificado à Criminalidade, o plano prevê estratégias voltadas à atuação pela natureza criminal e pela regionalização, com iniciativas relacionadas a protocolos específicos de enfrentamento aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), aos Crimes Contra o Patrimônio (CCP), à violência contra a mulher, ao narcotráfico, fortalecendo as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs) e as Áreas de Segurança Pública (AISPs), como demonstrado na **Figura 1**.



Figura 1 – Objetivos, estratégias e iniciativas alcançadas a partir das dimensões do PDISP.



Fonte: Distrito Federal (2021).

As deliberações da Subcoordenação de Metodologia desempenharam papel crucial na definição dos temas discutidos e na elaboração dos materiais de apoio do evento, garantindo que o conteúdo da conferência concretizasse relevância e alinhamento com os objetivos estabelecidos. Para tanto, como apre-

sento na **Figura 1**, seus integrantes destrincharam as dez dimensões do **PDISP** em objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas, alcançando 121 iniciativas. O **PDISP** é um documento dinâmico. Sujeito a revisões periódicas para garantir sua atualidade e eficácia. A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) é responsável por acompanhar a implementação das iniciativas e monitorar os indicadores e metas estabelecidos no plano. Um aspecto de extremo relevo no **PDISP** é a ênfase assegurada à participação social e à transparência. O plano prevê mecanismos de consulta pública e prestação de contas, incluindo a realização de conferências distritais de segurança pública a cada cinco anos e, de maneira inovadora, determina que a primeira edição seja realizada em 2024. Ainda que a previsão das conferências tenha sido inicialmente prevista na PNSPDs, tanto a Política Distrital como o Plano Distrital de Segurança Pública reforçam a importância deste mecanismo de efetiva consulta e participação social.

A implementação do **PDISP** representa, portanto, um marco na gestão da segurança pública do Distrito Federal, promovendo uma abordagem mais cien-

tífica, integrada e orientada por resultados. Ao alinhar os esforços dos diversos órgãos de segurança e estabelecer metas claras e mensuráveis, o plano busca o desenvolvimento de políticas públicas capazes de reduzir índices e reincidência criminais, focando na melhoria sistemática da segurança pública da capital federal.

O **PDISP** é mais do que um documento administrativo, consubstanciando-se como um compromisso efetivo do Governo do Distrito Federal (GDF), através da SSP/DF, com uma segurança pública mais eficiente, transparente e alinhada às necessidades da população. Sua execução bem-sucedida tem o potencial de transformar significativamente o panorama da segurança na capital federal nos próximos anos.

1.4 Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral



O Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral, instituído pelo Decreto nº 45.165/2023, representa uma iniciativa abrangente e inovadora da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) para aprimorar a segurança pública por meio de ações integradas e coordenadas. Este programa busca concretizar os objetivos, estratégias e iniciativas vinculados ao PDISP, a exemplo da redução dos índices de criminalidade e incremento da sensação de segurança no DF, utilizando-se da integração de forças e da modernização de sistemas de atendimento e monitoramento para respostas mais rápidas e eficientes.

Sua disposição atual, baseada na política distrital de segurança pública, é mais recente que a do PDISP, haja vista que, apesar de ter sido inicialmente criado em 2021, pelo Decreto Distrital nº 41.858/2021, encontrou necessidade de reformulação e ampliação – o que foi possibilitado pelo Decreto Distrital nº 45.165/2023 –, sendo a sua organização em eixos e o estabelecimento do princípio da integralidade suas mais destacadas modificações. Estes eixos, que representam os interesses prioritários da área, são os seguintes:

- 01 Cidade Mais Segura;
- 02 Escola Mais Segura;
- 03 Cidadão Mais Seguro;
- 04 Mulher Mais Segura;
- 05 Servidor Mais Seguro;
- 06 Campo Mais Seguro.

A estrutura do Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral reflete uma abordagem multifacetada para a segurança pública, reconhecendo que a eficácia das ações de segurança depende não apenas da atuação policial, mas também da integração com outras políticas públicas e da participação ativa da sociedade. Cada eixo do programa aborda aspectos específicos da segurança, desde a proteção dos espaços urbanos até a segurança nas escolas e a proteção de grupos vulneráveis, como mulheres e populações rurais. Esta abordagem abrangente visa criar um ambiente de segurança que permeie todos os aspectos da vida no Distrito Federal, promovendo não apenas a redução da criminalidade, mas também o aumento da qualidade de vida e do bem-estar social.

Ademais, o Decreto Distrital nº 45.165/2023 define Segurança Integral como o exercício da segurança pública que transcende o controle do crime para abordar as causas e as consequências da criminalidade, violência e insegurança. Esta abordagem considera as interações de fatores relativos ao indivíduo, ao ambiente e ao social, com o objetivo de garantir a ordem pública em harmonia com condições sociais estáveis e sustentáveis, promovendo os direitos humanos. Um aspecto inovador do programa é a possibilidade de definição e implementação de Áreas de Segurança Prioritária (ASP). As ASPs são caracterizadas pelo desenvolvimento conjugado de projetos, ações e serviços de segurança integral em áreas específicas, con-

siderando indicadores de segurança pública e outros fatores socioeconômicos relevantes. Esta perspectiva permite uma atuação mais focada e eficiente em regiões que demandam atenção especial.

Para garantir a efetiva implementação e coordenação do programa, foi instituído o Comitê Executivo de Segurança Integral, composto por representantes de diversos órgãos e entidades governamentais, tendo por finalidade a promoção e articulação da gestão e das ações de execução operacional do programa, facilitando a interlocução entre diferentes áreas do governo e promovendo a cooperação necessária para o alcance dos objetivos do DF Mais Seguro.

O alinhamento do Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral com o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP) é fundamental para a coerência e eficácia das políticas de segurança pública no Distrito Federal. Enquanto o PDISP fornece o arcabouço estratégico e as diretrizes gerais, o DF Mais Seguro atua como um instrumento operacional para implementar numerosas estratégias e iniciativas previstas no plano, permitindo uma abordagem coordenada e abrangente para os desafios de segurança enfrentados pela capital federal.

“Agradeço a oportunidade de participar de um evento que coloca igualdade entre o cidadão e as forças de Segurança.”

1.5 Marcos institucionais referenciais para a 1ª Confedisp

A realização da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública (Confedisp), como destacado anteriormente, representa o ápice de um longo processo de desenvolvimento institucional e evolução das políticas de segurança pública no Distrito Federal. Este evento não surge de forma isolada, mas é o resultado de uma série de ações, políticas e marcos institucionais que, ao longo das décadas, moldaram a abordagem do Distrito Federal em relação à segurança pública. Compreender este percurso é fundamental para contextualizar a importância e o significado da Confedisp no cenário atual da segurança pública do DF. Desde a criação da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) até a implementação de programas inovadores como o Programa DF Mais Seguro - Segurança Integral, cada passo contribuiu para a construção de um ambiente propício à realização desta conferência, que busca promover um diálogo amplo e participativo sobre os desafios e soluções para a segurança pública na capital federal.

A evolução das políticas de segurança pública no Distrito Federal, particularmente a partir do programa “Ação pela Vida”, reflete uma tendência crescente de valorização da participação social e da integração entre diferentes setores da sociedade e do governo. Este processo não foi linear nem isento de desafios, mas representa um esforço contínuo de aprimoramento das estratégias de segurança pública, buscando não apenas a redução dos índices de criminalidade, como também o aumento da sensação de segurança e a melhoria da qualidade de vida da população. A Confedisp emerge como um ponto de convergência desses esforços, oferecendo um espaço democrático para que cidadãos, profissionais de segurança pública, gestores e especialistas possam debater e propor soluções para os problemas de segurança enfrentados

pelo Distrito Federal. Ao analisar os marcos institucionais que precederam a Confedisp, torna-se possível compreender melhor como as políticas de segurança pública no DF evoluíram de uma abordagem predominantemente reativa para uma visão mais preventiva, integrada e participativa, alinhada com os princípios modernos de gestão pública e com as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e dinâmica. Neste contexto, é importante destacar que o itinerário que levou à Confedisp não se limita apenas às mudanças normativas ou estruturais, englobando ainda uma transformação na cultura institucional e na forma como a segurança pública é concebida e implementada no Distrito Federal. Esta evolução reflete um reconhecimento crescente de que a segurança pública é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade, e que soluções efetivas para os problemas de segurança requerem uma abordagem multidisciplinar e colaborativa.

A Confedisp constitui um marco significativo nesta jornada de transformação, oferecendo uma oportunidade única para avaliar o caminho percorrido, discutir os desafios atuais e traçar diretrizes para o futuro da segurança pública no Distrito Federal. Ao examinar os principais marcos institucionais e ações que pavimentaram o caminho para a Confedisp, viabiliza-se apreender melhor a importância deste evento e seu potencial de influenciar positivamente as políticas de segurança pública nos anos vindouros.

Deste modo, são apresentados na sequência marcos legais que repercutiram na realização da 1ª Confedisp, conforme a **Quadro 2**.

Quadro 2 – Marcos normativos da segurança pública

ATO NORMATIVO	DATA	OBJETO
Decreto Distrital nº 36.621	21/07/2015	Estabelece as 4 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e suas respectivas RAs.
Lei Federal nº 13.675, Art. 45	11/06/2018	Lei que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). O Art. 45 trata dos conselhos de segurança pública e defesa social.
Decreto Distrital nº 39.910	26/06/2019	Diretrizes dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS) do DF.
Lei Distrital nº 6.430	19/12/2019	Institui o Conselho Distrital de Segurança Pública (CONDISP), presidido pela SSP/DF, que no Art. 3º diz: “Compete ao Condisp (...) Inciso IX - convocar e participar da organização da Conferência Distrital de Segurança Pública e zelar pela efetividade das suas deliberações”.
Lei Distrital nº 6.456	26/12/2019	Institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal e, no Art. 8º: “O PDISP recebe contribuições advindas da Conferência Distrital de Segurança Pública, realizada a cada 5 anos, com a primeira edição em 2024, e conta com a colaboração do Conselho Distrital de Segurança Pública - Condisp, nos termos do art. 45 da Lei Federal nº 13.675, de 2018”.
Decreto nº 41.858	02/03/2021	Cria o Programa DF Mais Seguro.
Decreto nº 42.831	17/12/2021	Aprova o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP), instituído pela Lei Distrital nº 6.456/2019.
Decreto nº 45.165	14/11/2023	Reformula, atualiza e amplia o Programa DF Mais Seguro ao criar o Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral.
Resolução Condisp nº 02	11/12/2023	Convoca a 1ª Confedisp e estabelece diretrizes para sua realização.
Portaria SSP/DF nº 42	02/05/2024	Cria Grupo de Trabalho para organizar a 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública.
Portaria SSP/DF nº 61	03/07/2024	Altera os membros do Grupo de Trabalho para organizar a 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública e dá nova redação.
Portaria SSP/DF nº 109	17/10/2024	Designa os membros da Comissão Organizadora.
Portaria SSP/DF nº 117	01/11/2024	Disciplina o processo de inscrição para a participação das entidades ou organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior durante as Plenárias da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública, Confedisp.
Portaria SSP/DF nº 119	19/11/2024	Designa os membros e atribuições da Comissão Organizadora e revoga a Portaria nº 109/2024.
Portaria SSP/DF nº 120	19/11/2024	Aprova o Regimento Interno da 1ª Confedisp.
Portaria SSP/DF nº 121	21/11/2024	Altera o processo de inscrição para a participação da sociedade civil e comunidade acadêmica das instituições de ensino superior durante as Plenárias da 1ª Confedisp.

Fonte: Casa Civil do DF (2023).

Com essa contextualização, passa-se ao detalhamento das ações que viabilizaram o desenvolvimento da 1ª Confedisp, concebida a partir de um planejamento prévio e realizada como uma etapa preparatória que

definiu os elementos norteadores do evento, além das fases constituintes. Todas estas ações são detalhadas no tópico seguinte.

1 CONFERÊNCIA
DE SEGURANÇA

CONFEDIS
SEGURANÇA



CAPÍTULO 02

1ª Confedisp

Preparação, elementos norteadores e etapas constituintes

A concepção e o planejamento da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública (Confedisp) tiveram suas raízes em ações anteriores à Portaria SSP/DF nº 119/2024, demonstrando um processo de maturação e preparação cuidadosa para este evento histórico. Um marco significativo neste processo foi a Resolução nº 2, de 11 de dezembro de 2023, emitida pelo Conselho Distrital de Segurança Pública (Condisp). Esta resolução, fundamentada na Lei Federal nº 13.675/2018 e na Lei Distrital nº 6.430/2019, convocou oficialmente a realização da Confedisp para o ano de 2024. O documento não apenas estabeleceu a base legal para a conferência, mas também delineou seus objetivos principais, incluindo o debate sobre as diretrizes do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP). A resolução do Condisp foi crucial para legitimar a Confedisp como um instrumento de participação social e de aprimoramento das políticas de segurança pública no Distrito Federal.

Após a convocação oficial, iniciou-se um intenso período de planejamento e preparação para a Confedisp. Este processo envolveu a formação de grupos de trabalho, a elaboração de estudos preliminares e a realização de reuniões estratégicas com diversos setores da sociedade e do governo. Um aspecto fundamental deste planejamento foi a definição da metodologia da conferência, buscando garantir uma ampla participação e representatividade. Foram estabelecidos cronogramas detalhados, a constituição de comissão organizadora, um planejamento geral dos temas que poderiam ser abordados e iniciadas as articulações necessárias para assegurar o envolvimento de todos os atores relevantes no campo da segurança pública.

Este período de preparação foi essencial para criar as bases sólidas sobre as quais a Confedisp seria construída, assegurando que o evento não apenas cumprisse seus objetivos formais, mas também representasse um verdadeiro avanço na forma como as políticas de segurança pública são discutidas e formuladas no Distrito Federal.

2.1 Organização e Coordenação

Segundo a cronologia de preparação do evento, a organização e coordenação da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública (Confedisp) foram estruturadas de forma metódica para garantir o sucesso e a eficácia deste evento histórico. A Portaria nº 119, de 21 de novembro de 2024, emitida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), estabeleceu as diretrizes fundamentais para a composição e as atribuições da Comissão Organizadora, demonstrando o compromisso do governo distrital com uma abordagem profissional e abrangente na realização da conferência.

A Comissão Organizadora da Confedisp foi concebida como uma estrutura robusta e multifacetada, composta por diversas instâncias, cada uma com responsabilidades específicas e complementares. Esta estrutura inclui a Presidência, a Coordenação-Geral, a Coordenação de Delegações dos órgãos e entidades de segurança pública e uma série de Subcoordenações especializadas. Esta organização hierárquica e funcional foi projetada para assegurar que todos os aspectos da conferência, desde o planejamento estratégico até a execução operacional, fossem gerenciados de maneira eficiente e eficaz.

A Comissão Organizadora, presidida pelo Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, foi investida de autoridade para liderar os trabalhos e tomar decisões cruciais. Suas atribuições incluem a presidência dos trabalhos, a expedição de convites a dirigentes de outros órgãos e entidades e a decisão final sobre eventuais recursos ou temas controversos relacionados à conferência. Esta posição de liderança foi fundamental para garantir que a Confedisp mantivesse seu alinhamento com as políticas e estratégias de segurança pública do Distrito Federal.

A Coordenação-Geral, por sua vez, foi designada como o núcleo operacional da organização da conferência. Suas responsabilidades abrangem desde a coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelas Subcoordenações até a expedição de atos normativos

complementares ao Regimento Interno. Esta função é crucial para assegurar a coesão e a eficiência na execução de todas as atividades relacionadas à Confedisp, atuando como um elo vital entre a Presidência e as demais instâncias organizacionais.

Um aspecto notável da estrutura organizacional é a criação de diversas Subcoordenações especializadas, cada uma focada em aspectos específicos e essenciais para o sucesso da conferência. Estas incluem metodologia, cerimonial, comunicação e divulgação, logística, operações de segurança, Conselhos Comunitários de Segurança Pública, contratos, parcerias e articulações. Esta abordagem compartimentalizada, mas integrada, permitiu uma atenção detalhada a todos os elementos necessários para a realização de um evento desta magnitude.

A Subcoordenação de Metodologia, já citada em tópico anterior, atuou na definição de temas e elaboração de materiais de apoio para o evento. A Subcoordenação de Comunicação e Divulgação, por seu turno, foi responsável por assegurar que a Confedisp alcançasse a visibilidade necessária e que suas mensagens fossem efetivamente comunicadas ao público e à mídia. A Subcoordenação de Logística, com a tarefa complexa de garantir que todos os aspectos práticos da conferência, desde a infraestrutura até o fornecimento de equipamentos, fossem adequadamente planejados e executados. A Subcoordenação de Operações de Segurança, por suplemento, esteve com o encargo de assegurar a integridade física de todos os participantes e a segurança geral do evento, um aspecto crítico, considerando a natureza e o escopo da conferência.

Uma inovação importante na estrutura organizacional foi a inclusão de uma Subcoordenação dedicada aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública. Esta decisão reforçou o reconhecimento da importância da participação comunitária nas discussões sobre segurança pública, alinhando-se com as tendências modernas de governança participativa, além de pos-

tabilizar a legitimação dos Conselhos como mecanismos indispensáveis ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas à segurança pública da capital federal.

A Portaria também estabeleceu procedimentos de delegação de competência e substituição, garantindo a continuidade e eficiência das atividades organizacionais. Tais aspectos garantiram a preocupação constante com a resiliência e adaptabilidade da estrutura organizacional, fatores cruciais para o sucesso de um evento de longa duração e múltiplas etapas como a **Confedisp**.

Em suma, a organização e coordenação da **Confedisp**, conforme delineadas na Portaria SSP/DF nº 119/2024, refletiram um planejamento cuidadoso e uma abordagem abrangente. A estrutura estabelecida não apenas atendeu às necessidades logísticas e operacionais de um evento desta magnitude, como também conseguiu incorporar elementos promotores da participação, da transparência e da eficácia na discussão e formulação de políticas de segurança pública. Esta organização robusta e bem estruturada estabeleceu base sólida para o sucesso da conferência, criando as condições necessárias para um diálogo produtivo e a geração de propostas inovadoras para o aprimoramento da segurança pública no Distrito Federal.

2.2 Regimento Interno

O Regimento Interno da **1ª Conferência Distrital de Segurança Pública (Confedisp)**, aprovado pela Portaria SSP/DF nº 120, de 19 de novembro de 2024, estabelece as diretrizes fundamentais para a realização deste evento histórico. Este documento define a estrutura, os objetivos, a metodologia e as regras de participação da conferência, refletindo o compromisso do Governo do Distrito Federal (GDF) com uma abordagem participativa e transparente na formulação de políticas de segurança pública.

O regimento estabeleceu que a **Confedisp** deveria ser realizada entre os meses de outubro e novembro de 2024, possibilitando o cumprimento da legislação distrital e as diretrizes nacionais de segurança pública. A conferência foi concebida como um espaço democrático de diálogo e construção coletiva, visando não apenas a discussão dos desafios atuais, mas também a proposição de soluções

aprimoramento do **PDISP**, promovendo a participação e o controle social nas políticas de segurança pública. Estes objetivos refletem uma visão abrangente e integrada da segurança pública, reconhecendo a importância da colaboração entre diferentes setores da sociedade e do governo para enfrentar os desafios complexos nesta área.

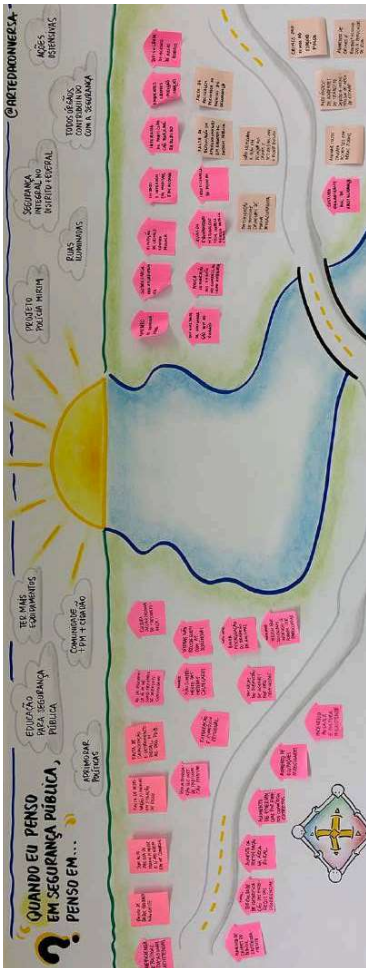
A estrutura organizacional da **Confedisp**, conforme delineada no Regimento Interno, é projetada para garantir uma ampla representatividade e participação efetiva. A conferência foi dividida em duas etapas principais: a Preparatória, que inclui Conferências Regionais e Eventos Virtuais, e a Distrital, composta por Painéis Temáticos Abertos e Plenárias com as Delegações. Esta estrutura permite uma abordagem escalonada, começando com discussões em nível mais local e culminando em um evento distrital abrangente. O regimento também estabelece critérios detalhados para a seleção e participação dos delegados e delegadas, assegurando uma representação equilibrada de diferentes setores, incluindo órgãos de segurança pública, outras instituições governamentais, sociedade de civil e entidades de classe. Esta composição diversificada visa enriquecer as reflexões e garantir que as propostas resultantes reflitam as múltiplas perspectivas e necessidades da população do Distrito Federal, como também a busca por uma crescente efetividade das ações das forças de segurança pública e a ocupação com os servidores a elas vinculadas.

Um aspecto inovador do Regimento Interno é a ênfase na metodologia participativa e na construção coletiva de propostas. O documento detalha o processo de trabalho nos Grupos de Trabalho (GTs), no Momento Interativo e nas Plenárias, estabelecendo mecanismos para a priorização e o refinamento das propostas. Esta abordagem não apenas promove um debate mais rico e inclusivo, mas também assegura que as recomendações finais sejam resultado de um

processo verdadeiramente colaborativo. Além disso, o regimento prevê a elaboração de um Relatório Final abrangente – levado a termo no presente documento –, voltado não apenas à documentação das propostas aprovadas, mas buscando também consolidar uma análise do processo da conferência, registros das discussões e recomendações para futuras edições.

O Regimento Interno também aborda questões práticas importantes, como o credenciamento dos participantes, as regras de conduta durante o evento e os critérios para exclusão de delegados em caso de comportamento inadequado ou violação das normas estabelecidas. Estas disposições visaram garantir um ambiente respeitoso e produtivo para todos os participantes, fundamental para o sucesso da conferência. Além disso, o documento estabelece a responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), do Conselho Distrital de Segurança Pública (Condisp) e do Conselho Gestor do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (CGPDISP) na implementação das decisões e recomendações resultantes da **Confedisp**, assegurando que os esforços da conferência se traduzam em ações concretas para a melhoria da segurança pública no Distrito Federal.

Em suma, o Regimento Interno da **1ª Conferência Distrital de Segurança Pública** estabeleceu um marco significativo na abordagem participativa e democrática da formulação de políticas de segurança pública no Distrito Federal. Ao definir uma estrutura clara, objetivos ambiciosos e metodologias inclusivas, o documento cria as condições necessárias para um debate produtivo e a geração de propostas inovadoras. A **Confedisp**, guiada por este regimento, tornou-se uma referência importante na forma como a segurança pública é concebida e implementada no Distrito Federal, promovendo uma maior integração entre governo e sociedade na busca por soluções efetivas para os



2.3 Elementos Norteadores

Os objetivos da **Confedisp**, tanto o geral quanto os específicos, serviram como bússola orientadora, definindo claramente o propósito a ser alcançado durante o evento, como também os pontos de convergência entre todas as ações planejadas e efetivadas ao longo do evento, possibilitando que a conferência se concretizasse, na prática, conforme os princípios delineados pela Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social.

O Temário, por sua vez, foi cuidadosamente elaborado para abranger os aspectos mais relevantes e urgentes da segurança pública no Distrito Federal. A seleção dos temas refletiu uma abordagem abrangente e multidisciplinar, englobando desde questões operacionais até desafios sociais e preventivos. A importância do Temário reside em sua capacidade de estruturar as reflexões e a construção coletiva, garantindo que todos os aspectos cruciais da segurança pública sejam abordados de maneira sistemática e aprofundada. Além disso, o Temário serviu como um mecanismo para alinhar a construção com as prioridades estabelecidas no **Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP)**, assegurando a relevância e a aplicabilidade das propostas resultantes da conferência.

A Metodologia adotada na **Confedisp** foi fundamental para garantir um processo participativo, inclusivo e eficaz. Ela foi projetada para maximizar o envolvimento de todos os participantes, desde as etapas preparatórias até as sessões plenárias finais. A abordagem metodológica incluiu uma combinação de conferências regionais, eventos virtuais e sessões presenciais, permitindo uma ampla representação geográfica e demográfica. Um aspecto crucial da metodologia foi a estruturação de grupos de trabalho temáticos, que facilitaram discussões focadas e a elaboração de propostas concretas. Além disso, a metodologia incorporou mecanismos de priorização e refinamento das propostas, assegurando que as recomendações finais fossem tanto inovadoras quanto viáveis.

03 Promover a participação social: promover, qualificar, articular e fortalecer a participação e o controle social nas políticas de segurança pública, dos profissionais da área e do poder público na governança do **PDISP**;

04 Valorizar a segurança pública como direito fundamental: destacar o papel da segurança pública como direito humano fundamental e base das urgências do cidadão em sociedade para possibilitar o desenvolvimento de outras necessidades individuais e sociais;

05 Promover a cooperação: contribuir para a integração e cooperação dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública do Distrito Federal;

06 Promover a articulação institucional e social: fortalecer e facilitar o estabelecimento de ambientes sociais e institucionais articulados em torno do tema da segurança pública que proporcionem a redução sustentável dos índices de criminalidade e violência;

07 Fomentar a Cultura de Paz: fomentar a cultura de paz social e institucional articulada em torno do tema da segurança pública preventiva.

2.3.3 Temário

Como apontado no tópico **2.1 (Organização e Coordenação)** – e descrito na Portaria SSP/DF nº 120/2024, a Subcoordenação de Metodologia precisou estabelecer algumas fases para o alcance dos temas que pautaram as discussões da conferência, sendo elas:

01 Primeira Fase: as 121 iniciativas do **PDISP** e do documento orientador do **Programa DF Mais Seguro** foram agrupadas por temas. Além disso, alguns temas que não estavam estabelecidos no **PDISP**, mas possuem relevância atual, tanto no debate da segurança pública nacional como distrital – como os tópicos “*pessoas desaparecidas*” e “*pessoas em situação de rua*”, apenas a título de exemplo –, também foram elencados neste momento, alcançando os 32 temas da conferência – metodologia top-down (de cima para baixo);

02 Segunda Fase: a partir dos 32 temas, foram organizados os temas das salas (temas principais), além dos subtemas ou assuntos, os quais elencaram os enfoques sugeridos para a construção das propostas/Iniciativas;

03 Terceira Fase: os temas relacionados, com aspectos similares ou congruentes, por sua vez, foram agrupados numa sala, ou seja, nos macrotemas estabelecidos – possibilitando a utilização da metodologia bottom-up (de cima para baixo).

De maneira sintética, os 32 temas foram catalogados em 5 macrotemas assim estabelecidos:

- 01 Prevenção, Segurança e Cidadania;**
- 02 Enfrentamento qualificado da criminalidade;**
- 03 Preservação da incolumidade;**
- 04 Governança e Gestão;**
- 05 Gestão Qualificada de Pessoas.**

Esta divisão reforça a interconexão entre os diferentes aspectos da segurança pública, permitindo uma visão holística, conforme apresentado no **Quadro 3**:

“A Confedisp foi uma experiência pioneira e ímpar para o Distrito Federal e vai trazer grandes contribuições para o planejamento da segurança pública da Capital.”

Quadro 3 – Macrotemas e temas da 1ª Confedisp

MACROTEMA	NR. TEMA	NOME DO TEMA	ASSUNTO SUGERIDO COMO BASE PARA CONSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS
Prevenção, Segurança e Cidadania – PSC	1	Prevenção criminal e vulneráveis 01	Crianças e adolescentes; pessoas com deficiência (PcD) e outros grupos relacionados.
	2	Prevenção criminal e vulneráveis 02	LGBTQIAP+, negros e quilombolas, indígenas, idosos e outros grupos relacionados.
	3	Segurança e Educação	Escola cívico-militares, violência nas escolas, esporte, violência escolar e a imprensa e temas relacionados.
	4	Desaparecimento de pessoas	Aspectos sociais e criminais, tráfico de pessoas, cooperação e temas relacionados.
	5	Ambiente do Crime e Sensação de Segurança de Segurança (Medo do Crime)	Prevenção do crime pelo ambiente (CPTED), “DF Livre de carcacas”, e outras ações de zeladoria. Políticas específicas para medo do crime. O Ambiente e a Região Integrada de Segurança Pública (RISP’s) e as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP’s) e temas relacionados.
	6	Pessoas em Situação de Rua	Questões envolvendo as pessoas em situação de rua e temas relacionados.
	7	Segurança Rural	Segurança pública para a área rural: batalhão rural, tecnologia, especialização do patrulhamento incluindo o aéreo e temas relacionados.
	8	Ordem Pública e Tranquilidade	Ruídos e poluição sonora (som alto) e perturbação do sossego, briga de vizinhos, ataques de cães e outras ocorrências relacionadas: atuação integrada nas ocorrências referidas e temas relacionados.
	9	Ordem Pública e Ocupação do Espaço	Questão fundiária do DF: ocupação irregular de terras, cultura de invasão de terras com a posterior regularização, combate as quadrilhas de invasão de terra e temas relacionados.

MACROTEMA	NR. TEMA	NOME DO TEMA	ASSUNTO SUGERIDO COMO BASE PARA CONSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS
Enfrentamento qualificado da criminalidade – EQC	10	Crimes contra a Mulher	Vítimas: Prevenção, repressão, medidas protetivas. Agressores; Câmara técnica de Femicídio (CTMFH), Machismo estrutural e temas relacionados.
	11	Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Crimes e mortes violentas intencionais e temas relacionados.
	12	Crimes Contra o Patrimônio (CCP)	Transeunte, coletivo, comércio, residência, veículo e telefones celulares e temas relacionados.
	13	Organizações Criminosas	Questões distritais sobre tráfico de drogas, domínio de cidades, Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), plano de defesa de cidades, parcerias, treinamentos e temas relacionados.
	14	Inteligência de Segurança Pública	A Inteligência de Segurança Pública do DF: compartilhamento de dados, doutrina e temas relacionados.
	15	Polícia Técnica	Questões atuais para o fortalecimento da polícia técnica no âmbito do DF: tecnologia, informações e temas relacionados.
	16	Subnotificação e Investigação Criminal	Aspectos do registro criminal, causas da subnotificação, investigação policial, técnicas de investigação, legislação e temas relacionados.
	17	Sistema Prisional	Questões para o fortalecimento do sistema prisional distrital: construção e reformas de estabelecimentos prisionais, controle de custodiados e temas relacionados.
	18	Manifestações e eventos participares em espaços públicos	Deveres institucionais e da sociedade. Cooperação entre segurança pública e privada. Grandes eventos. Prevenção da interferência de crime organizado ou grupos radicais. Direito de Protesto e Liberdade de Expressão x Segurança Pública e temas relacionados.
	19	Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	Questões atuais: aprimoramento das ouvidorias, acessibilidade, tempo de resposta, humanização e temas relacionados.
	20	Atendimento emergencial	Integração de dados e sistemas, Integração entre segurança e saúde, papel dos Bombeiros (CBMDF) e do Serviço Unificado de Atendimento Pré-Hospitalar - SUAPH e temas relacionados.
	21	Crimes Cibernéticos	Enfrentamento aos crimes cibernéticos: capacitação, legislação, tecnologias de prevenção e investigação e temas relacionados.

2.4 Metodologia e seus Antecedentes

MACROTEMA	NR. TEMA	NOME DO TEMA	ASSUNTO SUGERIDO COMO BASE PARA CONSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS
Preservação da incolumidade – PI	22	Defesa Civil	Monitoramento de área de risco geológico, cooperação interagências e temas relacionados.
	23	Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros	Vistoria, retroalimentação do ciclo operacional para o desenvolvimento institucional e a efetividade na prestação de serviços de interesse da sociedade e temas relacionados.
	24	Segurança e Meio ambiente	Crimes ambientais: tráfico de animais, incêndios, degradação de mananciais, danos à fauna, biodiversidade. Papéis dos órgãos e a vigilância sobre as área e temas relacionados.
	25	Segurança Viária	Plano Nacional de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e a instituição da Política de Segurança Viária do Distrito Federal e temas relacionados.
	26	Participação da sociedade na segurança pública	Aprimoramento da participação da sociedade na segurança pública e conscientização de outros órgãos atuarem considerando os indicadores de segurança pública. Parcerias. Possibilidade de “feedbacks” sobre o atendimento e temas relacionados.
Governança e Gestão – GT	27	Atuação integrada	Burocracia para parcerias e integrações. Seis anos de CIOB e seus desafios. Área de Segurança Prioritária (ASP) e temas relacionados.
	28	Governança (“ESG”), transparência e imagem da segurança pública	Governança (“ESG”), transparência e imagem (comunicação social). Planejamento estratégico, tático e operacional, gestão de processos e outros assuntos e temas relacionados.
	29	Modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública	Tecnologia da informação e comunicação: videomonitoramento; integração de dados e sistemas, ciência de dados, inteligência artificial; Estrutura e financiamento; Padronização e redundância e temas relacionados.
Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento – GQPC	30	Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública	Trilha de capacitação, gestão de competência, perfis profissiográficos, relação com a academia, aspectos de carreira. Educação corporativa, gestão do conhecimento e inovação e temas relacionados.
	31	Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 01	Qualidade de vida e valorização profissional. Programas de incentivo e temas relacionados.
	32	Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 02	Saúde, segurança no trabalho e temas relacionados.

Fonte: SSP/DF (2024).

Estes 32 temas, cuidadosamente selecionados e estruturados, estabeleceram a base para diálogo consistente e abrangentes, refletindo a complexidade e a diversidade dos desafios de segurança pública enfrentados pelo Distrito Federal, ao mesmo tempo em que abriram caminho para soluções inovadoras e colaborativas.

Assim, a 1ª Confedisp representa não apenas a consolidação de uma trajetória de participação social na segurança pública, como também se afirma como uma iniciativa inovadora no contexto distrital — e nacional — a partir da instituição da PNSPDS, em 2018. A designação “1ª Confedisp” foi adotada em razão de se tratar do primeiro evento desta natureza, considerado o contexto exclusivamente distrital, e por não ter sido realizado nenhum evento com esta proposta, a partir da publicação da Lei nº 13.675/2018, no Brasil e no DF.

Neste desenvolvimento, a 1ª Confedisp foi realizada para promover um engajamento efetivo da sociedade na gestão das políticas públicas, reconhecendo que as decisões tomadas são frutos de interações complexas entre diversos atores sociais e institucionais. Dentro desse contexto, a qualidade das deliberações finais reveste-se de grande importância, não apenas para garantir a satisfação dos participantes, mas também para assegurar a aplicabilidade prática das propostas elaboradas.

Para que a participação fosse efetiva, a metodologia adotada se fundamentou em diretrizes que priorizaram a escuta ativa e a valorização das experiências dos participantes, através de processos de moderação e facilitação. Essa abordagem foi essencial para garantir que o conhecimento local e as realidades cotidianas alcançassem as discussões, refletindo a diversidade de experiências e perspectivas da sociedade. O ambiente criado foi de corresponsabilidade e inclusão, onde cada voz exerceu papel fundamental para a construção de soluções coletivas que atendam às necessidades da população.

O equilíbrio entre a qualidade do processo e a eficácia dos resultados alicerçou uma metodologia participativa efetiva. Essa estrutura metodológica contemplou a definição de quem participa (quantidade e diversidade), sobre o que se discute (relevância e capacidade de influência), como a participação se or-

A metodologia do trabalho, realizada com base em diversas experiências anteriores, foi orientada por um conjunto de premissas denominadas como **colaboração autêntica**², baseada nos seguintes princípios metodológicos:

01 Governança Colaborativa: Os arranjos colaborativos, integrando a verticalidade com a horizontalidade, reconhecem que nenhum ator ou setor consegue tratar satisfatoriamente um problema público isoladamente;

02 Compromisso com a Inovação: A colaboração é um meio para promover a inovação, ao potencializar a efetividade das práticas por meio da integração de múltiplos saberes e experiências;

03 Construção de Confiança: A confiança é um componente essencial da colaboração, que deve ser construída continuamente e que pode se degradar rapidamente. É a base para que a colaboração aconteça de forma efetiva. A escuta ativa e a disposição para entender o que não foi dito são essenciais para criar um ambiente de confiança;

04 Contemplação da Diversidade: Liderar com a diversidade de lógicas, hábitos, valores e expectativas entre os parceiros, promovendo uma dinâmica onde diferentes perspectivas possam coexistir e enriquecer o processo de reflexão, decisão e implementação de ações públicas. É fundamental explicitar e tratar as divergências de maneira construtiva, reconhecendo que a fricção das diferenças pode levar a uma compreensão mais profunda e a soluções mais robustas;

05 Abertura para o Diálogo: A qualidade do diálogo, que inclui a facilitação adequada, é crucial para que as ideias sejam apreciadas e respeitadas, garantindo e promovendo uma comunicação inclusiva desta diversidade. O diálogo deve incluir atividades para a desobstrução do livre pensar, criando um ambiente onde os participantes se sintam à vontade para compartilhar suas ideias sem medo de julgamentos, o que estimula a criatividade e a inovação;

06 Aprendizado e Experimentação: todo processo colaborativo integra a dimensão pedagógica, juntamente com a dimensão política. A aprendizagem gerada em um processo reverbera sistemicamente no conjunto dos órgãos responsáveis, de maneira orgânica, se tornando parte da história da construção de uma política pública;

07 Inclusão da Perspectiva do Usuário: Incluir a escuta ao usuário na formulação ou revisão de políticas públicas ao longo do processo colaborativo garante que as necessidades da população sejam atendidas e impacta na qualidade dos desdobramentos gerados pelo processo;

08 Alinhamento de Expectativas: Estabelecer um espaço seguro para que os participantes possam expressar suas expectativas em relação ao processo colaborativo, evitando frustrações e promovendo um engajamento mais efetivo. O nivelamento de informações é um componente fundamental, no qual o compartilhar de informações básicas para que todos os participantes tenham uma compreensão comum facilita um processo colaborativo mais eficaz:

09 Apropriação de Tarefas e Protagonismo Compartilhado: Incentivar os participantes a assumirem responsabilidades nas tarefas do processo colaborativo, promovendo um senso de pertencimento e engajamento na construção coletiva;

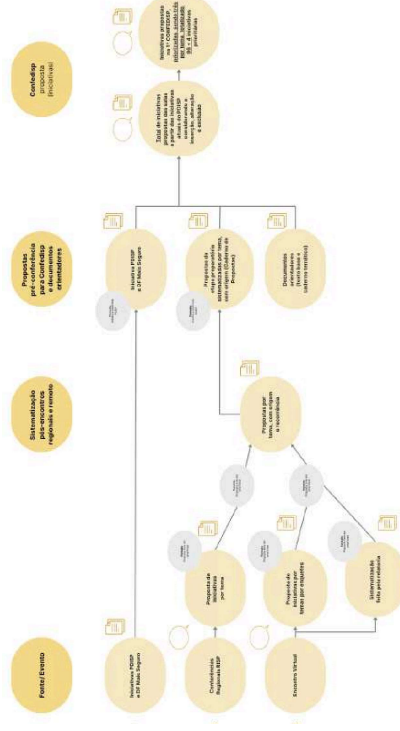
10 Mediação/Moderação/Facilitação como Pilar:

Dessa forma, a **Confedisp**, além de recorrer a mecanismos tradicionais dos processos participativos e de representação – como a indicação de delegados, que atuam como representantes dos servidores, da sociedade civil e da própria Administração Pública – buscou estabelecer parâmetros inovadores, por meio da realização de múltiplos fóruns de diálogos. Esse contexto fortalece o modelo de segurança pública com enfoque preventivo e sistêmico, ao posicionar a população como protagonista das políticas públicas e ao fomentar uma gestão participativa, transparente, igualitária e inclusiva da segurança.

Antes da etapa distrital da Conferência — realizada presencialmente com delegadas e delegados —, foram desenvolvidas ações preparatórias para consolidar propostas e documentos que fundamentaram as atividades de corriação. Deste modo, após o levantamento das iniciativas do **Plano Distrital de Segurança Pública (PDISP)** e do **Programa DE Mais Seguro**, e consolidadas estas iniciativas nos 32 temas expostos no

Antes da etapa distrital da Conferência — realizada presencialmente com delegadas e delegados —, foram desenvolvidas ações preparatórias para consolidar propostas e documentos que fundamentaram as atividades de cocriação. Deste modo, após o levantamento das iniciativas do **Plano Distrital de Segurança Pública (PDISP)** e do **Programa DF Mais Seguro**, e consolidadas estas iniciativas nos 32 temas expostos no tópico 2.3.3, foram realizados eventos preparatórios,

Figura 2 – Fluxograma do Processo da 1ª Confedisp



Fonte: Dados da 1ª Confedisp

Na sequência, torna-se importante apresentar um detalhamento maior das ações realizadas em cada etapa, particularmente na etapa preparatória e suas

ações específicas – conferências regionais e eventos virtuais – e a etapa distrital.

² ROMBAUER, Eduardo. Construção colaborativa e transformação em governo: experiências da Enap. Brasília: Enap, 2021.

2.5.2 Etapa Preparatória

A conferência contou com eventos preparatórios, compostos por quatro encontros regionais e uma etapa virtual, nos quais os atores de todas as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs) contribuíram com subsídios que foram trazidos para os trabalhos em grupo, o que foi fundamental para assegurar que as propostas consolidadas trouxessem uma visão ampla, inclusiva e participativa das demandas e soluções para a segurança pública do Distrito Federal.

2.5.2.1 Conferências Regionais

O Decreto Distrital nº 36.621/2015 reorganizou as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), que consistem em divisões geográficas do território do DF para fins de segurança pública, nas quais é esta-

belecida a articulação e integração regional entre as instituições de segurança pública – Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento de Trânsito –, entre si e com os demais atores internos e externos que possuem interfaces com o tema.

A estrutura das RISPs foi utilizada como base para a realização de um dos eventos da etapa preparatória: as Conferências Regionais, conforme previsto na Portaria SSP/DF nº 120/2024. Nesse contexto, destaca-se também a atuação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE/DF), que, na condição de órgão integrante do sistema de segurança pública, teve participação relevante nesta etapa da **Confedisp**. As Conferências Regionais ocorreram entre os dias 21 e 31 de outubro de 2024, conforme a ordem apresentada no **Quadro 4**.

Quadro 4 – Informações sobre as Conferências Regionais

RISP	LOCALIDADES ABRANGIDAS	DATA	LOCAL	INSCRITOS	PARTICIPANTES
RISP Oeste	Taguatinga, Brasília, Ceilândia, Samambaia, Vicente Pires, Arniqueira, Sol Nascente e Águas Claras	21 e 22 de outubro de 2024	Auditório do SESC Ceilândia	126	103
	Sobradinho I e II, Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Lago Norte, Varjão, Jardim Botânico, Itapoã e Fercal.	23 e 24 de outubro de 2024	Administração Regional do Lago Norte	89	66
RISP Sul	Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Candangolândia, Núcleo Bandeirante e Park Way	25 e 29 de outubro de 2024	Auditório da Sede da RA do Riacho Fundo I	130	99
RISP METROPOLITANA	Brasília, Guará, Cruzeiro, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, SCIA/ Estrutural, SIA	30 e 31 de outubro de 2024	Espaço Múltiplas Funções da Administração do Guará	124	83
TOTAL				469	351

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

As atividades realizadas em cada encontro regional convergiram para um mesmo formato, cabendo destacar:

01 a contextualização dos participantes sobre a organização, objetivos e programação do evento;

02 esclarecimentos sobre as previsões do **PDISP**;

03 apresentação dos 32 temas e escolha dos temas prioritários para a RISP;

04 divisão em grupos para o levantamentos dos principais problemas existentes na RISP;

05 construção de propostas para a etapa distrital da **Confedisp** visando resolver ou minimizar tais problemas, com painel e relatoria dos grupos;

06 encerramento.

Os principais temas prioritizados foram levados aos grupos de trabalho. Os participantes puderam escolher o grupo de acordo com sua afinidade em relação ao tema da mesa garantindo que todas as mesas contassem com diversidade quanto ao público representado (servidores da segurança pública, representantes da sociedade civil, cidadãos de diferentes faixas etárias, de gêneros distintos, entre outros aspectos). Após a construção das propostas, todas foram apresentadas em plenária, momento em que todos puderam contribuir com reflexões, sugestões de alteração e acréscimos.

Torna-se importante esclarecer que esta etapa da Conferência teve caráter aberto e regionalizado, com o objetivo de viabilizar a escuta individual de cada cidadão, independentemente de sua vinculação com a sociedade civil organizada. Este enfoque resultou não apenas em uma quantidade expressiva de propostas, como também em uma diversidade temática relevante. Vale destacar que muitos dos aspectos de segurança apontados diziam respeito a situações cotidianas e concretas, como o entorno das residências, a vizinhança imediata ou os trajetos diários percorridos pelos cidadãos, seja a pé ou por meio de transporte.

Os encontros presenciais regionais resultaram em 362 propostas, com a participação de 351 pessoas ao longo dos oito dias de realização (**Quadro 4**). Após sistematização pela comissão organizadora, este total foi consolidado em 144 propostas, descritas em um documento único – o Caderno de Propostas – com indicação da conferência de origem e registro de sua recorrência entre as diferentes regiões.

2.5.2.2. Eventos Virtuais

Os eventos virtuais realizados foram organizados em dois grupos:

01 encontros abertos à sociedade, que ampliaram a participação dos debates iniciados nas conferências regionais – especialmente de cidadãos que não puderam comparecer presencialmente;

02 encontros voltados à capacitação da comissão organizadora e à preparação dos delegados para a etapa distrital.

Em relação aos eventos virtuais do primeiro grupo, estes ocorreram nos dias 13 e 14 de novembro de 2024, com 246 inscritos para o primeiro dia e 154 no segundo (sala virtual), totalizando 973 visualizações nos vídeos até o dia 23 de dezembro de 2024. A programação de ambos os encontros incluiu uma breve apresentação do PDISP e da própria Confedisp, com foco no objetivo geral do evento, entrevistas com autoridades da segurança pública do DF e a disponibilização de uma enquête para a participação pública. As contribuições recebidas foram sistematizadas e encaminhadas para a etapa distrital da Conferência.

Já os eventos de preparação do segundo grupo, voltados à capacitação da comissão organizadora e à preparação das delegações, ocorreram em datas distintas daquelas destinadas ao primeiro grupo. O treinamento da comissão organizadora foi realizado em 21 de novembro e contou com a participação de 37 representantes da própria comissão e de outros grupos de trabalho envolvidos na realização do evento. No dia seguinte, 22 de novembro, ocorreu a preparação das delegações, com a presença de 102 delegadas e delegados. Entre as ações preparatórias, destacam-se a explicação sobre o processo de mediação, facilitação e relatoria durante a Conferência, além da disponibilização prévia de informações e do link de acesso, permitindo aos participantes a leitura prévia do material referente à etapa distrital.

2.5.3 Etapa Distrital

A Etapa Distrital da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública (Confedisp) representou um marco histórico na abordagem participativa da segurança pública no Distrito Federal. Realizada entre os dias 26 e 28 de novembro de 2024 no Parla Mundi LBV - Centro de Convenções, em Brasília, essa etapa culminante reuniu mais de 2.000 participantes no auditório principal do evento, além dos 245 delegados com direito a voz e voto. Estes eram representantes das instituições de segurança pública do DF, de outras instituições, órgãos e agências (IOAs institucionais), de entidades representativas classe e da sociedade civil. Desse total, 40,8% dos delegados representavam a segurança pública do DF; 19,6%, outras IOAs institucionais; 4,1% entidades representativas de classe; e 35,5%, a sociedade civil. Dentre estes, destacou-se a expressiva presença dos representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), com 40 delegados(as), o que equivale a 16,33% do total.

A integração das contribuições das etapas preparatórias constituiu ponto focal da metodologia. Um extenso trabalho de sistematização foi realizado previamente, categorizando e analisando as propostas originárias das conferências regionais e eventos virtuais, além da preparação de documentos de apoio. Este material foi disponibilizado aos participantes da Etapa Distrital, servindo como ponto de partida para a construção coletiva e garantindo que as vozes das comunidades locais fossem efetivamente incorporadas ao processo propositivo final. Esta abordagem não apenas enriqueceu o conteúdo das discussões, mas também reforçou o caráter verdadeiramente participativo e representativo da Confedisp.

Para elaboração das propostas – entendidas como iniciativas sugeridas pelos delegados e delegadas para aperfeiçoar os novos ciclos do PDISP – foi estruturado um processo metodológico que priorizou a profundidade da participação, o diálogo qualificado e a construção coletiva em torno de cada tema.

Neste sentido, os Grupos de Trabalho (GTs) foram organizados em 8 salas, de acordo com os 32 temas previamente estabelecidos, abrangendo uma diversidade de questões relacionadas à segurança pública. Essas mesas de diálogo totalizaram 32, permitindo ampla discussão sobre cada um dos temas e a cocriação das propostas. Durante a conferência, a metodologia assegurou que cada GT mantivesse autonomia na

construção. A escolha por consenso ou consentimento considerou: a inclusão, exclusão ou ajuste das ideias apresentadas e garantiu que as propostas refletissem o desejo coletivo. Foi adotado também como ferramenta de participação e priorização o momento interativo, destacou-se como uma fase em que todos os delegados tiveram a oportunidade de priorizar as propostas desenvolvidas, solidificando a colaboração e a convergência de ideias. Em seguida, as três propostas de maior votação de cada tema foram submetidas à plenária consultiva, criando um espaço onde todos os delegados e delegadas puderam colaborar com a pactuação do resultado final. Essa etapa de consulta foi crucial para garantir a pluralidade de vozes e a legitimidade das decisões que impactariam diretamente as políticas de segurança.

Para assegurar a documentação precisa e a disseminação eficaz dos resultados, foi designada uma equipe dedicada de relatores e facilitadores para cada sessão e grupo de trabalho. Esses profissionais foram qualificados não apenas para registrar e estimular o processo de cocriação, mas também para sintetizar os principais pontos e facilitar o processo de construção de consenso ou consentimento.

Esse nível de transparência foi essencial para manter o engajamento e a motivação dos participantes durante os três dias intensivos de conferência. Destaca-se que a equipe de facilitadores era composta por especialistas em metodologias participativas, não em segurança pública. Esse aspecto reforça a legitimidade dos resultados obtidos, por representarem, de forma mais equânime, os diferentes segmentos envolvidos. Em suma, a metodologia e o formato da Etapa Distrital da Confedisp foram projetados para transcender o modelo tradicional de conferências, criando um ambiente verdadeiramente colaborativo e produtivo. Ao combinar técnicas de facilitação avançadas e um design cuidadoso do fluxo de atividades, a conferência não apenas cumpriu seus objetivos formais, mas também estabeleceu um novo padrão para eventos participativos em políticas públicas. O resultado foi um processo que não apenas gerou propostas concretas para o aprimoramento da segurança pública no DF, mas também fortaleceu os laços entre os diversos atores envolvidos, pavimentando o caminho para uma colaboração mais efetiva e duradoura no futuro, como é possível visualizar na **Figura 3**.

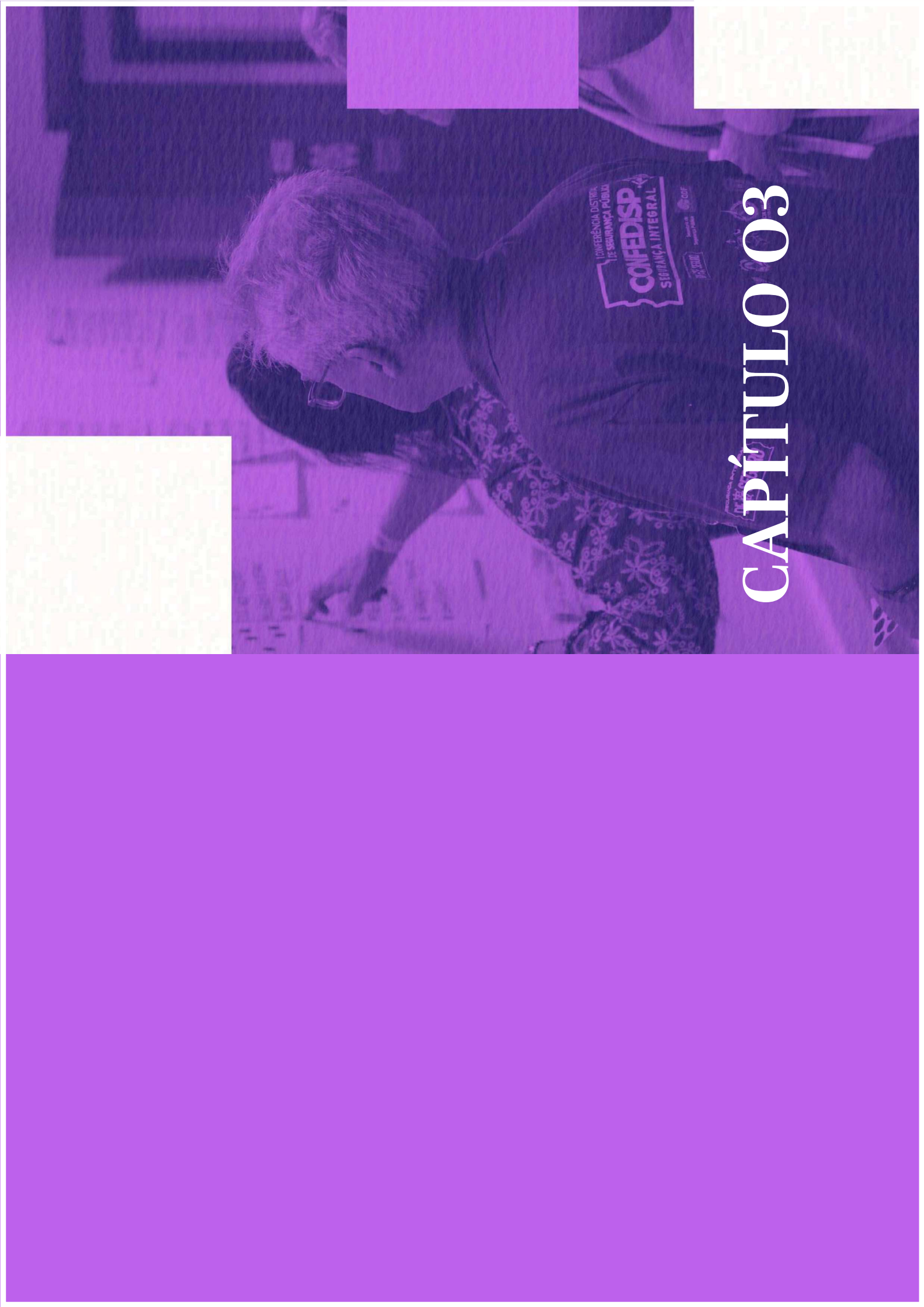


Figura 3 – Números da Confedisp

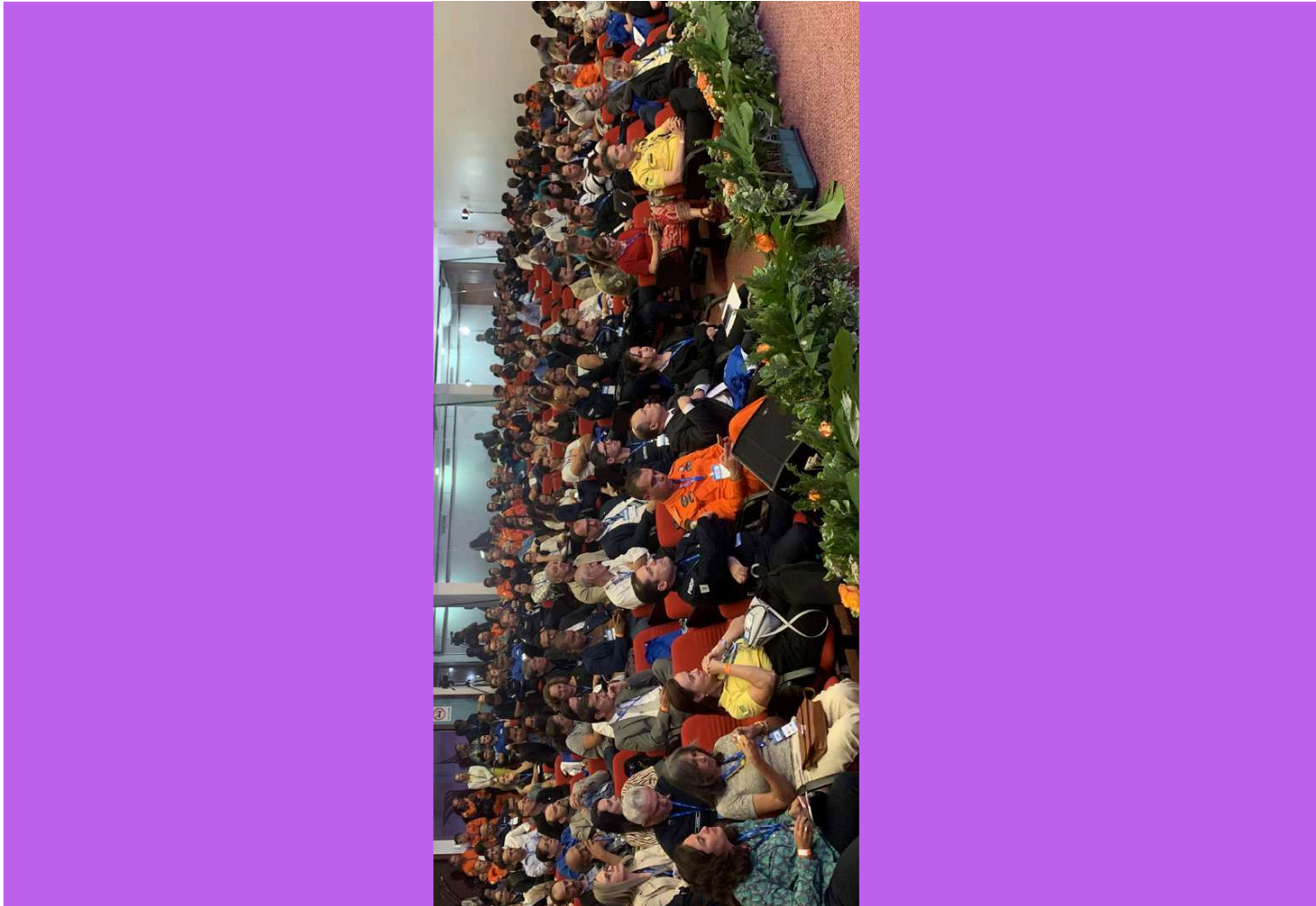
3259	INSCRITOS/AS	024	PALESTRAS
0245	DELEGADOS/AS CONFEDISP	032	TEMAS
0003	ETAPAS	032	GRUPOS DE TRABALHO
0013	DIAS DE EVENTOS	354	PROPOSTAS
		098	PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

“Participar da 1ª Confedisp, foi além das minhas expectativas, participar de um plano de segurança para minha Cidade é como cuidar da minha casa, e me faz ter um maior sentimento de pertencimento ao DF Obrigado a todos envolvidos.”



CAPÍTULO 03



Os Resultados da Confedisp

Com base nessa metodologia participativa, marcada pela transparência, diálogo e construção coletiva, os resultados obtidos refletem de forma legítima as demandas e expectativas da sociedade civil e das instituições envolvidas na **1ª Confedisp**. Desse modo, os tópicos seguintes apresentam, em detalhes, os resultados da participação social obtidos após as diversas etapas da conferência, destacando como as iniciativas foram organizadas, priorizadas e estruturadas para facilitar sua futura implementação pelo sistema de segurança pública do Distrito Federal.

A seguir, apresentam-se as iniciativas consolidadas, organizadas de forma complementar em diferentes níveis de análise: inicia-se com a segmentação em 5 macrotemas e seus respectivos 32 temas; em seguida, apresenta-se o ranqueamento das três iniciativas mais priorizadas em cada tema (totalizando 98 iniciativas de maior prioridade); na sequência, a apresentação das iniciativas transversais em relação aos temas; e, por fim, o agrupamento das iniciativas por área de negócios, conforme apresentado no tópico **2.4 (Metodologia e seus antecedentes)**.



“Como representante do ensino superior, agradeço a oportunidade de participar de um evento dessa natureza. Certamente, a experiência nos possibilitou espaços de reflexão e de construção valiosos e que deverão, esperamos, traduzir-se em bons frutos para todo o DF. Parabéns a todos os envolvidos! E obrigada pelo carinho em cada detalhe.”

3.1. Iniciativas por Macrotema e Tema

Como esclarecido no tópico 2.3.3 (Temário), as 121 iniciativas foram consolidadas em 32 temas principais, cada um com subtemas ou assuntos específicos, alinhados aos enfoques sugeridos. Esses temas, por sua vez, foram agrupados em 5 grandes categorias, denominadas Macrotemas. Nos tópicos seguintes, apresentam-se as iniciativas segmentadas por Tema e Macrotema.

3.1.1 Macrotema 1: Prevenção, Segurança e Cidadania (PSC)

O Macrotema 1, composto pelos 9 primeiros temas, concentra-se em questões relacionadas às políticas de prevenção, com ênfase em cidadania e vulnerabilidade de pessoas, conforme indicado nos quadros subseqüentes, integrantes deste primeiro conjunto de temas.

O Tema 1 destaca-se por abordar a prevenção criminal e a proteção de grupos vulneráveis – especialmente crianças, adolescentes, pessoas com deficiência (PCD) e demais grupos em situação de risco. Este tema foi consolidado a partir de 10 iniciativas, incluindo, por exemplo, a integração dos profissionais de segurança pública, por meio da capacitação presencial e concomitante, nas fases de formação, especialização e extensão em matérias atinentes aos grupos vulneráveis.



Quadro 5 – Tema 1: Prevenção criminal e vulneráveis 01

TEMA 1: Prevenção criminal e vulneráveis 01 ASSUNTO: Crianças e adolescentes; Pessoas com deficiência (PCD) e outros grupos relacionados.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
1.1	Integração dos profissionais de segurança pública por meio da capacitação presencial, no mesmo espaço físico, nas fases de formação, especialização e extensão, em matérias voltadas ao acolhimento adequado às crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis vítimas de crimes.
1.2	Pulverização dos serviços especializados às populações vulneráveis a todo o DF, com atendimento 24 horas, aumentando a disponibilidade e acessibilidade.
1.3	Criação de programas profissionalizantes e de qualificação técnica para adolescentes em conflito com a lei, criação/ampliação de parcerias com empresas privadas, com a finalidade de inserção deste grupo vulnerável no ambiente de trabalho e do empreendedorismo.
1.4	Integração de fluxos de trabalho dos órgãos da segurança pública com os demais equipamentos públicos (ex.: TJDF, MPDFT, CRAS, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, S. Saúde, S. Educação, CREAS)
1.5	Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às crianças, aos adolescentes, às pessoas com deficiência (PCD) e outros grupos relacionados vulneráveis vítimas de violência.
1.6	Integração dos órgãos de segurança pública com outras instituições.
1.7	Atualização e divulgação da carta de serviços dos órgãos da Segurança Pública em linguagem acessível e compreensível a todas as pessoas.
1.8	Elaboração de Banco Distrital de Boas Práticas e Políticas de Prevenção da Segurança Pública
1.9	Desenvolvimento de ações articuladas entre setores com vistas à redução do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência.
1.10	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 2, formado por 9 iniciativas, focou na prevenção criminal e proteção de outros grupos vulneráveis, abrangendo LGBTQIAP+, negros, quilombolas, indígenas, idosos e grupos similares. São exemplos de iniciativas vinculadas ao tema a ampliação do funcionamento da DECRIN para 24hs, como também o desenvolvimento de protocolos padronizados e fluxos operacionais que garantam abordagens respeitosas.

Quadro 6 – Tema 2: Prevenção criminal e vulneráveis 02

TEMA 2: Prevenção criminal e vulneráveis 02 ASSUNTO: LGBTQIAP+, negros e quilombolas, indígenas, idosos e outros grupos relacionados.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
2.1	Ampliação do funcionamento da DECRIN para 24h - Delegacia de atendimento às pessoas vulneráveis (Idosos, PcD e outras vulnerabilidades).
2.2	Desenvolvimento de protocolos padronizados e fluxos operacionais que garantam abordagens respeitosas, prevenindo violência institucional e revitimização.
2.3	Capacitação permanente dos profissionais de segurança pública para atendimento especializado a pessoas LGBTQIAP+, negros, quilombolas e indígenas, bem como o respeito à diversidade religiosa, especialmente aquelas de matriz africana.
2.4	Implementação de recursos materiais, humanos e ambientes acolhedores que garantam o atendimento qualificado e respeitoso à comunidade LGBTQIAP+, negros, indígenas, quilombolas e outros grupos vulneráveis, promovendo dignidade e acesso equitativo aos serviços de segurança pública.
2.5	Criação de fluxos de serviços de segurança pública e a Rede de Apoio e Proteção aos grupos vulneráveis (LGBTQIAP+, em especial pessoas trans, negros, quilombolas, indígenas, idosos, praticantes de religião de matrizes africanas, pessoas com deficiência, entre outros grupos.
2.6	Desenvolvimento de programas e ações de prevenção criminal pelo design de ambientes.
2.7	Ampliação dos canais e das estratégias de comunicação para otimizar a divulgação dos serviços e práticas de prevenção da segurança pública – Portal OMNIS.
2.8	Sensibilização e conscientização da sociedade sobre a importância de seu papel na promoção da segurança pública.
2.9	Estabelecimento de parcerias e fortalecimento do diálogo com instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil para a integração das ações, compartilhamento de recursos e promoção de soluções colaborativas em segurança pública.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 3 agrupa 20 iniciativas voltadas para segurança escolar, com destaque para a ampliação das iniciativas de atendimento do PROERD – com aumento da equipe e dos recursos – e a expansão do programa Guardião Escolar (BPesc) nas escolas do DF.

Quadro 7 – Tema 3: Segurança e educação

TEMA 3: Segurança e educação ASSUNTO: Escolas cívico-militares, violência nas escolas, esporte, violência escolar e a imprensa e outros assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
3.1	Ampliação do atendimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), com aumento da equipe e destinação de recursos.
3.2	Ampliação do programa Guardião Escolar do BPesc nas escolas do DF.
3.3	Fomento das práticas de prevenção nas escolas de forma continuada e ampliação do BPesc.
3.4	Capacitação de professores, gestores e militares em mediação de conflitos e cultura de paz.
3.5	Criação de legislação específica das escolas de gestão compartilhada.
3.6	Ampliação e Fortalecimento do Projeto de Gestão Compartilhada nas Escolas (Colégio Cívico-Militar do DF).
3.7	Integração da comunidade, CONSEGS, instituições, ONGs e associações com outras agências e a SSP.
3.8	Realização de seminários semestrais sobre segurança escolar.
3.9	Realização de palestras às comunidades sobre como prevenir a violência por meio dos CONSEGS – Conselhos de Segurança de cada R.A.
3.10	Implementação de um sistema de aulas virtuais, específicas para cada nível escolar dos internos, bem como cursos técnicos a distância, conforme a evolução do aprendizado.
3.11	Difusão de assuntos de prevenção relacionados à violência, especialmente contra a mulher.
3.12	Implementação de ações integradas que atendam às demandas de segurança da comunidade escolar.
3.13	Formulação de protocolo de práticas de prevenção.
3.14	Reformulação do plano de contingenciamento em desastres, com a inclusão de protocolos específicos para lidar com situações de agressor ativo, priorizando ambientes escolares e outros locais vulneráveis.
3.15	Aumento da assistência educacional aos custodiados.
3.16	Estabelecimento de parcerias estratégicas entre os órgãos de segurança pública e outras instituições.
3.17	Fortalecimento da cooperação entre os órgãos de segurança pública do DF, por meio do intercâmbio de informações.
3.18	Criação de plano de comunicação de ações e resultados positivos escolares.
3.19	Estruturação do Banco Distrital de Práticas de Prevenção da Segurança Pública - BIDIPRESP.
3.20	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 4, com 5 iniciativas, destacou a instituição da Política Distrital de enfrentamento ao desaparecimento de pessoas, com ações coordenadas e integração de diretrizes e fluxos operacionais entre os interessados – órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil.

Quadro 8 – Tema 4: Desaparecimento de pessoas

TEMA 4: Desaparecimento de pessoas	
ASSUNTO: Aspectos sociais e criminais. Tráfico de pessoas. Cooperação.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
4.1	Instituição da Política Distrital de Enfrentamento ao Desaparecimento de Pessoas com ações coordenadas, integrando diretrizes e fluxos operacionais entre órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil para a prevenção, registro, busca e acompanhamento de casos de desaparecimento, com foco em eficiência e uniformidade.
4.2	Fortalecimento da Rede Integrada de Busca e Localização, desenvolvendo um sistema centralizado e interoperável, com cadastro único distrital de pessoas desaparecidas; integração a mecanismos nacionais (SINALID e Amber Alert); instalação de tecnologias como câmeras de reconhecimento facial e articulação intersetorial entre SSP, SEJUS, SEDES, SES e outros parceiros para busca e localização ágeis.
4.3	Promoção de Conscientização e Divulgação, realizando campanhas educativas e preventivas para sensibilizar a sociedade sobre o desaparecimento de pessoas, ampliando a visibilidade por meio de mídias tradicionais e digitais, garantindo o envolvimento social nas buscas e prevenções.
4.4	Implementação de Atendimento Humanizado, oferecendo suporte emocional, psicossocial e jurídico às famílias e pessoas localizadas, em parceria com SEDES, SES, MPDFT e Defensoria Pública, além de fomento de estudos sobre o fenômeno do desaparecimento no DF, visando compreender suas causas e desenvolver estratégias preventivas eficazes.
4.5	Integração e cooperação dos órgãos de segurança pública com outras instituições*.

Fonte: Dados do 1º Confedisp.
Nota: *A iniciativa não foi incluída no plano de priorização.

O Tema 5, formado por 15 atividades, tratou do ambiente do crime e da sensação de segurança (medo do crime, com destaque para a ampliação do sistema de monitoramento em locais estratégicos, como também o fortalecimento das políticas públicas para a população em situação de rua.

Quadro 9 – Tema 5: Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)

TEMA 5: Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)	
ASSUNTO: Prevenção do crime pelo ambiente (CPTED), “DF Livre de carcaças”, e outras ações de zeladoria. Políticas específicas para medo do crime. O Ambiente e a Região Integrada de Segurança Pública (RISPs) e as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs).	
CÓDIGOS	INICIATIVA
5.1	Ampliação do sistema de monitoramento em locais estratégicos.
5.2	Fortalecimento das políticas públicas para a população em situação de rua.
5.3	Regulamentação das governanças para a efetividade da CPTED (Prevenção do crime por meio do Design Ambiental)
5.4	Fortalecimento das políticas de integração das forças de segurança para melhorar a articulação entre IOAs (instituições, órgãos e agência)
5.5	Aperfeiçoamento do programa de redução das desordens físicas e sociais.
5.6	Implementação de um cronograma anual de atividades, com apoio do Consseg, conscientizando a sociedade sobre o seu papel na segurança pública, para revitalizar espaços públicos propícios a serem ambientes de crimes, com a destinação de um percentual de emendas parlamentares.
5.7	Criação do fundo emergencial para atendimento de situações emergenciais da SSP, com indicação das prioridades feita pelos Conssegs.
5.8	Modernização da comunicação entre os órgãos públicos por meio de aplicativos/formulários eletrônicos para facilitar a comunicação das desordens.
5.9	Intensificação da retirada de circulação dos infratores contumazes, dos veículos com valores elevados de débitos e abandonados.
5.10	Fortalecimento da imagem e propagação das ações positivas na área da segurança pública.
5.11	Criação de indicadores de sensação de segurança por RISP, AISP e microrregião por meio de pesquisa de vitimização.
5.12	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.
5.13	Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão.
5.14	Estruturação de áreas de segurança prioritárias – ASP.
5.15	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.

Fonte: Dados do 1º Confedisp.

“Verdadeira
integração
democrática.”

O Tema 6 reúne 11 iniciativas voltadas a pessoas em situação de rua, incluindo a qualificação para o atendimento nos diversos órgãos de proteção social, além da priorização de emissão de documentação civil quando necessário.

Quadro 10 – Tema 6: Pessoas em Situação de Rua

TEMA 6: Pessoas em Situação de Rua	
ASSUNTO: Questões envolvendo as pessoas em situação de rua.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
6.1	Qualificação do atendimento à população em situação de rua, integrado aos diversos órgãos de proteção social.
6.2	Priorização de emissão de documentação civil de pessoas em situação de rua.
6.3	Articulação com a SEJUS por meio do CONEN/DF com foco no atendimento às pessoas com dependência química.
6.4	Reconhecimento de locais seguros (comércio e afins) pelas forças de segurança para acolhimento de pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade, principalmente mulheres, crianças e idosos.
6.5	Contribuição para a vinculação orçamentária ao IPE-DF para a realização bianual do censo por rua DF, conforme Decreto do GDF.
6.6	Acompanhamento do processo de ampliação de vagas de acolhimento e demais serviços das secretarias do GDF.
6.7	Implementação de uma campanha contra a aporofobia.
6.8	Inclusão de representantes das Instituições de Segurança Pública (ISP) (PM, PC, CBM e DETRAN) e dos Conselhos Comunitários com assentos no CIAMP (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento).
6.9	Contribuição para a promoção de campanhas de doações às instituições socioassistenciais credenciadas às sedes.
6.10	Aproximação dos órgãos de segurança pública das assembleias comunitárias dos CPOPS com o objetivo de pensar e aprimorar ofertas do serviço no formato de cooperação técnica.
6.11	Composição de grupos de trabalho junto às demais secretarias quando da implementação de novos equipamentos públicos nos territórios do DF.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 7, composto por sete iniciativas, está vinculado à segurança rural e foca na criação de delegacias rurais, grupos de bombeiros e na ampliação do atendimento das forças de segurança pública e a expansão do atendimento à população rural.

Quadro 11 – Tema 7: Segurança rural

TEMA 7: Segurança rural	
ASSUNTO: Segurança pública para a área rural – batalhão rural, tecnologia, especialização do patrulhamento incluindo o aéreo e outros assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
7.1	Criação de delegacias rurais, grupos de bombeiros e ampliação do Batalhão Rural, fortalecendo as forças de segurança e ampliando o atendimento à população rural.
7.2	Criação de novos Conselhos para atender a todas as áreas rurais do Distrito Federal.
7.3	Adoção de sistema de comunicação que atenda toda a população rural e adequação do sistema viário para melhorar a mobilidade rural.
7.4	Criação de banco de dados nacional de infratores de crimes ambientais.
7.5	Identificação de todas as propriedades rurais, com endereçamento digital e mapeamento das vias rurais para facilitar o atendimento das forças de segurança à população.
7.6	Implementação de programas de integração entre os órgãos de segurança, entidades governamentais, Sociedade Civil, Ministério Público e Poder Judiciário para viabilizar a adoção de ações imediatas no combate às infrações penais e administrativas nas áreas rurais.
7.7	Estabelecimento de política específica para o enfrentamento da criminalidade na área rural.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.



O Tema 8 apresentou 12 iniciativas, com destaque da poluição sonora e dos ruídos gerados por veículos para a implementação de ações voltadas ao controle e eventos em geral.

Quadro 12 – Tema 8: Ordem pública e tranquilidade

TEMA 8: Ordem pública e tranquilidade	
ASSUNTO: Ruídos e poluição sonora (som alto), perturbação do sossego, briga de vizinhos, ataques de cães e outras ocorrências relacionadas – atuação integrada nas ocorrências referidas. O policiamento de proximidades e outras ações.	
Possibilidade de fechamento de estabelecimento.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
8.1	Implementação de programas de integração entre os órgãos de segurança, entidades governamentais, Sociedade Civil, Ministério Público e Poder Judiciário para viabilizar a adoção de ações imediatas no combate às infrações penais e administrativas nas áreas rurais.
8.2	Ampliação e mais rigidez fiscal dos órgãos de trânsito em veículos com som perturbando o sossego público e motociclistas com escapamentos alterados.
8.3	Articulação com os órgãos competentes para o estabelecimento de normas que amparem os agentes públicos na verificação do cumprimento dos requisitos legais expressos nas declarações de licenças de funcionamento, incluindo a SSP.
8.4	Conscientização da sociedade, por meio de seminários em reuniões dos Conselhos, sobre a atuação das forças de segurança, evidenciando as atribuições de cada corporação.
8.5	Articulação para proposição de atualização da legislação referente ao combate à poluição sonora no CTB.
8.6	Implementação de campanhas para a conscientização junto à comunidade para a conservação da ordem pública, tranquilidade especialmente sobre som alto, briga de vizinhos, ataque de cães e ocorrências relacionadas.
8.7	Reconhecimento, pelas forças de segurança, de locais seguros (comércios, igrejas e afins) para acolhimento de pessoas em situação de risco à vida ou vulnerabilidade, principalmente mulheres, crianças e idosos.
8.8	Ampliação da sensação de segurança, implementando ações que viabilizem a capacitação dos atores envolvidos na segurança, por meio de instrução, aumento de efetivos, intensificação de fiscalização, apuração de infrações penais e de atendimentos emergenciais.
8.9	Aperfeiçoamento do programa de redução das desordens físicas e sociais.
8.10	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.
8.11	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF.
8.12	Consolidação e difusão da atuação com base nas Regiões Integradas de Segurança Pública – RISPs, Áreas de Segurança Pública – AISPs e implementação das microrregiões.

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

O Tema 9, orçado por 17 iniciativas, tratou da ordem pública e da ocupação do espaço, com a criação de um serviço de inteligência para o monitoramento de áreas com indícios (e/ou suspeitas) de ocupação irregular do solo, além de estabelecer o fortalecimento da autonomia dos órgãos e entidades de fiscalização.

Quadro 13 – Tema 9: Ordem pública e a ocupação do espaço

TEMA 9: Ordem pública e a ocupação do espaço	
ASSUNTO: Questão fundiária do DF – Ocupação irregular de terras, cultura de invasão de terras com a posterior regularização, combate às quadrilhas de invasão de terra e temas relacionados.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
9.1	Criação de serviço de inteligência para o monitoramento de áreas com indícios de ocupação irregular do solo.
9.2	Fortalecimento da autonomia dos órgãos e entidades de fiscalização, visando a respectiva blindagem política.
9.3	Convênios de acordo de cooperação para dar à PMDF competência de Polícia Administrativa, Batalhão Rural e Ambiental.
9.4	Aperfeiçoamento do geoportai para disponibilização das medidas administrativas aplicadas pelo DF Legal, o IBRAM, ADAS, etc. aos órgãos de fiscalização e ao ministério público.
9.5	Envolvimento dos produtores rurais no combate inicial a incêndios e na proteção e restauração ambiental.
9.6	Fortalecimento das redes de segurança comunitária rural e urbana, com: 1. aumento de efetivo, principalmente do Cepema, Batalhões rurais e ambientais para atendimento a todo o DF. 2. aperfeiçoamento do Disque Denúncia, com a criação de fluxos específicos para questões relacionadas ao uso e ocupação do solo.
9.7	Realização do mapeamento contínuo, com utilização de IA, nas áreas urbana e rural do DF, para identificar novas ocupações irregulares.
9.8	Instituição de sala de situação específica e permanente para monitoramento, prevenção e combate ao uso e ocupação irregular do solo e questões ambientais e urbanísticas.
9.9	Investimento em equipamentos e tecnologia de segurança em áreas estratégicas para monitoramento, fiscalização e combate ao uso e ocupação irregular do solo.
9.10	Instituição de mecanismos para inclusão de famílias removidas de ocupações irregulares nos programas sociais do governo, respeitando a precedência das listas de programas habitacionais.
9.11	Efetivação das medidas administrativas aplicadas para que as intimações demoltórias, embargos, notificações ambientais e multas sejam cumpridas.
9.12	Implementação de campanhas educacionais para conscientização da população, inclusive nas escolas, sobre a importância da ocupação ordenada do solo e da preservação ambiental.
9.13	Integração/inclusão do ONDA com os sistemas CIOB. Sala de situação replicada para o batalhão rural.
9.14	Articulação com o poder legislativo federal e distrital para reformulação da legislação civil, penal e administrativa para prevenir e colir a grilagem e a ocupação irregular do solo.
9.15	Integração da política de segurança pública com outras políticas públicas, como a de habitação ambiental e a de uso e ocupação do solo.
9.16	Efetivação da regularização fundiária para a área rural.
9.17	Implementação de cronograma de ações de zeladoria como carpinha, manutenções e outros, mediante definição clara dos órgãos responsáveis.

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

3.1.2 Macrotema 2: Enfrentamento qualificado da criminalidade (EQC)

O Macrotema 2 – Enfrentamento qualificado da criminalidade – é composto pelos Temas 10 a 21, sendo o maior conjunto de temas entre todos. O Tema 10, por sua vez, foi composto por 11 iniciativas, destacando a criação de um sistema com informações integradas sobre casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Quadro 14 – Tema 10: Crimes contra a mulher

TEMA 10: Crimes contra a mulher	
ASSUNTO: Vítimas: Prevenção, repressão, Medidas protetivas, agressores; Câmara técnica de Feminicídio (CTMHF). Machismo estrutural e outros temas.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
10.1	Criação de um sistema de informações integradas sobre casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, fornecidas por forças de segurança pública e outras entidades públicas e privadas.
10.2	Fortalecimento e ampliação do monitoramento de medidas protetivas de urgência para enfrentamento da violência contra a mulher.
10.3	Estruturação, ampliação e fortalecimento de espaços humanizados para a qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.
10.4	Formação e capacitação continuada dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.
10.5	Fortalecimento e ampliação dos projetos e programas de reeducação dos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.
10.6	Ampliação e fortalecimento do atendimento especializado e divulgação dos canais de denúncia para o enfrentamento da violência contra a mulher.
10.7	Promoção e ampliação de campanhas educativas continuadas voltadas à prevenção e ao tratamento de gênero na mídia e nos ambientes público e privado.
10.8	Criação, ampliação e fortalecimento de programas e projetos direcionados ao envolvimento social para o enfrentamento da violência contra a mulher.
10.9	Ampliação e fortalecimento de medidas preventivas para o enfrentamento da violência contra a mulher.
10.10	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos das Forças de Segurança.
10.11	Fortalecimento de Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF.

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

O Tema 11 tratou dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e apresentou 6 iniciativas, com destaque para a necessidade de aprimoramento e efetivação dos controles mais rigorosos nas saídas temporárias de presos, com monitoramento através de tornozeleira eletrônica.

Quadro 15 – Tema 11: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

TEMA 11: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	
ASSUNTO: CVLI ou MVI (morte violentas intencionais). Desarmamento. Homicídio, Latrocínio e lesão corporal seguida de morte e outros assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
11.1	Aprimoramento e efetivação de controles mais rigorosos nas saídas temporárias de presos. (Ação: Monitoramento através de tornozeleira eletrônica em presos do regime semiaberto e que façam jus à saída temporária)
11.2	Implantação do sistema de Inteligência artificial para identificação de veículos e pessoas envolvidas em CVLI, ampliando a cobertura das câmeras.
11.3	Estabelecimento de protocolos específicos para o enfrentamento do CVLI.
11.4	Fortalecimento da comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de bancos de dados de vestígios, dados periciais e de identificação biométrica.
11.5	Inclusão dos demais CVLI na competência da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF.
11.6	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.



O **Tema 12** apresentou 12 iniciativas sobre os Crimes placas e facial) e de pontos estratégicos do DF (em áreas urbanas e rurais), com central integrada de monitoramento para as forças de segurança.

Quadro 16 – Tema 12: Crimes Contra o Patrimônio (CCP)

TEMA 12: Crimes Contra o Patrimônio (CCP)	
ASSUNTO: Transseunte, coletivo, comércio, residência, veículo e telefones celulares.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
10.1	Ampliação do videomonitoramento inteligente (monitoramento de placas e facial) de pontos estratégicos do DF (áreas urbanas e rurais), com uma central integrada de monitoramento para todas as forças de segurança pública.
10.2	Implantação de reconhecimento facial nos sistemas de transporte público.
10.3	Criação de sistema de controle e rastreabilidade de peças automotivas proveniente de desmanche (identificação por QR-Code).
10.4	Criação de uma seção de investigação especializada para crimes contra o patrimônio em área rural na Divisão de Repressão contra Roubos e Furtos (DRF-CORPATRI). (Ação: Fortalecimento do programa "Guardião rural")
10.5	Fortalecimento e ampliação da capacidade de atendimento e investigação da delegacia de crimes cibernéticos no DF.
10.6	Fiscalização dos espaços de revenda e manutenção de equipamentos celulares.
10.7	Ampliação de prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED).
10.8	Implantação do Boletim Unificado de Ocorrência.
10.9	Implantação e ampliação das redes de comércio e vizinhos protegidos.
10.10	Divulgação pelas forças de segurança pública do Programa Celular Seguro do Governo Federal.
10.11	Estabelecimento de Programas específicos para enfrentamento do CCP.
10.12	Estruturação de áreas de segurança prioritárias – ASP.

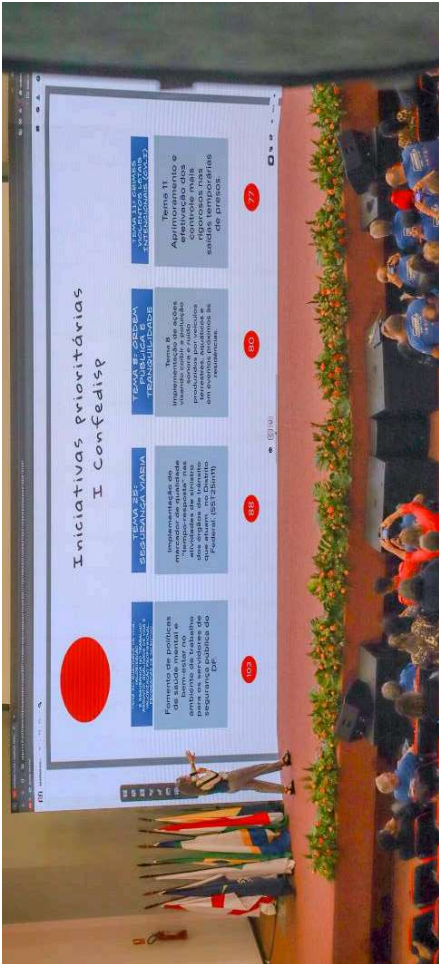
Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O **Tema 13** apresentou 11 iniciativas atinentes a organizações criminosas, com ênfase na reformulação do sistema de atendimento advocatício ao preso

Quadro 17 – Tema 13: Organizações criminosas

TEMA 13: Organizações Criminosas	
ASSUNTO: Questões distritais envolvendo tráfico de drogas, domínio de cidades, Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), plano de defesa de cidades, parcerias, treinamentos e outros assuntos relacionados.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
13.1	Reformulação do Sistema de Atendimento Advocatício ao preso faccionado.
13.2	Contratação de policiais (penais, civis, militares). Capacitação, investimento em inteligência penitenciária, ressocialização (trabalho e estudo) e melhoria de infraestrutura.
13.3	Aperfeiçoamento da estrutura de recebimento de denúncias de corrupção e criminalidade organizada, fomentando denúncias de corrupção por servidores públicos e dando autonomia às ouvidorias, garantindo proteção de identidade do reportante.
13.4	Fortalecimento da repressão ao tráfico de drogas e ampliação dos programas de prevenção ao uso de drogas, atuando amplamente sobre a demanda.
13.5	Estabelecimento de mecanismos de proteção dos agentes do Estado e de testemunhas, garantindo a proteção de seus dados.
13.6	Aprimoramento e efetivação dos controles de presos mais perigosos.
13.7	Criação de sistema centralizado de coleta de dados de inquéritos policiais e outras fontes de fatos criminais para formação de um banco de dados acessível e produção de análise com fim de indicar tendências criminais e políticas públicas.
13.8	Estabelecimento no DF de estratégia de controle do crime baseada na inteligência (Intelligence-Led Police).
13.9	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.
13.10	Aplicação das determinações da Convenção da ONU para o crime organizado, no que cabe ao DF.
13.11	Produção permanente de inquéritos de vitimização buscando a redução de cifras ocultas do crime organizado e da corrupção.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.



O **Tema 14** abordou 7 iniciativas relacionadas à inteligência de segurança pública, destacando-se a criação de um sistema para o compartilhamento de

O **Tema 16** tratou de 4 iniciativas, com ênfase na subnotificação e investigação criminal. A principal ação destacada foi a implantação do registro integrado de ocorrências, desde o início do atendimento pelas forças de segurança. Em seguida, os participantes

ressaltaram a necessidade de aperfeiçoar os meios de denúncia de crimes, com foco no enfrentamento ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes de impacto.

Quadro 18 – Tema 14: Inteligência de segurança pública

TEMA 14: Inteligência de segurança pública	
ASSUNTO: A Inteligência policial na segurança pública do DF: compartilhamento de dados, doutrina e outros temas.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
14.1	Criação de sistema para o compartilhamento de dados e informações entre as agências de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.
14.2	Aproximação do sistema de inteligência de segurança pública do Distrito Federal com a sociedade civil e Consegs.
14.3	Garantia da regularidade orçamentária para atividade de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.
14.4	Ampliação da capacidade de obtenção e tratamento de dados em ambiente cibernético.
14.5	Capacitação dos agentes públicos de segurança pública e dos IOAs acerca da doutrina de inteligência.
14.6	Fortalecimento do sistema de Segurança Pública do Distrito Federal.
14.7	Elaboração dos documentos norteadores da atividade de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O **Tema 15** apresentou 7 iniciativas relacionadas à policiais a atividade com maior importância na ótica Polícia técnica, sendo a capacitação e investimento dos participantes.

em tecnologia para a otimização de procedimentos

Quadro 19 – Tema 15: Polícia técnica

TEMA 15: Polícia técnica	
ASSUNTO: Questões atuais para o fortalecimento da polícia técnica no âmbito do DF: tecnologia, informações e outros assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
15.1	Capacitação e investimento em tecnologia para otimização de procedimentos periciais.
15.2	Criação de protocolo nacional integrado de cadeia de custódia de vestígios.
15.3	Aperfeiçoamento da portaria conjunta de atuação entre PCDF e CBMDF em sinistros de incêndio.
15.4	Aperfeiçoamento dos sistemas de banco de dados de vestígios, dados periciais e de identificação biométrica.
15.5	Estabelecimento de programas específicos para atuação conjunta no enfrentamento dos crimes contra o patrimônio.
15.6	Intensificação da capacitação técnico-profissional, com subsídios e incentivos à formação continuada.
15.7	Atualização e aperfeiçoamento de protocolos específicos para o enfrentamento do CVLL.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

Quadro 20 – Tema 16: Subnotificação e Investigação Criminal

TEMA 16: Subnotificação e Investigação Criminal	
ASSUNTO: Aspectos do registro criminal, causas de subnotificação, investigação policial, técnicas de investigação, legislação e demais assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
13.1	Implantação do registro de ocorrência integrado desde o início do atendimento pelas forças de segurança (PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN, PRF, Polícia Penal).
13.2	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro, aos crimes patrimoniais, aos crimes contra a dignidade sexual e aqueles praticados contra as mulheres.
13.3	Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de procedimentos investigativos e periciais, por meio de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial.
13.4	Fortalecer a comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de bancos de dados de vestígios, dados periciais, de identificação, preocupando-se preliminarmente com a necessidade da preservação do local de crime.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

“Integração da população com as forças de Segurança Pública para construção da nossa cidade mais segura.”

O Tema 17, por sua vez, contou com 13 iniciativas, com o fortalecimento do sistema de inteligência da Polícia Penal e integração com os demais sistemas de inteligência a atividade mais indicada pelos par-

Quadro 21 – Tema 17: Sistema prisional

TEMA 17: Sistema prisional	
ASSUNTO: Questões para o fortalecimento do sistema prisional distrital: construção e reformas de estabelecimentos prisionais, controle de custodiados dentre outros assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
17.1	Fortalecimento do sistema de inteligência da Polícia Penal e integração com os demais sistemas de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.
17.2	Fortalecimento das equipes de fiscalização dos custodiados beneficiados com saídas temporárias.
17.3	Aumento do envolvimento dos custodiados em atividades laborais
17.4	Estabelecimento de programas voltados para a saúde e a qualidade de vida dos servidores do sistema prisional.
17.5	Aquisição e modernização dos equipamentos de segurança e qualificação dos servidores do sistema prisional.
17.6	Aprimoramento da monitoração eletrônica.
17.7	Aumento do envolvimento de custodiados em atividades educacionais.
17.8	Construção e reformas de estabelecimentos penais.
17.9	Aprimoramento e efetivação dos controles de presos mais perigosos.
17.10	Consolidação de programas voltados aos egressos.
17.11	Fortalecimento de parcerias com a Defensoria pública e poder judiciário com o fim de promover o acesso à justiça e redução do encarceramento.
17.12	Otimização do atendimento das equipes de saúde no sistema prisional.
17.13	Implementação de tecnologia para identificação e controle dos custodiados e ingressantes das unidades prisionais.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 18, com 7 iniciativas, destacou a necessidade de de proposição legislativa para regulamentar obrigações, deveres e aplicar penalidades aos organizadores de multa nos casos de excesso de volume sonoro.

Quadro 22 – Tema 18: Manifestações e eventos particulares em espaços públicos

TEMA 18: Manifestações e eventos particulares em espaços públicos	
ASSUNTO: Deveres institucionais e da sociedade, Cooperação entre segurança pública e privada, Grandes eventos, Prevenção da interferência de crime organizado ou grupos radicais; Direito de Protesto e Liberdade de Expressão X Segurança Pública.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
18.1	Proposição de Legislação sobre obrigações, deveres e penalidades aplicadas a organizadores de eventos públicos ou privados e de atos públicos em espaços públicos.
18.2	Aferição e aplicação de multa (punição) a responsáveis por eventos com som acima do permitido, incluindo o uso de decibelímetros pela PM.
18.3	Proposição de Legislação que padronize horários de funcionamento de bares, restaurantes, distribuidoras e afins.
18.4	Desenvolvimento de projetos e ações voltados à aproximação dos órgãos de segurança pública.
18.5	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.
18.6	Fiscalização e coibição da presença de ambulantes sem autorização em eventos.
18.7	Aprimoramento do processo de autorização para manifestações e eventos particulares em espaços públicos para torná-los mais acessível e transparente.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.



O Tema 19, com 16 iniciativas, destacou aspectos relacionados ao atendimento à população nos serviços de Segurança Pública, destacando o aprimoramento

O Tema 20, com 8 iniciativas, destacou a importância da integração de dados e de sistemas, com destaque para a articulação entre as áreas de segurança e saúde, do papel do CBMDF e do Serviço Unificado de Atendimento Pré-Hospitalar (SUAPH), entre outros temas correlatos.

Quadro 23 – Tema 19: Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública

TEMA 19: Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	
ASSUNTO: Questões atuais: aprimoramento das ouvidorias, acessibilidade, tempo de resposta, humanização e outros.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
19.1	Criação de projetos sociais para crianças e adolescentes voltados para esporte e cultura como forma de inclusão social.
19.2	Utilização das informações de Ouvidoria para embasar e subsidiar a tomada de decisão.
19.3	Criação de campanhas publicitárias do serviço de Ouvidoria com destaque para a segurança e facilidade que o sistema proporciona.
19.4	Aprimoramento da inteligência artificial utilizada pela rede de ouvidoria do GDF.
19.5	Promoção da excelência e aumento da capacidade operacional priorizando as unidades de resposta imediata, visando a redução do tempo de atendimento de ocorrências.
19.6	Melhoria do tempo médio de resposta de Ouvidoria, atrelada à qualidade e efetividade.
19.7	Implantação do serviço ativo de rediscagem para ligações perdidas nas unidades de resposta imediata.
19.8	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento dos serviços administrativos, técnicos e burocráticos voltados ao público.
19.9	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.
19.10	Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública.
19.11	Compartilhamento de boas práticas de atendimento ao público entre os órgãos da SSP.
19.12	Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.
19.13	Atualização e divulgação da carta de serviços dos órgãos da Segurança Pública.
19.14	Otimização do processo de aprovação de projetos de instalação contra incêndio e pânico.
19.15	Aumento da capacidade operacional para a promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos de gestão.
19.16	Promoção da excelência e aumento da capacidade operacional para a redução do tempo de conclusão de procedimentos investigativos e perícias.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

Quadro 24 – Tema 20: Atendimento emergencial

TEMA 20: Atendimento emergencial	
ASSUNTO: Integração de dados e sistemas, integração entre segurança e saúde, papel dos Bombeiros (CBMDF) e do Serviço Unificado de Atendimento Pré-Hospitalar – SUAPH, dentre outros assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
20.1	Implementação de novas tecnologias e promoção da qualificação para a redução do tempo de resposta no atendimento emergencial.
20.2	Implantação de soluções de interoperabilidade entre os sistemas de Segurança Pública e os demais serviços de Atendimento de Emergência.
20.3	Implementação do gerenciamento de trânsito para viaturas de emergência com emprego de recursos tecnológicos e sinalização específica para viaturas de grande porte.
20.4	Implementação de soluções de georreferenciamento para as frotas dos órgãos de segurança pública.
20.5	Ampliação da abertura dos Serviços de Emergência nas áreas rurais.
20.6	Seleção dos atendentes para o Serviço Emergencial baseado em critérios objetivos do perfil profissional, garantindo a qualificação continuada e o monitoramento constante.
20.7	Divulgação, de forma ampla e simplificada, das cartas de serviço dos diversos órgãos, incluindo as formas de acesso ao atendimento emergencial.
20.8	Implantação do registro de ocorrência integrado.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 21, com 7 iniciativas, priorizou a formação e a capacitação continuada de equipes de investigação especializadas no combate aos crimes cibernéticos e

o aprimoramento do compartilhamento dos bancos de dados entre as instituições públicas, em especial as forças de segurança.

Quadro 25 – Tema 21: Crimes cibernéticos (cibercrimes)

TEMA 21: Crimes cibernéticos (cibercrimes)		
ASSUNTO: Enfrentamento aos crimes cibernéticos: capacitação, legislação, tecnologias de prevenção e investigação.		
CÓDIGOS	INICIATIVA	
21.1	Formação e capacitação continuada das equipes de investigação especializadas no combate aos crimes cibernéticos.	
21.2	Aprimorar o compartilhamento dos bancos de dados entre as instituições públicas, especialmente entre as forças de Segurança Pública.	
21.3	Aquisição e atualização de equipamentos (hardware) e programas (softwares) utilizados no combate aos crimes cibernéticos.	
21.4	Promoção de campanhas nas escolas e instituições de ensino sobre os riscos dos crimes cibernéticos	
21.5	Criar uma Câmara Técnica sobre o enfrentamento aos crimes cibernéticos com participação dos órgãos de segurança pública, sociedade civil e outras instituições.	
21.6	Realização de capacitação contínua dos servidores públicos, especialmente os da Segurança Pública, no combate aos crimes cibernéticos.	
21.7	Promoção de campanhas publicitárias com vídeos educativos, informando os riscos do mundo digital em diversas plataformas como televisão, internet, entre outras, especialmente no que tange aos crimes financeiros e à exposição de dados pessoais.	

Fonte: Dados da 1ª Confedisp



3.1.3 Macrotema 3: Preservação da incolumidade (PI)

O Macrotema 3, Preservação da incolumidade, tratou dos Temas 22 a 25, com tópicos específicos da segurança pública, tais como defesa civil, fiscalização e vistoria por parte do Corpo de Bombeiros, segurança e meio ambiente e segurança viária. Quanto ao Tema 22, este apresentou 11 iniciativas, sendo a intensificação da fiscalização e da repressão às ocupações irregulares e o fortalecimento da identificação e do mapeamento das áreas de risco no DF, as atividades com maior indicação dos participantes.

Quadro 26 – Tema 22: Defesa Civil

TEMA 22: Defesa Civil		
ASSUNTO: Monitoramento de área de risco geológico, cooperação interagências e outros temas de defesa civil.		
CÓDIGOS	INICIATIVA	
22.1	Intensificação da fiscalização e da repressão às ocupações irregulares, visando prevenir o surgimento de novas áreas de risco de desastres e promover a segurança territorial.	
22.2	Fortalecimento da identificação e do mapeamento das áreas de risco no DF, por meio da integração de dados entre órgãos.	
22.3	Divulgação de mapas e informações de riscos de desastres do DF em plataformas e sites acessíveis com o objetivo de promover a ampla conscientização da população.	
22.4	Criação de um sistema integrado de prevenção de riscos e mitigação de eventos e catástrofes no DF.	
22.5	Fortalecimento do quadro de servidores e militares dedicados às ações de defesa civil, promovendo a descentralização e o engajamento comunitário nas cidades (RAs).	
22.6	Fortalecimento da governança do risco de desastre para gerenciar o risco e integração entre instituições.	
22.7	Implementação e ampliação da sinalização em áreas de risco de desastres no DF.	
22.8	Implementação da política do Build Back Better (reconstruir melhor) em cenários de desastres.	
22.9	Investimento em ações voltadas à redução do risco de desastre para a resiliência da comunidade.	
22.10	Melhoria na preparação para desastres, a fim de proporcionar uma resposta eficaz.	
22.11	Atualização periódica de planos de contingência para desastres, incorporando novos cenários de riscos e tecnologias.	

Fonte: Dados da 1ª Confedisp

O Tema 23, com 8 iniciativas, destacou como atividades que carecem de maior atenção a criação de normas para veículos elétricos – especialmente quanto às tomadas de recarga em edificações verticais – e o desenvolvimento de um aplicativo para a vistoria de eventos de pequeno porte.

Quadro 27 – Tema 23: Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros

TEMA 23: Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros	
ASSUNTO: Vistoria, Retroalimentação do ciclo operacional para o desenvolvimento institucional e a efetividade na prestação de serviços de interesse da sociedade. Demais assuntos relacionados.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
23.1	Criação de normas para veículos elétricos, em especial quanto às tomadas de recarga em edificações verticais.
23.2	Criação de um aplicativo de vistoria de eventos de pequeno porte.
23.3	Implementação de mapeamento das edificações que apresentem risco, a fim de direcionar a campanha de relatório técnico.
23.4	Capacitação da população, por meio do CBMDF, a fim de reconhecer e minimizar os riscos específicos da edificação e da área de atuação.
23.5	Melhoria da fiscalização dos aceiros nas áreas rurais na época da seca.
23.6	Criação de manual orientativo sobre ações ou programas de serviços já existentes para a população.
23.7	Otimização do processo de aprovação de projetos de instalação contra incêndio e pânico.
23.8	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento dos serviços administrativos, técnicos e burocráticos voltados ao público.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 24 apresentou 10 iniciativas, dando maior relevo ao estabelecimento de política de destinação de animais domésticos vítimas de maus-tratos e o for-

Quadro 28 – Tema 24: Segurança e Meio ambiente

TEMA 24: Segurança e Meio ambiente	
ASSUNTO: Crimes ambientais – tráfico de animais, incêndios, degradação de mananciais, danos à fauna, biodiversidade. Papéis dos órgãos e a vigilância sobre as áreas.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
24.1	Estabelecimento de política de destinação de animais domésticos vítimas de maus-tratos e abandono.
24.2	Fortalecimento das instituições de fiscalização e cuidado em unidades de conservação e parques urbanos com o aumento do efetivo, equipamentos e tecnologias.
24.3	Estabelecimento de políticas específicas para enfrentamento da criminalidade ambiental.
24.4	Estímulo à participação da comunidade para prevenção aos crimes ambientais implementando campanhas e atividades educativas e sustentáveis em parceria com os Consags. Condema, escolas e comunidades em geral.
24.5	Capacitação, preparação e instrumentalização dos produtores rurais para combater incêndios florestais.
24.6	Fortalecimento do combate aos crimes contra os animais silvestres, exóticos e domésticos.
24.7	Fomento de programas de educação voltados à correta destinação de resíduos como forma de prevenir a degradação dos mananciais, danos à fauna e à biodiversidade.
24.8	Promoção de intercâmbio e integração de dados e sistemas relacionados à proteção ambiental com instituições, órgãos e agências do DF, União, Estados e sociedade civil.
24.9	Capacitação dos servidores que atuam na temática ambiental, através de instrumentos de cooperação entre os órgãos do sistema de proteção ambiental e sistema de segurança pública.
24.10	Diminuição do tráfico de animais, de incêndios, de acidentes, do mau uso do solo, dos danos à fauna, à flora e à biodiversidade.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.



O **Tema 25**, com 12 iniciativas e 298 votos relaciona-
dos à priorização, apresentou a necessidade de imple-
mentação do marcador de qualidade “tempo-respos-
ta” nas atividades de sinistro dos órgãos de trânsito,
além da criação de Política Distrital de Segurança
Viária como as demandas com maior prevalência.

Quadro 29 – Tema 25: Segurança viária

TEMA 25: Segurança viária	
ASSUNTO: Plano nacional de mortes e lesões no trânsito (PNATTRANS) e outros assuntos relacionados.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
25.1	Implementação do marcador de qualidade “tempo-resposta” nas atividades de sinistro dos órgãos de trânsito que atuam no Distrito Federal.
25.2	Criação de Política Distrital de Segurança Viária.
25.3	Regulamentação do serviço de motofrete conforme resolução CONTRAN 943, incluindo o controle de ruído.
25.4	Criação de delegacia especializada em crimes de trânsito com capacidade de atendimento itinerante.
25.5	Elaboração de normas e protocolos integrados de registro de sinistros de trânsito e desfazimento de local de sinistro de trânsito.
25.6	Criação de unidade móvel de flagrantes da polícia civil para o atendimento a crimes de trânsito em operações conjuntas.
25.7	Investimento em infraestrutura, sinalização, iluminação e tecnologia nas vias públicas do DF.
25.8	Conscientização por meio de mídias (TV, rádio, etc) sobre ações de segurança viária, bem como o papel da sociedade como agente transformador.
25.9	Otimização de processos de análise e julgamento das infrações de trânsito que resultam na suspensão ou cassação do direito de dirigir.
25.10	Estabelecimento de fluxo de informação entre os órgãos SNT que atuam no DF para viabilizar a identificação e a fiscalização de condutores infratores contumazes e veículos com valores elevados.
25.11	Enfrentamento de alcoolemia no trânsito com enfoque em teste de etilômetro ou lavratura do termo circunstanciado de embriaguez.
25.12	Criação de fundo distrital para financiamento e ampliação de campanhas educativas de órgãos de trânsito com atuação no Distrito Federal.

Fonte: Dados do 1º Confedisp.

3.1.4 Macrotema 4: Governança e Gestão (GT)

O Macrotema 4, por sua vez, é voltado à Governança e Gestão, destacada a participação social, a atuação integrada e a modernização dos órgãos de segurança pública, além da própria governança e transparência no âmbito da segurança pública. Neste sentido, o **Tema**

26, com 13 iniciativas, indicou a implantação de aporte financeiro aos membros do Conseg e a adoção de sistema tecnológico para gestão dos Consegs, como forma de permitir o feedback das ações aos cidadãos, como as iniciativas de maior atenção.

Quadro 28 – Tema 24: Segurança e Meio ambiente

TEMA 26: Participação da sociedade na segurança pública	
ASSUNTO: Aprimoramento da participação da sociedade na segurança pública e conscientização de outros órgãos atuarem considerando os indicadores de segurança pública. Parcerias. Possibilidade de “Feedbacks” sobre o atendimento.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
26.1	Implantação de aporte financeiro aos membros do Conseg, garantindo recursos para o cumprimento de suas funções.
26.2	Adoção de sistema tecnológico para gestão dos Consegs, como forma de dar feedback ao cidadão, ampliar o atendimento e proporcionar o registro de ocorrências, sugestões e reclamações, com a produção de indicadores como tempo médio de resposta, índice de satisfação, taxa de resolução e engajamento da comunidade.
26.3	Viabilização de verba específica ou destinação de incentivos fiscais para a promoção de ampla divulgação pública dos Consegs.
26.4	Aprimoramento da capacidade de resposta dos órgãos públicos para a solução das demandas das comunidades do DF.
26.5	Disponibilização de comunicação móvel para o atendimento de áreas rurais e com dificuldade de sinal.
26.6	Realização de treinamentos conjuntos e constantes com as forças de segurança.
26.7	Aprimoramento da atuação nos conselhos de participação social existentes, como Condisp e Conseg.
26.8	Estabelecimento de programas nas comunidades para a valorização dos idosos e cuidadores de cada localidade.
26.9	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro.
26.10	Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão.
26.11	Criação e melhoria de parcerias com o setor privado e terceiro setor.
26.12	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.
26.13	Realização de estudos e criação de indicadores de segurança e taxa de retorno social.

Fonte: Dados do 1º Confedisp.

O Tema 27, com 12 iniciativas, destacou a implantação do registro de ocorrência integrada, a inovação e modernização do sistema de inteligência do DF e a

revisão do modelo de funcionamento do CIOB como as iniciativas de maior demanda.

Quadro 31 – Tema 27: Atuação integrada

TEMA 27: Atuação integrada ASSUNTO: Burocracia para parcerias e integrações, 06 anos de CIOB e seus desafios, Área de Segurança Prioritária (ASP).	
CÓDIGOS	INICIATIVA
27.1	Implantação do registro de ocorrência integrado.
27.2	Inovação e modernização do sistema de inteligência do DF.
27.3	Revisão do Modelo de funcionamento do CIOB.
27.4	Modernização da estrutura e equipamentos do CIOB.
27.5	Ampliação e atualização dos protocolos de operações integradas das forças de segurança.
27.6	Estabelecimento de parcerias com o setor privado, terceiro setor, universidade e outros serviços especializados à segurança pública para desenvolver soluções tecnológicas e estudos sobre gestão e integração.
27.7	Substituição das ASPs por operação nos moldes do quinto mandamento.
27.8	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF.
27.9	Ampliação do compartilhamento de dados e informações entre os órgãos de segurança.
27.10	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.
27.11	Desenvolvimento de projetos e ações voltados à aproximação dos órgãos de segurança pública.
27.12	Estabelecimento de diretrizes para o compartilhamento de Boas Práticas entre os órgãos de segurança pública.

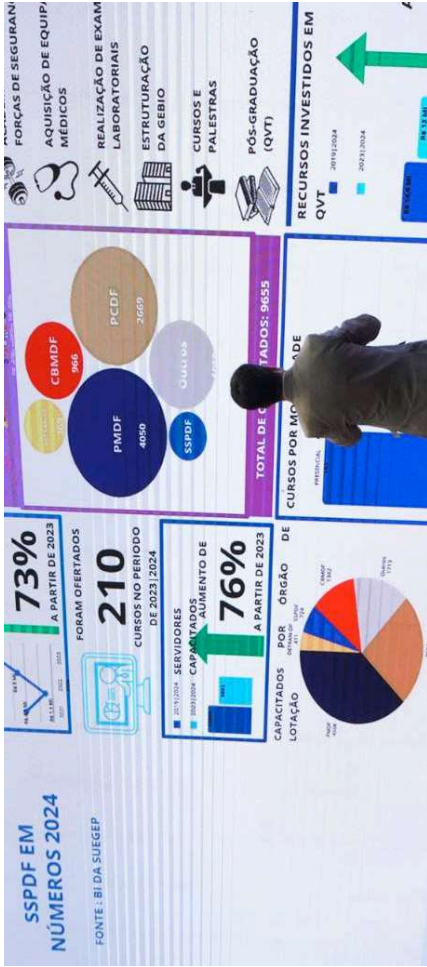
Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 28 contou com 15 iniciativas, das quais merecem maior atenção o estabelecimento de programa de capacitação em gestão e liderança e a implementação da gestão de riscos – operacionais, táticos e estratégicos.

Quadro 32 – Tema 28: Governança (“ESG”), transparência e imagem da segurança pública

TEMA 28: Governança (“ESG”), transparência e imagem da segurança pública ASSUNTO: Governança (“ESG”), transparência e imagem (comunicação social), Planejamento estratégico, tático e operacional, gestão de processos e outros assuntos.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
28.1	Estabelecimento de programa de capacitação em gestão e liderança.
28.2	Implementação da gestão de riscos operacionais, táticos e estratégicos.
28.3	Melhoria no nível de maturidade do processo de governança.
28.4	Implantação de um modelo de inteligência estratégica.
28.5	Fortalecimento de comitês internos sobre governança, estratégia, conformidade e integridade.
28.6	Ampliação da disponibilização dos dados abertos nos sites dos órgãos públicos de segurança de forma a promover a transparência pública.
28.7	Estabelecimento de comunicação estratégica para fortalecer a imagem institucional.
28.8	Inclusão e difusão de uma agenda ESG no âmbito das instituições de segurança pública.
28.9	Fortalecimento do monitoramento e da avaliação estratégica, incluindo os tomadores de decisão.
28.10	Implementação do mapeamento, análise, melhoria e redesenho de processos.
28.11	Institucionalização de uma política de inovação e transformação estratégica.
28.12	Implantação de modelo de diagnóstico de capacidades para unidades operacionais.
28.13	Instituição de fórum permanente de discussão e compartilhamento de informações entre as áreas de governança dos órgãos da Segurança Pública.
28.14	Fortalecimento da governança dos dados de segurança pública.
28.15	Implantação de um modelo de priorização de projetos nos órgãos de segurança pública.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.



O Tema 28, por sua vez, apresentou 16 iniciativas, dando prioridade para o emprego de tecnologias de reconhecimento facial e OCR no projeto de videomonitoramento

Quadro 33 – Tema 28: Modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública

TEMA 28: Modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública	
ASSUNTO: Tecnologia da informação e comunicação – videomonitoramento; integração de dados e sistemas; ciência de dados; inteligência artificial. Estrutura e financiamento. Padronização e redundância.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
28.1	Emprego de tecnologias de reconhecimento facial e OCR no projeto de videomonitoramento.
28.2	Ampliação do videomonitoramento inteligente em pontos estratégicos do DF, considerando não somente a questão da mancha criminal, mas também o estudo do ambiente com ajuda de IA.
28.3	Aplicação do conceito de Smart City na estrutura da SSP e do CIOB.
28.4	Criação de uma carreira de tecnologia para atender a todos os órgãos.
28.5	Implantação do georreferenciamento da frota dos órgãos de segurança pública, exceto para a frota destinada à investigação e serviço de inteligência.
28.6	Estudo e incentivo de Boas Práticas no emprego das IA restritivas, tais como: PredPol, HunchLab, Blue Crush, CompStat, para coleta e análise dos dados.
28.7	Expansão de obras de estrutura de TIC com priorização de salvaguarda de dados.
28.8	Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de TIC de segurança pública.
28.9	Eficiência na sustentação da infraestrutura de TIC, através da padronização do modelo de contratação de serviços terceirizados de sustentação.
28.10	Ampliação da capacidade de desenvolvimento de softwares, através da padronização do modelo de contratação de serviços terceirizados de desenvolvimento de softwares.
28.11	Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PEDISP, o qual servirá de parâmetro para os demais PEDICTs nos órgãos de segurança pública.
28.12	Aprimoramento da ferramenta de participação social (Participa DF) para as ouvidorias referentes aos órgãos de segurança pública (ação conjunta com a controladoria geral) para que a IA procure informações do microambiente regional do manifestante.
28.13	Fomentar, através de projetos, a utilização de ferramentas de BI.
28.14	Fortalecimento e parametrização das Políticas de Segurança da Informação dos Órgãos de Segurança Pública.
28.15	Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização.
28.16	Estudos e implantação de ferramentas de coleta, tratamento e análise de dados com o uso de mineração de dados, Big Data, inteligência artificial, aprendizado de máquina (Machine Learning), redes neurais e processamento de linguagem natural (Natural Language Processing - NLP) com foco em análises preditivas e outras finalidades.

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

3.1.5 Macrotema 5: Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento (GQPC)

O 5º Macrotema tratou da Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento, contemplando os Temas

Quadro 34 – Tema 30: Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública

TEMA 30: Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública	
ASSUNTO: Trilha de capacitação, gestão de competência, perfis profissionais, relação com a academia, aspectos de carreira, educação corporativa, gestão do conhecimento e inovação.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
30.1	Incentivo à adoção dos dados gerados nos Conslegs e pela sociedade civil nos processos decisórios da Secretaria de Segurança Pública.
30.2	Incentivo à produção de conhecimento técnico-científico e à pesquisa na área de Segurança Pública para a sociedade civil.
30.3	Criação de incentivos remuneratórios para docência e à instrutória.
30.4	Garantia de rubrica orçamentária voltada a ações de capacitação e produção de conhecimento em segurança pública nos órgãos de segurança pública.
30.5	Capacitação em políticas inclusivas nos cursos de formação dos profissionais de segurança pública.
30.6	Produção de estudos científicos dos cargos de forma a desenvolver a atualização dos perfis profissionais e mapas de competências, nos currículos das carreiras de segurança pública de forma a responder os desafios atuais.
30.7	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.
30.8	Implementação da política de ensino das forças de segurança para garantir a capacitação continuada com a geração de conhecimento científico, promovendo o crescimento pessoal e profissional com o objetivo de prestar um serviço de qualidade para a população.
30.9	Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública.
30.10	Criação de incentivos à qualificação acadêmica vinculada à progressão funcional.
30.11	Capacitação permanente de gestores.
30.12	Gestão do conhecimento corporativo com vistas à disponibilização de dados e acervo de conhecimento cientificamente produzido no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.
30.13	Promoção de capacitações ou trilhas para ocupação de funções, em especial as estratégicas e táticas, com foco na gestão por competências.
30.14	Instrução à sociedade civil sobre conhecimento nos serviços de segurança pública e seus fluxos.
30.15	Ampliação do acesso aos conselhos e secretarias (educação, inovação, ciência e tecnologia) para os órgãos da Secretaria de Segurança Pública.

TEMA 30: Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública	
ASSUNTO: Tripla de capacitação, gestão de competência, perfis profissionalizantes, relação com a academia, aspectos de carreira, educação corporativa, gestão do conhecimento e inovação.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
30.16	Remuneração de pesquisadores e fomento ao pagamento das atividades de capacitação e produção de conhecimento.
30.17	Desenvolvimento de banco de dados ou biblioteca virtual unificada sobre capacitações e produções de conhecimento em SSP, facilitando a troca de informações e a coordenação de ações.
30.18	Implementação de metodologias próprias de avaliação de desempenho para o profissional de segurança pública.
30.19	Incentivo à produção de conhecimento técnico-científico e à pesquisa na área de segurança pública.
30.20	Estruturação do Banco de Informações Distritais sobre Educação em Segurança Pública - BIDESP.
30.21	Criação de mecanismos nos cursos e estabelecimentos de ensino para oferecer suporte aos atores do processo de ensino e instrução em saúde física, socioemocional e mental, objetivando aumentar o bem-estar nos cursos.
30.22	Intensificação de capacitação técnico-profissional.
30.23	Desenvolvimento de banco de boas práticas.
30.24	Inserção de estágios ou palestras com instituições do terceiro setor nos cursos de formação das forças de segurança, promovendo a integração com a comunidade.
30.25	Criação de banco de talentos e repositório de currículos.
30.26	IPRE – Iniciativa Própria Alinhada à Estratégia (ação livre).

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

O Tema 31, com 12 iniciativas, indicou o fomento de políticas de saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho para os servidores de segurança pública.

ca como a atividade de maior demanda, seguida do aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Quadro 35 – Tema 31: Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho – QVT 01

TEMA 31: Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 01	
ASSUNTO: Qualidade de vida e valorização profissional, Programas de incentivo.	
CÓDIGOS	INICIATIVA
31.1	Fomento de políticas de saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho para os servidores de segurança pública do DF.
31.2	Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança no ambiente de trabalho.
31.3	Fortalecimento dos mecanismos de proteção jurídica e valorização dos profissionais de segurança pública.
31.4	Garantia de rubrica orçamentária voltada para ações de QVT nos órgãos de Segurança Pública.
31.5	Incentivo orçamentário à atividade física e eventos desportivos para servidores.
31.6	Promoção de suporte biopsicossocial e espiritual ao servidor e sua família.
31.7	Inclusão da educação financeira nos cursos de formação e progressão em carreira.
31.8	Promoção de ações visando o desenvolvimento humano do servidor (autoconhecimento, autorresponsabilidade, gestão da emoção, autoestima, amor-próprio, relações sociais e práticas de autocuidado).
31.9	Avaliação permanente das condições de trabalho, da organização e dos processos de trabalho, com vistas à segurança e promoção de saúde do servidor.
31.10	Promoção de convênios e parcerias com estabelecimentos de ensino superior visando o suporte à saúde e segurança do trabalho (Promoção ABT: Psicológico/ Segurança).
31.11	Realização de pesquisas científicas e diagnósticas na área de Qualidade de Vida no Trabalho com servidores.
31.12	Fomento a políticas de promoção à saúde física e mental para os servidores das forças de segurança, com o objetivo de aumentar o bem-estar, envolvimento e desempenho sustentável no atendimento das demandas da população do DF.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.



“Um ponto forte foi participação da sociedade civil, dos servidores da segurança pública e dos representantes dos órgãos públicos que fazem parte do contexto da segurança do Distrito Federal para melhoria do PDISP.”

Por último, o **tema 32** apresentou 4 iniciativas, indicando como atividades que demandam ações mais imediatas a reestruturação dos planos de carreira, à saúde mental dos servidores da segurança pública.

Quadro 36 – Tema 32: Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 02

TEMA 32: Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 02		
ASSUNTO: Saúde, segurança no Trabalho		
CÓDIGOS	INICIATIVA	
32.1	Reestruturação dos planos de carreira.	
32.2	Garantia da recomposição dos quadros de pessoal.	
32.3	Criação de quadro próprio de atenção e cuidado à saúde mental dos servidores da segurança pública.	
32.4	Implantação do serviço de saúde e segurança no trabalho composto por Médico do Trabalho, Enfermeiro de Segurança do Trabalho e Técnico de Segurança do Trabalho.	

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

Analisando de maneira sumária os resultados apresentados, os três temas que receberam a maior quantidade de votos foram:

01 Tema 3 - Segurança e educação, com 320 votos para suas iniciativas;

02 Tema 13 – Organizações Criminosas, com 303 votos;

03 Tema 25 - Segurança viária, com 298 votos.

Verifica-se que são temas pertencentes a macrotemas distintos – Prevenção, Segurança e Cidadania;

enfrentamento qualificado da criminalidade; e Prevenção da Incolunidade, respectivamente – o que reforça o caráter multifacetado e complexo da segurança pública, com diversas frentes distintas com níveis de priorização próximos.

Cabe reforçar que as 144 iniciativas estabelecidas após a etapa preparatória (**tópico 2.5.2**) evoluíram para um total de 359 na etapa distrital, uma vez que foram sugeridas novas propostas, houve desdobramentos de iniciativas anteriores em duas ou três novas, entre outras situações. Estas iniciativas receberam um total de 6.091 votos, enaltecendo, mais uma vez, a participação maciça dos(as) delegados(as) presentes ao evento.

3.2. Lista das 98 iniciativas de maior prioridade

Entendendo a importância de todos os temas propostos na **1ª Confedisp**, independentemente da quantidade de votos recebidos para suas iniciativas ou do número de iniciativas propostas, foram ranqueadas as três iniciativas mais votadas em cada tema. No **tema 26** houve um empate entre duas iniciativas classificadas na terceira posição. Já na mesa do **Tema 28 –** Gover-

nança (“ESG”), transparência e imagem da segurança pública – foi priorizada uma iniciativa classificada como Intertemas, visto que se faz presente, de maneira transversal, em diferentes temas e macrotemas. Deste modo, após estes filtros, foram alcançadas as 98 iniciativas de maior prioridade da **1ª Confedisp**, conforme o quadro seguinte.



“Parabéns pelo evento lindo e de extrema importância, à medida que inclui diversos atores públicos e civis para falar da segurança pública, oportunizando a construção coletiva e enriquecedora de um olhar múltiplo para dar conta da complexidade do tema, foi incrível e que venha a 2ª. Confedisp.”

Quadro 37 – Iniciativas mais pontuadas na 1ª Confedisp, por tema

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
1ª	103	31.1	Fomento de políticas de saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho para os servidores de segurança pública do DF.	31. Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 01
2ª	99	-	Estabelecimento de percentual mínimo de 13% dos recursos do Fundo Constitucional do DF para cada força de segurança, bem como fixação de percentual máximo de 50% para saúde e educação, com o objetivo de garantir a modernização dos órgãos.	Intertemas
3ª	88	25.1	Implementação do marcador de qualidade "tempo-resposta" nas atividades de sinistro dos órgãos de trânsito que atuam no Distrito Federal.	25. Segurança viária
4ª	80	8.1	Implementação de programas de integração entre os órgãos de segurança, entidades governamentais, Sociedade Civil, Ministério Público e Poder Judiciário para viabilizar a adoção de ações imediatas no combate às infrações penais e administrativas nas áreas rurais.	8. Ordem pública e tranquilidade
5ª	77	11.1	Aprimoramento e efetivação de controles mais rigorosos nas saídas temporárias de presos. (Ação: Monitoramento através de tornozeleira eletrônica em presos do regime semiaberto e que façam jus à saída temporária)	11. Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)
6ª	72	3.1	Ampliação do atendimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), com aumento da equipe e destinação de recursos.	3. Segurança e educação
7ª	72	18.1	Proposição de Legislação sobre obrigações, deveres e penalidades aplicadas a organizadores de eventos públicos ou privados e de atos públicos em espaços públicos.	18. Manifestações e eventos particulares em espaços públicos
8ª	66	4.1	Instituição da Política Distrital de Enfrentamento ao Desaparecimento de Pessoas com ações coordenadas, integrando diretrizes e fluxos operacionais entre órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil para a prevenção, registro, busca e acompanhamento de casos de desaparecimento, com foco em eficiência e uniformidade.	4. Desaparecimento de pessoas
9ª	63	25.2	Criação da Política Distrital de Segurança Viária.	25. Segurança viária
10ª	61	3.2	Ampliação do programa Guardião Escolar do BPesc nas escolas do DF.	3. Segurança e educação
11ª	61	4.2	Fortalecimento da Rede Integrada de Busca e Localização, desenvolvendo um sistema centralizado e interoperável, com cadastro único distrital de pessoas desaparecidas, integração a mecanismos nacionais (SINALID e Amber Alert), instalação de tecnologias como câmeras de reconhecimento facial e articulação intersetorial entre SSP, SEJUS, SEDES, SES e outros parceiros para busca e localização ágeis.	4. Desaparecimento de pessoas
12ª	61	11.2	Implantação do sistema de Inteligência artificial para identificação de veículos e pessoas envolvidas em CVLI, ampliando a cobertura das câmeras.	11. Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
13ª	61	16.1	Implantação do registro de ocorrência integrado desde o início do atendimento pelas forças de segurança (PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN, PRF, Polícia Penal).	16. Subnotificação Investigação Criminal
14ª	61	32.1	Reestruturação dos planos de carreira.	32. Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 02
15ª	60	12.1	Ampliação do videomonitoramento inteligente (monitoramento de placas e facial) de pontos estratégicos do DF (áreas urbanas e rurais), com uma central integrada de monitoramento para todas as forças de segurança pública.	12. Crimes Contra o Patrimônio (CCP)
16ª	60	20.1	Implementação de novas tecnologias e promoção da qualificação para a redução do tempo de resposta no atendimento emergencial.	20. Atendimento emergencial
17ª	59	10.1	Criação de um sistema de informações integradas sobre casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, fornecidas por forças de segurança pública e outras entidades públicas e privadas.	10. Crimes contra a mulher
18ª	59	31.2	Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança no ambiente de trabalho.	31. Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 01
19ª	58	13.1	Reformulação do Sistema de Atendimento Advocatício ao preso faccionado.	13. Organizações Criminosas
20ª	58	25.3	Regulamentação do serviço de motofrete conforme resolução CON-TRAN 943, incluindo o controle de ruído.	25. Segurança viária
21ª	55	5.1	Ampliação do sistema de monitoramento em locais estratégicos.	5. Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)
22ª	55	7.1	Criação de delegacias rurais, grupamentos dos bombeiros e ampliação do Batalhão Rural, fortalecendo as forças de segurança e ampliando o atendimento à população rural.	7. Segurança rural
23ª	55	12.2	Implantação de reconhecimento facial nos sistemas de transporte público.	12. Crimes Contra o Patrimônio (CCP)
24ª	55	14.1	Criação de sistema para o compartilhamento de dados e informações entre as agências de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.	14. Inteligência de segurança pública

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
25ª	55	32.2	Garantia da recomposição dos quadros de pessoal.	32. Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 02
26ª	54	1.1	Integração dos profissionais de segurança pública por meio da capacitação presencial, no mesmo espaço físico, nas fases de formação, especialização e extensão, em matérias voltadas ao acolhimento adequado às crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis vítimas de crimes.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01
27ª	54	10.2	Fortalecimento e ampliação do monitoramento de medidas protetivas de urgência para enfrentamento da violência contra a mulher.	10. Crimes contra a mulher
28ª	54	26.1	Implantação de aporte financeiro aos membros do Conseg, garantindo recursos para o cumprimento de suas funções.	26. Participação da sociedade na segurança pública
29ª	53	21.1	Formação e capacitação continuada das equipes de investigação especializadas no combate aos crimes cibernéticos.	21. Crimes Cibernéticos (cibercrimes)
30ª	52	13.2	Contratação de policiais (penais, civis, militares), Capacitação, investimento em inteligência penitenciária, ressocialização (trabalho e estudo) e melhoria de infraestrutura.	13. Organizações Criminosas
31ª	51	3.3	Fomento das práticas de prevenção nas escolas de forma continuada e ampliação do BPEsc.	3. Segurança e educação
32ª	51	32.3	Criação de quadro próprio de atenção e cuidado à saúde mental dos servidores da segurança pública.	32. Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 02
33ª	50	30.1	Incentivo à adoção dos dados gerados nos Consegs e pela sociedade civil nos processos decisórios da Secretaria de Segurança Pública.	30. Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública
34ª	49	22.1	Intensificação da fiscalização e da repressão às ocupações irregulares, visando prevenir o surgimento de novas áreas de risco de desastres e promover a segurança territorial.	22. Defesa Civil
35ª	48	20.2	Implantação de soluções de interoperabilidade entre os sistemas de Segurança Pública e os demais serviços de Atendimento de Emergência.	20. Atendimento emergencial
36ª	47	9.1	Criação de serviço de inteligência para o monitoramento de áreas com indícios de ocupação irregular do solo.	9. Ordem pública e a ocupação do espaço

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
37ª	46	1.2	Pulverização dos serviços especializados às populações vulneráveis a todo o DF, com atendimento 24 horas, aumentando a disponibilidade e acessibilidade.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01
38ª	46	15.1	Capacitação e investimento em tecnologia para otimização de procedimentos periciais.	15. Polícia técnica
39ª	45	6.1	Qualificação do atendimento à população em situação de rua, integrado aos diversos órgãos de proteção social.	6. Pessoas em Situação de Rua
40ª	45	14.2	Aproximação do sistema de inteligência de segurança pública do Distrito Federal com a sociedade civil e Consegs.	14. Inteligência de segurança pública
41ª	44	29.1	Emprego de tecnologias de reconhecimento facial e OCR no projeto de videomonitoramento.	29. Modernização e reaparelhamentos dos órgãos de segurança pública
42ª	43	18.2	Aferição e aplicação de multa (punição) a responsáveis por eventos com som acima do permitido, incluindo o uso de decibélmetros pela PM.	18. Manifestações e eventos particulares em espaços públicos
43ª	43	27.1	Implantação do registro de ocorrência integrado.	27. Atuação integrada
44ª	43	30.2	Incentivo à produção de conhecimento técnico-científico e à pesquisa na área de Segurança Pública para a sociedade civil.	30. Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública
45ª	42	22.2	Fortalecimento da identificação e do mapeamento das áreas de risco no DF, por meio da integração de dados entre órgãos.	22. Defesa Civil
46ª	40	6.2	Priorização de emissão de documentação civil de pessoas em situação de rua.	6. Pessoas em Situação de Rua
47ª	40	17.1	Fortalecimento do sistema de inteligência da Polícia Penal e integração com os demais sistemas de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.	17. Sistema prisional
48ª	40	22.3	Divulgação de mapas e informações de riscos de desastres do DF em plataformas e sites acessíveis com o objetivo de promover a ampla conscientização da população.	22. Defesa Civil

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
49ª	39	12.3	Criação de sistema de controle e rastreabilidade de peças automotivas proveniente de desmanche (identificação por QR-Code).	12. Crimes Contra o Patrimônio (CCP)
50ª	39	19.1	Criação de projetos sociais para crianças e adolescentes voltados para esporte e cultura como forma de inclusão social.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública
51ª	39	23.1	Criação de normas para veículos elétricos, em especial quanto às tomadas de recarga em edificações verticais.	23. Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros
52ª	39	29.2	Ampliação do videomonitoramento inteligente em portos estratégicos do DF, considerando não somente a questão da mancha criminal, mas também o estudo do ambiente com ajuda de IA.	29. Modernização e reaparelhamentos dos órgãos de segurança pública
53ª	38	8.2	Ampliação e mais rigidez fiscal dos órgãos de trânsito em veículos com som perturbando o sossego público e motociclistas com escapamentos alterados.	8. Ordem pública e tranquilidade
54ª	38	30.3	Criação de incentivos remuneratórios para docência e a instrutória.	30. Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública
55ª	37	13.3	Aperfeiçoamento da estrutura de recebimento de denúncias de corrupção e criminalidade organizada, fomentando denúncias de corrupção por servidores públicos e dando autonomia às ouvidorias, garantindo proteção de identidade do reportante.	13. Organizações Criminosas
56ª	36	9.2	Fortalecimento da autonomia dos órgãos e entidades de fiscalização, visando a respectiva blindagem política.	9. Ordem pública e a ocupação do espaço
57ª	35	2.1	Ampliação do funcionamento da DECRIN para 24h - Delegacia de atendimento às pessoas vulneráveis (Idosos, PcD e outras vulnerabilidades).	2. Prevenção criminal e vulneráveis 02
58ª	35	21.2	Aprimorar o compartilhamento dos bancos de dados entre as instituições públicas, especialmente entre as forças de Segurança Pública.	21. Crimes Cibernéticos (cibercrimes)
59ª	34	24.1	Estabelecimento de política de destinação de animais domésticos vitimas de maus-tratos e abandono.	24. Segurança e Meio ambiente
60ª	33	2.2	Desenvolvimento de protocolos padronizados e fluxos operacionais que garantam abordagens respeitosas, prevenindo violência institucional e revitimização.	2. Prevenção criminal e vulneráveis 02

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
61ª	33	2.3	Aprimorar o compartilhamento dos bancos de dados entre as instituições públicas, especialmente entre as forças de Segurança Pública.	2. Prevenção criminal e vulneráveis 02
62ª	33	17.2	Estabelecimento de política de destinação de animais domésticos vítimas de maus-tratos e abandono.	17. Sistema prisional
63ª	32	5.2	Desenvolvimento de protocolos padronizados e fluxos operacionais que garantam abordagens respeitosas, prevenindo violência institucional e revitimização.	5. Ambiente do crime e sensa-ção de segurança (medo do crime)
64ª	32	24.2	Capacitação permanente dos profissionais de segurança pública para atendimento especializado a pessoas LGBTQIAP+, negros, quilombolas e indígenas, bem como o respeito à diversidade religiosa, especialmente aquelas de matriz africana.	24. Segurança e Meio ambiente
65ª	31	27.2	Fortalecimento das equipes de fiscalização dos custodiados beneficiados com saídas temporárias.	27. Atuação integrada
66ª	30	5.3	Fortalecimento das políticas públicas para a população em situação de rua.	5. Ambiente do crime e sensa-ção de segurança (medo do crime)
67ª	30	17.3	Fortalecimento das instituições de fiscalização e cuidado em unidades de conservação e parques urbanos com o aumento do efetivo, equipamentos e tecnologias.	17. Sistema prisional
68ª	29	4.3	Inovação e modernização do sistema de inteligência do DF.	4. Desaparecimento de pessoas
69ª	29	6.3	Regulamentação das governanças para a efetividade da CPTED (Prevenção do crime por meio do Design Ambiental)	6. Pessoas em Situação de Rua
70ª	28	8.3	Aumento do envolvimento dos custodiados em atividades laborais	8. Ordem pública e tranquilidade
71ª	27	1.3	Promoção de Cientização e Divulgação, realizando campanhas educativas e preventivas para sensibilizar a sociedade sobre o desamparamento de pessoas, ampliando a visibilidade por meio de mídias tradicionais e digitais, garantindo o envolvimento social nas buscas e prevenções.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01
72ª	27	27.3	Articulação com a SEJUS por meio do CONEN/DF com foco no atendimento às pessoas com dependência química.	27. Atuação integrada

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
73ª	26	23.2	Criação de um aplicativo de vistoria de eventos de pequeno porte.	23. Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros
74ª	26	26.2	Adoção de sistema tecnológico para gestão dos Consags, como forma de dar feedback ao cidadão, ampliar o atendimento e proporcionar o registro de ocorrências, sugestões e reclamações, com a produção de indicadores como tempo médio de resposta, índice de satisfação, taxa de resolução e engajamento da comunidade.	26. Participação da sociedade na segurança pública
75ª	25	9.3	Convênios de acordo de cooperação para dar à PMDF competência de Polícia Administrativa, Batalhão Rural e Ambiental.	9. Ordem pública e a ocupação do espaço
76ª	25	15.2	Criação de protocolo nacional integrado de cadeia de custódia de vestígios.	15. Polícia técnica
77ª	25	18.3	Proposição de Legislação que padronize horários de funcionamento de bares, restaurantes, distribuidoras e afins.	18. Manifestações e eventos particulares em espaços públicos
78ª	25	20.3	Implementação do gerenciamento de trânsito para viaturas de emergência com emprego de recursos tecnológicos e sinalização específica para viaturas de grande porte.	20. Atendimento emergencial
79ª	24	10.3	Estruturação, ampliação e fortalecimento de espaços humanizados para a qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	10. Crimes contra a mulher
80ª	23	23.3	Implementação de mapeamento das edificações que apresentem risco, a fim de direcionar a campanha de relatório técnico.	23. Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros
81ª	23	24.3	Estabelecimento de políticas específicas para enfrentamento da criminalidade ambiental.	24. Segurança e Meio ambiente
82ª	22	21.3	Aquisição e atualização de equipamentos (hardware) e programas (softwares) utilizados no combate aos crimes cibernéticos.	21. Crimes Cibernéticos (cibercrimes)
83ª	22	29.3	Aplicação do conceito de Smart City na estrutura da SSP e do CIOB.	29. Modernização e reaparelhamentos dos órgãos de segurança pública
84ª	21	7.2	Criação de novos Consags para atender a todas as áreas rurais do Distrito Federal.	7. Segurança rural
85ª	21	28.1	Estabelecimento de programa de capacitação em gestão e liderança.	28. Governança ("ESG"), transparência e imagem da segurança pública
86ª	21	31.3	Fortalecimento dos mecanismos de proteção jurídica e valorização dos profissionais de segurança pública.	31. Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 01

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

INICIATIVAS MAIS PONTUADAS NA 1ª CONFEDISP, POR TEMA				
ORDEM	PRIORIZAÇÃO	CÓDIGO	PROPOSTA DE INICIATIVA	TEMA
87ª	20	7.3	Adoção de sistema de comunicação que atenda toda a população rural e adequação do sistema viário para melhorar a mobilidade rural.	7. Segurança rural
88ª	20	19.2	Utilização das informações de Ouvidoria para embasar e subsidiar a tomada de decisão.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública
89ª	19	14.3	Garantia da regularidade orçamentária para atividade de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.	14. Inteligência de segurança pública
90ª	19	26.3	Viabilização de verba específica ou destinação de incentivos fiscais para a promoção de ampla divulgação pública dos Consags.	26. Participação da sociedade na segurança pública
91ª	19	26.4	Aprimoramento da capacidade de resposta dos órgãos públicos para a solução das demandas das comunidades do DF.	26. Participação da sociedade na segurança pública
92ª	15	15.3	Aperfeiçoamento da portaria conjunta de atuação entre PCDF e CBMDF em sinistros de incêndio.	15. Polícia técnica
93ª	15	19.3	Criação de campanhas publicitárias do serviço de Ouvidoria com destaque para a segurança e facilidade que o sistema proporciona.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública
94ª	12	11.3	Estabelecimento de protocolos específicos para o enfrentamento do CVLI.	11. Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)
95ª	12	16.2	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro, aos crimes patrimoniais, aos crimes contra a dignidade sexual e aqueles praticados contra as mulheres.	16. Subnotificação - Investigação Criminal
96ª	12	28.2	Implementação da gestão de riscos operacionais, táticos e estratégicos.	28. Governança ("ESG"), transparência e imagem da segurança pública
97ª	11	16.3	Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de procedimentos investigativos e periciais, por meio de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial.	16. Subnotificação - Investigação Criminal
98ª	11	28.3	Melhoria no nível de maturidade do processo de governança.	28. Governança ("ESG"), transparência e imagem da segurança pública

Após esta priorização e estabelecimento das três primeiras iniciativas por tema, ocorreu uma reorganização na classificação dos temas, da maneira seguinte:

- 01 Tema 25 (Segurança viária) passou à primeira posição, com 209 votos;
- 02 Tema 3 (Segurança e educação) passou para a segunda posição, obtendo 184 votos;
- 03 Tema 31 (Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 01) alçou a terceira posição, com 183 votos.

Importa também indicar que se a iniciativa Intertermas fosse comparada com os somatórios das prioridades dos demais temas – mesmo sendo uma iniciativa, cabe reforçar – alcançou a 26ª posição na comparação direta com os temas priorizados, o que demonstra a sua relevância.

Um aspecto adicional que merece destaque é que os votos nas 98 iniciativas priorizadas por temas representam 66,51% do total de votos registrados em todas as iniciativas, ou seja, 4.051 dos 6.091 votos, incluindo a iniciativa Intertermas. Isso evidencia que, de fato, estas iniciativas priorizadas possuem uma representatividade significativa entre todas as demais iniciativas.



3.3. Iniciativas transversais em relação aos temas

Ainda que a classificação priorizada por temas seja importante, conforme desenvolvido no tópico anterior, a segmentação das iniciativas baseada em sua transversalidade também assume relevância. Dito de outra maneira, além da indicação quantitativa de votos relacionados a determinada iniciativa, a visualização de iniciativas que fazem parte de mais de um tema também é um parâmetro importante para o desenvolvimento de políticas públicas, posto que uma iniciativa envolvida em temas diversos pode traduzir complexidade, necessidade de envolvimento de diferentes áreas públicas e da própria sociedade, entre outros aspectos.

Após a realização da Confedisp, a Coordenação-Geral do evento, em conjunto com a Subcoordenação de Metodologia e com a Coordenação e Conteúdo do Relatório, organizaram as iniciativas idênticas ou correlatas, no intuito de estabelecer aquelas propostas com maior similaridade.

Nesse processo, 64 iniciativas idênticas ou semelhantes foram geradas nas diferentes mesas temáticas e agrupadas em “iniciativas transversais”, refletindo os diversos temas para os quais determinadas atividades foram propostas. Além disso, foi definida a atribuição organizacional, especificando as instituições responsáveis por cada iniciativa, conforme exemplificado no Quadro 38.

Quadro 38 – Iniciativas Transversais – Conjunto 0

INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 0 (ATRIBUÍDAS A XX ÓRGÃOS)					
ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
Iniciativa Transversal 0	1	X.XX	Texto da iniciativa idêntica ou semelhante.	5. Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)	SPP, PM, PC, CDM, DT, SPP, PM, PC, CDM, DT
	2	YY.Y	Texto da iniciativa idêntica ou semelhante.	10. Crimes contra a mulher	SPP, PM, PC, CDM, DT, SPP, PM, PC, CDM, DT

Fonte: Exemplo estabelecido

No exemplo estabelecido no Quadro 38, são apresentadas as iniciativas idênticas ou semelhantes agrupadas em uma determinada Iniciativa Transversal, a qual é identificada inclusive com a numeração. Na sequência é incluída a coluna com o número da iniciativa, seu código (de acordo com o tema), o texto da iniciativa, e na sequência é exposto o tema em uma coluna específica, possibilitando que seja mais facilmente visualizado a que tema a iniciativa pertence. Na última coluna é indicada a atribuição organizacional, sendo que cada quadro elenca uma instituição da segurança pública, e caso este se encontre colorido, indica que aquela

iniciativa é de atribuição do órgão indicado; caso o quadro esteja preenchido de cinza claro, indica que aquela iniciativa não é de atribuição do órgão.

Sobre os órgãos, inclusive, é importante descrever a representatividade de cada quadro:



= Secretaria de Segurança Pública	= Polícia Militar do Distrito Federal	= Polícia Civil do Distrito Federal
= Corpo de Bombeiros Militar do DF	= Departamento de Trânsito do DF	= Secretaria de Adm. Penitenciária
= Órgãos Externos à Seg. Pública	= Quadro não selecionado	

No exemplo acima, além de detalhados os nomes dos órgãos, demonstrou-se que quando o quadro está preenchido de cinza claro, o órgão não possui atribuição vinculada à iniciativa indicada na linha.

Na sequência, são apresentadas as iniciativas transversais do 1º Conjunto, o qual estabeleceu atribuição para seis diferentes instituições da segurança pública. Importa observar também que as iniciativas transversais estão separadas por uma linha hachurada, no intuito de facilitar a visualização, como demonstrado no **Quadro 39**.

“Fomento e garantia da liberdade de expressão dando oportunidade para todas as vozes presentes.”

Quadro 39 – Iniciativas Transversais – Conjunto 1

INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 1 (ATRIBUÍDAS A 6 ÓRGÃOS)					
ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
Iniciativa Transversal 1	1	5.12	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	5. Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)	
	2	10.4	Formação e capacitação continuada dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	10. Crimes contra a mulher	
	3	19.9	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	
	4	30.7	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	30. Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública	
Iniciativa Transversal 2	5	1.6	Integração dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01	
	6	4.5	Integração e cooperação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	4. Desaparecimento de pessoas	
	7	18.5	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	18. Manifestações e eventos particulares em espaços públicos	
	8	27.10	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	27. Atuação integrada	
Iniciativa Transversal 3	9	1.7	Atualização e divulgação da carta de serviços dos órgãos da Segurança Pública em linguagem acessível e compreensível a todas as pessoas.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01	
	10	19.13	Atualização e divulgação da carta de serviços dos órgãos da Segurança Pública.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	
	11	20.7	Divulgação, de forma ampla e simplificada, das cartas de serviço dos diversos órgãos, incluindo as formas de acesso ao atendimento emergencial.	20. Atendimento emergencial	

INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 1 (ATRIBUÍDAS A 6 ÓRGÃOS)					ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	
Iniciativa Transversal 4	12	18.4	Desenvolvimento de projetos e ações voltados à aproximação dos órgãos de segurança pública.	18. Manifestações e eventos particulares em espaços públicos	      
	13	27.11	Desenvolvimento de projetos e ações voltados à aproximação dos órgãos de segurança pública.	27. Atuação integrada	      
Iniciativa Transversal 5	14	19.8	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento dos serviços administrativos, técnicos e burocráticos voltados ao público.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	      
	15	23.8	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento dos serviços administrativos, técnicos e burocráticos voltados ao público.	23. Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros	      
Iniciativa Transversal 6	16	30.2	Incentivo à produção de conhecimento técnico-científico e à pesquisa na área de Segurança Pública para a sociedade civil.	30. Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública	      
	17	30.19	Incentivo à produção de conhecimento técnico-científico e à pesquisa na área de segurança pública.	30. Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública	      
Iniciativa Transversal 7	18	19.10	Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	    
	19	28.6	Ampliação da disponibilização dos dados abertos nos sites dos órgãos públicos de segurança de forma a promover a transparência pública.	28. Governança ("ESG"), transparência e imagem da segurança pública	
Iniciativa Transversal 8	20	8.11	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF.	8. Ordem pública e tranquilidade	
	21	27.8	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF.	27. Atuação integrada	

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

As 21 primeiras iniciativas geraram 8 iniciativas transversais, sendo algumas destas integradas por iniciativas que pertencem a 4 temas distintos, o que reforça a perspectiva transversal de determinadas atividades discutidas ao longo da Conferência.

Na sequência, é apresentado o **Quadro 40**, com o 2º conjunto de iniciativas, a qual estabeleceu atribuição para cinco diferentes órgãos da segurança pública, considerando a iniciativa transversal.

Quadro 40 – Iniciativas Transversais – Conjunto 2

INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 2 (ATRIBUÍDAS A 5 ÓRGÃOS)					ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	
Iniciativa Transversal 9	22	5.15	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.	5. Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)	      
	23	11.6	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos das Forças de Segurança.	10. Crimes contra a mulher	      
	24	11.6	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.	11. Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	      
	25	13.9	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.	13. Organizações Criminosas	      
	26	27.5	Ampliação e atualização dos protocolos de operações integradas das forças de segurança.	27. Atuação integrada	      
Iniciativa Transversal 10	27	1.10	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01	  
	28	2.8	Sensibilização e conscientização da sociedade sobre a importância de seu papel na promoção da segurança pública.	2. Prevenção criminal e vulneráveis 02	
	29	3.20	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.	3. Segurança e educação	
	30	8.10	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.	8. Ordem pública e tranquilidade	
	31	26.12	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.	26. Participação da sociedade na segurança pública	

INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 2 (ATRIBUÍDAS A 5 ÓRGÃOS)					
ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
Iniciativa Transversal 11	32	12.8	Implantação do Boletim Unificado de Ocorrência.	12. Crimes Contra o Patrimônio (CCP)	
	33	16.1	Implantação do registro de ocorrência integrado desde o início do atendimento pelas forças de segurança (PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN, PRF, Polícia Penal).	16. Subnotificação Investigação Criminal	
	34	20.8	Implantação do registro de ocorrência integrado.	20. Atendimento emergencial	
	35	27.1	Implantação do registro de ocorrência integrado.	27. Atuação integrada	
Iniciativa Transversal 12	36	1.8	Elaboração de Banco Distrital de Boas Práticas e Políticas de Prevenção da Segurança Pública	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01	
	37	3.19	Estruturação do Banco Distrital de Práticas de Prevenção da Segurança Pública - BIDI-PRESP.	3. Segurança e educação	
	38	30.23	Desenvolvimento de banco de boas práticas.	30. Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública	
Iniciativa Transversal 13	39	2.6	Desenvolvimento de programas e ações de prevenção criminal pelo design de ambientes.	2. Prevenção criminal e vulneráveis 02	
	40	5.3	Regulamentação das governanças para a efetividade da CPTED (Prevenção do crime por meio do Design Ambiental)	5. Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)	
	41	12.7	Ampliação de prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED).	12. Crimes Contra o Patrimônio (CCP)	
Iniciativa Transversal 14	42	5.13	Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão.	5. Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)	
	43	26.10	Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão.	26. Participação da sociedade na segurança pública	

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

As 22 iniciativas do 2º conjunto geraram 6 iniciativas transversais, as quais são compostas por uma variedade de cinco a duas iniciativas idênticas ou semelhantes. Importa reforçar que a atribuição organizacional para cinco órgãos é estabelecida pela iniciativa transversal, ou seja, se apenas uma das iniciativas in-

tegrantes da iniciativa transversal for atribuída a cinco órgãos, mesmo que a(s) outra(s) não seja(m), a iniciativa transversal é considerada como de responsabilidade de cinco instituições.

O 3º conjunto de iniciativas, com responsabilidades para quatro órgãos, é apresentado no **Quadro 41**.

Quadro 41 – Iniciativas Transversais – Conjunto 3

INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 3 (ATRIBUÍDAS A 4 ÓRGÃOS)					
ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
Iniciativa Transversal 15	44	6.4	Reconhecimento de locais seguros (comércio e afins) pelas forças de segurança para acolhimento de pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade, principalmente mulheres, crianças e idosos.	6. Pessoas em Situação de Rua	
	45	8.7	Reconhecimento, pelas forças de segurança, de locais seguros (comércio, igrejas e afins) para acolhimento de pessoas em situação de risco à vida ou vulnerabilidade, principalmente mulheres, crianças e idosos.	8. Ordem pública e tranquilidade	
Iniciativa Transversal 16	46	1.9	Desenvolvimento de ações articuladas entre setores com vistas à redução do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01	
	47	19.1	Criação de projetos sociais para crianças e adolescentes voltados para esporte e cultura como forma de inclusão social.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

As quatro iniciativas foram agregadas em duas iniciativas transversais, compostas por duas iniciativas cada. Importa destacar que, como algumas iniciativas são semelhantes, mas não idênticas – a exemplo das iniciativas 1.9 e 19.1 –, é possível que uma iniciativa transversal seja composta por iniciativas com atribuições organizacionais dirigidas a diferentes instituições, ainda que algumas delas sejam coincidentes.

Ademais, a classificação das iniciativas neste conjunto (atribuídas a 4 órgãos) faz remissão à iniciativa com maior quantidade de órgãos com atribuições na iniciativa transversal.

Na sequência, apresenta-se o **Quadro 42**, com o 4º conjunto de iniciativas, a qual atribuiu responsabilidades a três diferentes instituições de segurança pública, considerando a composição da iniciativa transversal.

Quadro 42 – Iniciativas Transversais – Conjunto 4

INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 4 (ATRIBUÍDAS A 3 ÓRGÃOS)				
ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA
Iniciativa Transversal 17	48	1.5	Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às crianças, aos adolescentes, às pessoas com deficiência (PcD) e outros grupos relacionados vulneráveis vítimas de violência.	1. Prevenção criminal e vulneráveis 01
	49	10.3	Estruturação, ampliação e fortalecimento de espaços humanizados para a qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	10. Crimes contra a mulher
	50	19.12	Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública
	51	8.2	Ampliação e mais rigidez fiscal dos órgãos de trânsito em veículos com som perturbando o sossego público e motociclistas com escapamentos alterados.	8. Ordem pública e tranquilidade
Iniciativa Transversal 18	52	8.5	Articulação para proposição de atualização da legislação referente ao combate à poluição sonora no CTB.	8. Ordem pública e tranquilidade
Iniciativa Transversal 19	53	16.2	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro, aos crimes patrimoniais, aos crimes contra a dignidade sexual e aqueles praticados contra as mulheres.	16. Subnotificação Investigação Criminal
	54	26.9	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro.	26. Participação da sociedade na segurança pública

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.



As 11 iniciativas do 4º conjunto geraram 5 iniciativas transversais, as quais são compostas por uma variedade de três a duas iniciativas idênticas ou semelhantes. Importa reforçar que a atribuição organizacional para três órgãos é estabelecida pela iniciativa transversal, ou seja, se apenas uma das iniciativas integrantes da iniciativa transversal for atribuída a três órgãos, mesmo que a outra não seja – a exemplo da iniciativa transversal 18, composta pelas iniciativas 8.2 e 8.5 –, a iniciativa transversal é considerada como de responsabilidade de três instituições.

O 5º conjunto de iniciativas, com responsabilidades para dois órgãos, é apresentado no **Quadro 43**.

Quadro 43 – Iniciativas Transversais – Conjunto 5
INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 5
(ATRIBUÍDAS A 2 ÓRGÃOS)

ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
Iniciativa Transversal 22	59	19.14	Otimização do processo de aprovação de projetos de instalação contra incêndio e pânico.	19. Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública	ESP, PM, PC, COM, DT, SEAP, OC
	60	23.7	Otimização do processo de aprovação de projetos de instalação contra incêndio e pânico.	23. Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros	ESP, PM, PC, COM, DT, SEAP, OC

Fonte: Dados da 1ª Confedissp.



As duas iniciativas foram agregadas na Iniciativa Transversal 22, sob responsabilidade da SSP/DF e do CBMDF. A exemplo de outras várias iniciativas, observa-se que as iniciativas 19.14 e 23.7 são idênticas.

Em complemento, é apresentado o **Quadro 44**, com o 6º conjunto de iniciativas, a qual estabeleceu atribuição para apenas uma instituição de segurança pública, considerada a iniciativa transversal

Quadro 44 – Iniciativas Transversais – Conjunto 6
INICIATIVAS TRANSVERSAIS – CONJUNTO 6
(ATRIBUÍDAS A 1 ÓRGÃO)

ID.	NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	TEMA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
Iniciativa Transversal 23	61	13.6	Aprimoramento e efetivação dos controles de presos mais perigosos.	13. Organizações Criminosas	ESP, PM, PC, COM, DT, SEAP, OC
	62	17.9	Aprimoramento e efetivação dos controles de presos mais perigosos.	17. Sistema prisional	ESP, PM, PC, COM, DT, SEAP, OC
Iniciativa Transversal 24	63	5.14	Estruturação de áreas de segurança prioritárias – ASP.	5. Ambiente do crime e sensação de segurança (medo do crime)	ESP, PM, PC, COM, DT, SEAP, OC
	64	12.12	Estruturação de áreas de segurança prioritárias – ASP.	12. Crimes Contra o Patrimônio (CCP)	ESP, PM, PC, COM, DT, SEAP, OC

Fonte: Dados da 1ª Confedissp.

As 4 iniciativas do último conjunto geraram 2 iniciativas transversais, com duas iniciativas idênticas cada. A iniciativa transversal 23 foi atribuída à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAPE), ao passo que a iniciativa transversal 24, à SSP/DF.

Assim, verifica-se que a 1ª Confedissp alcançou, como resultados, não apenas a definição de metas parametrizadas por priorização (quantidade de votos), também viabilizou a construção de iniciativas transversais em relação às metas, reforçando o caráter complexo e multifacetado das atividades e ações atinentes à segurança pública.



3.4. Agrupamento das Iniciativas por Área de Negócio

Além das 64 iniciativas estabelecidas no tópico anterior – agregadas em iniciativas transversais, por serem idênticas ou semelhantes – as outras 291 iniciativas geradas na Etapa Distrital foram segmentadas por áreas de negócios. Foram delimitadas onze categorias, da maneira seguinte:

- 01 capacitação;
- 02 comunicação e participação social;
- 03 finanças;
- 04 gestão;
- 05 legislação;
- 06 políticas e planos;
- 07 processos, protocolos e procedimentos;
- 08 produção de conhecimento em segurança pública;
- 09 Qualidade de Vida no Trabalho – QVT;
- 10 Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 11 órgãos não integrantes da segurança pública.

No quadro a seguir, apresentam-se as iniciativas relacionadas, direta ou indiretamente, à capacitação, considerando os impactos de cada atividade nessa área de negócios, bem como a indicação das instituições de segurança pública responsáveis por sua execução.



Quadro 45 – Iniciativas relacionadas à Capacitação

INICIATIVAS RELACIONADAS À CAPACITAÇÃO					ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO		
1	1.1	Integração dos profissionais de segurança pública por meio da capacitação presencial, no mesmo espaço físico, nas fases de formação, especialização e extensão, em matérias voltadas ao acolhimento adequado às crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis vítimas de crimes.	54		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
2	2.3	Capacitação permanente dos profissionais de segurança pública para atendimento especializado a pessoas LGBTQIAP+, negros, quilombolas e indígenas, bem como o respeito à diversidade religiosa, especialmente aquelas de matriz africana.	33		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
3	3.4	Capacitação de professores, gestores e militares em mediação de conflitos e cultura de paz.	35		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
4	3.8	Realização de seminários semestrais sobre segurança escolar.	7		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
5	3.9	Realização de palestras às comunidades sobre como prevenir a violência por meio dos CONSEGs – Conselhos de Segurança de cada R.A.	6		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
6	3.10	Implementação de um sistema de aulas virtuais, específicas para cada nível escolar dos internos, bem como cursos técnicos à distância, conforme a evolução do aprendizado.	5		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
7	5.121	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	20		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
8	10.41	Formação e capacitação continuada dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	20		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
9	14.5	Capacitação dos agentes públicos de segurança pública e dos IOAs acerca da doutrina de inteligência.	10		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE
10	15.6	Intensificação da capacitação técnico-profissional, com subsídios e incentivos à formação continuada.	4		SSP, PM, PC, CNU, DT, GEPIS, DE

“A interação com membros de segurança pública permitiu identificar o empenho e dedicação de cada área que atende o público. Quero participar novamente. Obrigada.”

INICIATIVAS RELACIONADAS À CAPACITAÇÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
11	19.91	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	2	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
12	21.1	Formação e capacitação continuada das equipes de investigação especializadas no combate aos crimes cibernéticos.	53	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
13	21.6	Realização de capacitação continuada dos servidores públicos, especialmente os da Segurança Pública, no combate aos crimes cibernéticos.	13	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
14	23.4	Capacitação da população, por meio do CBMDF, a fim de reconhecer e minimizar os riscos específicos da edificação e da área de atuação.	13	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
15	24.5	Capacitação, preparação e instrumentalização dos produtores rurais para combater incêndios florestais.	19	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
16	24.7	Fomento de programas de educação voltados à correta destinação de resíduos como forma de prevenir a degradação dos mananciais, danos à fauna e à biodiversidade.	12	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
17	24.9	Capacitação dos servidores que atuam na temática ambiental, através de instrumentos de cooperação entre os órgãos do sistema de proteção ambiental e sistema de segurança pública.	5	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
18	26.6	Realização de treinamentos conjuntos e constantes com as forças de segurança.	8	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
19	28.1	Estabelecimento de programa de capacitação em gestão e liderança.	21	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
20	30.5	Capacitação em políticas inclusivas nos cursos de formação dos profissionais de segurança pública.	19	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
21	30.7 ¹	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	11	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
22	30.8	Implementação da política de ensino das forças de segurança para garantir a capacitação continuada com a geração de conhecimento científico, promovendo o crescimento pessoal e profissional com o objetivo de prestar um serviço de qualidade para a população.	9	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE

INICIATIVAS RELACIONADAS À CAPACITAÇÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
23	30.11	Capacitação permanente de gestores.	6	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
24	30.12	Gestão do conhecimento corporativo com vistas à disponibilização de dados e acervo de conhecimento cientificamente produzido no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.	5	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
25	30.13	Promoção de capacitações ou trilhas para ocupação de funções, em especial as estratégicas e táticas, com foco na gestão por competências.	5	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
26	30.14	Instrução à sociedade civil sobre conhecimento nos serviços de segurança pública e seus fluxos.	3	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
27	30.22	Intensificação de capacitação técnico-profissional.	1	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE
28	30.24	Inserção de estágios ou palestras com instituições do terceiro setor nos cursos de formação das forças de segurança, promovendo a integração com a comunidade.	1	SSP, PM, PC, CDM, DT, CSAP, OE

Nota: ¹As Iniciativas 5.12, 10.4, 19.9 e 30.7 integram a Iniciativa Transversal 1, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

Um total de 28 iniciativas de capacitação foram identificadas, estabelecidas a partir de 14 diferentes temas, com destaque para o tema 30 (Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública), que apresentou 9 iniciativas, para o tema 3 (Segurança e educação), com 4 iniciativas, e para o tema 24 (Segurança e Meio ambiente), com 3 iniciativas.

A 2ª área de negócios, comunicação e participação social, conta com iniciativas diversas relacionadas à área de negócios mencionada, conforme demonstra o **Quadro 46**.



“Parabéns pela inovação em conectar áreas, saberes e perspectivas nessa construção. Um olhar multifacetado é o caminho para uma segurança pública integral e ressignificada.”

Quadro 46 – Iniciativas relacionadas à Comunicação e Participação Social

INICIATIVAS RELACIONADAS À COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	1.101	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.	3	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
2	2.81	Sensibilização e conscientização da sociedade sobre a importância de seu papel na promoção da segurança pública.	3	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
3	3.201	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.	0	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
4	4.3	Promoção de Conscientização e Divulgação, realizando campanhas educativas e preventivas para sensibilizar a sociedade sobre o desaparecimento de pessoas, ampliando a visibilidade por meio de mídias tradicionais e digitais, garantindo o envolvimento social nas buscas e prevenções.	29	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
5	8.4	Conscientização da sociedade, por meio de seminários em reuniões dos Conselhos, sobre a atuação das forças de segurança, evidenciando as atribuições de cada corporação.	19	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
6	8.6	Implementação de campanhas para a conscientização junto à comunidade para a conservação da ordem pública, tranquilidade especialmente sobre som alto, briga de vizinhos, ataque de cães e ocorrências relacionadas.	9	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
7	8.101	Conscientização sobre o papel da sociedade na segurança pública.	0	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
8	9.12	Implementação de campanhas educacionais para conscientização da população, inclusive nas escolas, sobre a importância da ocupação ordenada do solo e da preservação ambiental.	5	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
9	12.10	Divulgação pelas forças de segurança pública do Programa Celular Seguro do Governo Federal.	4	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
10	19.3	Criação de campanhas publicitárias do serviço de Ouvidoria com destaque para a segurança e facilidade que o sistema proporciona.	15	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
11	21.4	Promoção de campanhas nas escolas e instituições de ensino sobre os riscos dos crimes cibernéticos	18	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE
12	21.7	Promoção de campanhas publicitárias com vídeos educativos, informando os riscos do mundo digital em diversas plataformas como televisão, internet, entre outras, especialmente no que tange aos crimes financeiros e à exposição de dados pessoais.	10	SSP, PM, PC, CRM, DT, SEAP, OE

As 17 iniciativas desta área de negócios se dividiram em 13 temas, com destaque para o tema 8 (Ordem pública e tranquilidade), com 3 iniciativas, além dos temas 21 (Crimes cibernéticos) e 22 (Defesa Civil), cada um com 2 iniciativas. Ademais, é uma área de negócios voltada a divulgações diversas de interesse da segurança pública e da realização de conscientização para questões de relevo.

Fonte: Dados da 1ª Conferência.
Nota: As iniciativas 1.10, 2.8, 3.20, 8.10 e 26.12 integram a Iniciativa Transversal 10, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3.

A próxima área, de negócios e finanças, trata de questões orçamentárias, abarcando desde questões sobre incentivos remuneratórios, até o estabelecimento de rubricas e de critérios orçamentários (Quadro 47).



Quadro 47 – Iniciativas relacionadas às Finanças

INICIATIVAS RELACIONADAS ÀS FINANÇAS				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	5.7	Criação do fundo emergencial para atendimento de situações emergenciais da SSP, com indicação das prioridades feita pelos Conselhos.	12	
2	6.5	Contribuição para a vinculação orçamentária ao IPE-DF para a realização bianual do censo por rua DF, conforme Decreto do GDF.	7	
3	14.3	Garantia da regularidade orçamentária para atividade de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.	19	
4	25.12	Criação de fundo distrital para financiamento e ampliação de campanhas educativas de órgãos de trânsito com atuação no Distrito Federal.	3	
5	26.1	Implantação de aporte financeiro aos membros do Conselho, garantindo recursos para o cumprimento de suas funções.	54	
6	26.3	Viabilização de verba específica ou destinação de incentivos fiscais para a promoção de ampla divulgação pública dos Conselhos.	19	
7	30.3	Criação de incentivos remuneratórios para docência e a instrutória.	38	
8	30.4	Garantia de rubrica orçamentária voltada a ações de capacitação e produção de conhecimento em segurança pública nos órgãos de segurança pública.	33	
9	30.10	Criação de incentivos à qualificação acadêmica vinculada à progressão funcional.	7	
10	30.16	Remuneração de pesquisadores e fomento ao pagamento das atividades de capacitação e produção de conhecimento.	3	
11	31.4	Garantia de rubrica orçamentária voltada para ações de QVT nos órgãos de Segurança Pública.	19	
12	31.5	Incentivo orçamentário à atividade física e eventos desportivos para servidores.	14	
13	32.2	Garantia da recomposição dos quadros de pessoal.	55	
14	Intertermas	Estabelecimento de percentuais mínimos, em 13%, dos recursos do Fundo Constitucional do DF para cada uma das forças de segurança e máximo de 50% para saúde e educação, para garantir a modernização dos órgãos.	99	

Fonte: Dados de 1ª Confidisp.

As 14 iniciativas desta área de negócios se dividiram em 9 temas – considerando a iniciativa Intertermas como um tema a parte –, com destaque para os temas 30 (Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública), com 4 iniciativas, 26 (Participação da sociedade na segurança pública) e 31 (Qualidade de

vida, valorização e segurança no trabalho - QVT 01), além do Intertermas.

A área de negócios da sequência é a de gestão, sendo a que possui a maior quantidade de iniciativas. O [quadro 48](#) apresenta esta área de negócios.

Quadro 48 – Iniciativas relacionadas à Gestão

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	1.2	Pulverização dos serviços especializados às populações vulneráveis a todo o DF, com atendimento 24 horas, aumentando a disponibilidade e acessibilidade.	46	
2	1.3	Criação de programas profissionalizantes e de qualificação técnica para adolescentes em conflito com a lei, criação/ampliação de parcerias com empresas privadas, com a finalidade de inserção deste grupo vulnerável no ambiente de trabalho e do empreendedorismo.	27	
3	1.5 ¹	Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às crianças, aos adolescentes, às pessoas com deficiência (PcD) e outros grupos relacionados vulneráveis vítimas de violência.	9	
4	1.6 ²	Integração dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	8	
5	1.7 ³	Atualização e divulgação da carta de serviços dos órgãos da Segurança Pública em linguagem acessível e compreensível a todas as pessoas.	6	
6	1.8 ⁴	Elaboração de Banco Distrital de Boas Práticas e Políticas de Prevenção da Segurança Pública	4	
7	1.9 ¹⁵	Desenvolvimento de ações articuladas entre setores com vistas à redução do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência.	4	
8	2.1	Ampliação do funcionamento da DECRIN para 24h - Delegacia de atendimento às pessoas vulneráveis (Idosos, PcD e outras vulnerabilidades).	35	
9	2.4	Implementação de recursos materiais, humanos e ambientes acolhedores que garantam o atendimento qualificado e respeitoso à comunidade LGBTQIAP+, negros, indígenas, quilombolas e outros grupos vulneráveis, promovendo dignidade e acesso equitativo aos serviços de segurança pública.	17	
10	2.6 ¹³	Desenvolvimento de programas e ações de prevenção criminal pelo design de ambientes.	4	
11	2.7	Ampliação dos canais e das estratégias de comunicação para otimizar a divulgação dos serviços e práticas de prevenção da segurança pública – Portal OMNIS.	3	
12	2.9	Estabelecimento de parcerias e fortalecimento do diálogo com instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil para a integração das ações, compartilhamento de recursos e promoção de soluções colaborativas em segurança pública.	3	
13	3.1	Ampliação do atendimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), com aumento da equipe e destinação de recursos.	72	
14	3.2	Ampliação do programa Guardião Escolar do BPesc nas escolas do DF.	61	

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
15	3.3	Fomento das práticas de prevenção nas escolas de forma continuada e ampliação do BPEsc.	51	
16	3.6	Ampliação e Fortalecimento do Projeto de Gestão Compartilhada nas Escolas (Colégio Cívico-Militar do DF)	18	
17	3.7	Integração da comunidade, CONSEGS, instituições, ONGs e associações com outras agências e a SSP.	17	
18	3.11	Difusão de assuntos de prevenção relacionados à violência, especialmente contra a mulher.	3	
19	3.12	Implementação de ações integradas que atendam às demandas de segurança da comunidade escolar.	3	
20	3.15	Aumento da assistência educacional aos custodiados.	2	
21	3.16	Estabelecimento de parcerias estratégicas entre os órgãos de segurança pública e outras instituições.	2	
22	3.17	Fortalecimento da cooperação entre os órgãos de segurança pública do DF, por meio do intercâmbio de informações.	2	
23	3.18	Criação de plano de comunicação de ações e resultados positivos escolares.	2	
24	3.19 ⁴	Estruturação do Banco Distrital de Práticas de Prevenção da Segurança Pública - BIDIPRESP.	0	
25	4.1	Instituição da Política Distrital de Enfrentamento ao Desaparecimento de Pessoas com ações coordenadas, integrando diretrizes e fluxos operacionais entre órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil para a prevenção, registro, busca e acompanhamento de casos de desaparecimento, com foco em eficiência e uniformidade.	66	
26	4.4	Implementação de Atendimento Humanizado, oferecendo suporte emocional, psicossocial e jurídico às famílias e pessoas localizadas, em parceria com SEDES, SES, MPDFT e Defensoria Pública, além de fomento de estudos sobre o fenômeno do desaparecimento no DF, visando compreender suas causas e desenvolver estratégias preventivas eficazes.	26	
27	4.5 ²	Integração e cooperação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	•*	
28	5.2	Fortalecimento das políticas públicas para a população em situação de rua.	32	
29	5.3 ¹³	Regulamentação das governanças para a efetividade da CPTED (Prevenção do crime por meio do Design Ambiental)	30	
30	5.5	Aperfeiçoamento do programa de redução das desordens físicas e sociais.	16	

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
31	5.6	Implementação de um cronograma anual de atividades, com apoio do Consseg, conscientizando a sociedade sobre o seu papel na segurança pública, para revitalizar espaços públicos propícios a serem ambientes de crimes, com a destinação de um percentual de emendas parlamentares.	12	
32	5.9	Intensificação da retirada de circulação dos infratores contumazes, dos veículos com valores elevados de débitos e abandonados.	8	
33	5.10	Fortalecimento da imagem e propagação das ações positivas na área da segurança pública.	3	
34	5.11	Criação de indicadores de sensação de segurança por RISP, AISP e microrregião por meio de pesquisa de vitimização.	2	
35	5.13 ⁵	Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão.	2	
36	5.14 ⁶	Estruturação de áreas de segurança prioritárias – ASP.	2	
37	6.1	Qualificação do atendimento à população em situação de rua, integrado aos diversos órgãos de proteção social.	45	
38	6.2	Priorização de emissão de documentação civil de pessoas em situação de rua.	40	
39	6.3	Articulação com a SEJUS por meio do CONEN/DF com foco no atendimento às pessoas com dependência química.	29	
40	6.4 ⁷	Reconhecimento de locais seguros (comércios e afins) pelas forças de segurança para acolhimento de pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade, principalmente mulheres, crianças e idosos.	12	
41	6.8	Inclusão de representantes das Instituições de Segurança Pública (ISP) (PM, PC, CBM e DETRAN) e dos Conselhos Comunitários com assentos no CIAMP (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento).	4	
42	6.10	Aproximação dos órgãos de segurança pública das assembleias comunitárias dos CPOPS com o objetivo de pensar e aprimorar ofertas do serviço no formato de cooperação técnica.	1	
43	7.1	Criação de delegacias rurais, grupamentos dos bombeiros e ampliação do Batalhão Rural, fortalecendo as forças de segurança e ampliando o atendimento à população rural.	55	
44	7.2	Criação de novos Conslegs para atender a todas as áreas rurais do Distrito Federal.	21	
45	7.4	Criação de banco de dados nacional de infratores de crimes ambientais.	19	

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO			
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
46	7.6	Implementação de programas de integração entre os órgãos de segurança, entidades governamentais, Sociedade Civil, Ministério Público e Poder Judiciário para viabilizar a adoção de ações imediatas no combate às infrações penais e administrativas nas áreas rurais.	
47	8.1	Implementação de programas de integração entre os órgãos de segurança, entidades governamentais, Sociedade Civil, Ministério Público e Poder Judiciário para viabilizar a adoção de ações imediatas no combate às infrações penais e administrativas nas áreas rurais.	
48	8.2 ¹⁴	Ampliação e mais rigidez fiscal dos órgãos de trânsito em veículos com som perturbando o sossego público e motociclistas com escapamentos alterados.	
49	8.7 ⁷	Reconhecimento, pelas forças de segurança, de locais seguros (comércios, igrejas e afins) para acolhimento de pessoas em situação de risco à vida ou vulnerabilidade, principalmente mulheres, crianças e idosos.	
50	8.8	Ampliação da sensação de segurança, implementando ações que viabilizem a capacitação dos atores envolvidos na segurança, por meio de instrução, aumento de efetivos, intensificação de fiscalização, apuração de infrações penais e de atendimentos emergenciais.	
51	8.9	Aperfeiçoamento do programa de redução das desordens físicas e sociais.	
52	8.11 ¹²	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF.	
53	8.12	Consolidação e difusão da atuação com base nas Regiões Integradas de Segurança Pública – RISPs, Áreas de Segurança Pública – ASPPs e implementação das microrregiões.	
54	9.1	Criação de serviço de inteligência para o monitoramento de áreas com indícios de ocupação irregular do solo.	
55	9.2	Fortalecimento da autonomia dos órgãos e entidades de fiscalização, visando a respectiva blindagem política.	
56	9.3	Convênios de acordo de cooperação para dar à PMDF competência de Polícia Administrativa, Batalhão Rural e Ambiental.	
57	9.5	Envolvimento dos produtores rurais no combate inicial a incêndios e na proteção e restauração ambiental.	
58	9.6	Fortalecimento das redes de segurança comunitária rural e urbana, com: 1. aumento de efetivo, principalmente do Cepema. Batalhões rurais e ambientais para atendimento a todo o DF. 2. aperfeiçoamento do Disque Denúncia, com a criação de fluxos específicos para questões relacionadas ao uso e ocupação do solo.	
59	9.8	Instituição de sala de situação específica e permanente para monitoramento, prevenção e combate ao uso e ocupação irregular do solo e questões ambientais e urbanísticas.	

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
60	9.15	Integração da política de segurança pública com outras políticas públicas, como a de habitação ambiental e a de uso e ocupação do solo.	4	
61	10.2	Fortalecimento e ampliação do monitoramento de medidas protetivas de urgência para enfrentamento da violência contra a mulher.	54	
62	10.3¹	Estruturação, ampliação e fortalecimento de espaços humanizados para a qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	24	
63	10.5	Fortalecimento e ampliação dos projetos e programas de reeducação dos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.	20	
64	10.6	Ampliação e fortalecimento do atendimento especializado e divulgação dos canais de denúncia para o enfrentamento da violência contra a mulher.	16	
65	10.7	Promoção e ampliação de campanhas educativas continuadas voltadas à prevenção e ao letramento de gênero na mídia e nos ambientes público e privado.	9	
66	10.8	Criação, ampliação e fortalecimento de programas e projetos direcionados ao envolvimento social para o enfrentamento da violência contra a mulher.	8	
67	10.9	Ampliação e fortalecimento de medidas preventivas para o enfrentamento da violência contra a mulher.	8	
68	10.11	Fortalecimento de Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF.	2	
69	11.5	Inclusão dos demais CVLI na competência da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF.	4	
70	12.4	Criação de uma seção de investigação especializada para crimes contra o patrimônio em área rural na Divisão de Repressão contra Roubos e Furtos (DRF-CORPATRI). (Ação: Fortalecimento do programa “Guardião rural”)	35	
71	12.5	Fortalecimento e ampliação da capacidade de atendimento e investigação da delegacia de crimes cibernéticos no DF.	31	
72	12.6	Fiscalização dos espaços de revenda e manutenção de equipamentos celulares.	23	
73	12.7¹³	Ampliação de prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED).	19	
74	12.9	Implantação e ampliação das redes de comércio e vizinhos protegidos.	7	
75	12.12⁶	Estruturação de áreas de segurança prioritárias – ASP.	0	

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
76	13.1	Reformulação do Sistema de Atendimento Advocatício ao preso facionado.	58	
77	13.2	Contratação de policiais (penais, civis, militares). Capacitação, investimento em inteligência penitenciária, ressocialização (trabalho e estudo) e melhoria de infraestrutura.	52	
78	13.3	Aperfeiçoamento de estrutura de recebimento de denúncias de corrupção e criminalidade organizada, fomentando denúncias de corrupção por servidores públicos e dando autonomia às ouvidorias, garantindo proteção de identidade do reportante.	37	
79	13.5	Estabelecimento de mecanismos de proteção dos agentes do Estado e de testemunhas, garantindo a proteção de seus de dados.	35	
80	13.6*	Aprimoramento e efetivação dos controles de presos mais perigosos.	32	
81	13.7	Criação de sistema centralizado de coleta de dados de inquéritos policiais e outras fontes de fatos criminais para formação de um banco de dados acessível e produção de análise com fim de indicar tendências criminais e políticas públicas.	27	
82	13.8	Estabelecimento no DF de estratégia de controle do crime baseada na Inteligência (Intelligence-Led Police).	10	
83	13.10	Aplicação das determinações da Convenção da ONU para o crime organizado, no que cabe ao DF.	6	
84	13.11	Produção permanente de inquéritos de vitimização buscando a redução de cifras ocultas do crime organizado e da corrupção.	4	
85	14.2	Aproximação do sistema de inteligência de segurança pública do Distrito Federal com a sociedade civil e Consegs.	45	
86	14.6	Fortalecimento do sistema de Segurança Pública do Distrito Federal.	4	
87	15.2	Criação de protocolo nacional integrado de cadeia de custódia de vestígios.	25	
88	15.5	Estabelecimento de programas específicos para atuação conjunta no enfrentamento dos crimes contra o patrimônio.	5	
89	16.2*	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção, à lavagem de dinheiro, aos crimes patrimoniais, aos crimes contra a dignidade sexual e aqueles praticados contra as mulheres.	12	
90	16.3	Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de procedimentos investigativos e periciais, por meio de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial.	11	

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
91	17.1	Fortalecimento do sistema de inteligência da Polícia Penal e integração com os demais sistemas de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.	40	
92	17.2	Fortalecimento das equipes de fiscalização dos custodiados beneficiados com saídas temporárias.	33	
93	17.3	Aumento do envolvimento dos custodiados em atividades laborais	30	
94	17.5	Aquisição e modernização dos equipamentos de segurança e qualificação dos servidores do sistema prisional.	22	
95	17.7	Aumento do envolvimento de custodiados em atividades educacionais.	13	
96	17.8	Construção e reformas de estabelecimentos penais.	9	
97	17.9*	Aprimoramento e efetivação dos controles de presos mais perigosos.	6	
98	17.10	Consolidação de programas voltados aos egressos.	5	
99	17.11	Fortalecimento de parcerias com a Defensoria pública e poder judiciário com o fim de promover o acesso à justiça e redução do encarceramento.	5	
100	17.12	Otimização do atendimento das equipes de saúde no sistema prisional.	4	
101	18.2	Aterção e aplicação de multa (punição) a responsáveis por eventos com som acima do permitido, incluindo o uso de decibelímetros pela PM.	43	
102	18.4 ¹⁰	Desenvolvimento de projetos e ações voltados à aproximação dos órgãos de segurança pública.	4	
103	18.5 ²	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	3	
104	18.6	Fiscalização e colbção da presença de ambulantes sem autorização em eventos.	2	
105	19.1 ¹⁵	Criação de projetos sociais para crianças e adolescentes voltados para esporte e cultura como forma de inclusão social.	39	
106	19.2	Utilização das informações de Ouvidoria para embasar e subsidiar a tomada de decisão.	20	
107	19.7	Implantação do serviço ativo de rediscagem para ligações perdidas nas unidades de resposta imediata.	6	
108	19.8 ¹¹	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento dos serviços administrativos, técnicos e burocráticos voltados ao público.	5	

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO			
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
109	19.11	Compartilhamento de boas práticas de atendimento ao público entre os órgãos da SSP.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
110	19.12 ¹	Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
111	19.13 ³	Atualização e divulgação da carta de serviços dos órgãos da Segurança Pública.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
112	20.5	Ampliação da abertura dos Serviços de Emergência nas áreas rurais.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
113	20.6	Seleção dos atendentes para o Serviço Emergencial, baseado em critérios objetivos do perfil fisiográfico, garantindo a qualificação continuada e o monitoramento constante.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
114	20.7 ³	Divulgação, de forma ampla e simplificada, das cartas de serviço dos diversos órgãos, incluindo as formas de acesso ao atendimento emergencial.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
115	22.1	Intensificação da fiscalização e da repressão às ocupações irregulares, visando prevenir o surgimento de novas áreas de risco de desastres e promover a segurança territorial.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
116	22.2	Fortalecimento da identificação e do mapeamento das áreas de risco no DF, por meio da integração de dados entre órgãos.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
117	22.5	Fortalecimento do quadro de servidores e militares dedicados às ações de defesa civil, promovendo a descentralização e o engajamento comunitário nas cidades (RAs).	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
118	22.6	Fortalecimento da governança do risco de desastre para gerenciar o risco e integração entre instituições.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
119	22.7	Implementação e ampliação da sinalização em áreas de risco de desastres no DF.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
120	22.10	Melhoria na preparação para desastres, a fim de providenciar uma resposta eficaz.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
121	23.3	Implementação de mapeamento das edificações que apresentem risco, a fim de direcionar a campanha de relatório técnico.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
122	23.5	Melhoria da fiscalização dos aceiros nas áreas rurais na época da seca.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
123	23.9 ¹¹	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento dos serviços administrativos, técnicos e burocráticos voltados ao público.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
124	24.4	Estímulo à participação da comunidade para prevenção aos crimes ambientais implementando campanhas e atividades educativas e sustentáveis em parceria com os Conselhos. Condena, escolas e comunidades em geral.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
125	24.6	Fortalecimento do combate aos crimes contra os animais silvestres, exóticos e domésticos.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO			
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
126	24.10	Diminuição do tráfico de animais, de incêndios, de acidentes, do mau uso do solo, dos danos à fauna, à flora e à biodiversidade.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
127	25.1	Implementação do marcador de qualidade “tempo-resposta” nas atividades de sinistro dos órgãos de trânsito que atuam no Distrito Federal.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
128	25.4	Criação de delegacia especializada em crimes de trânsito com capacidade de atendimento itinerante.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
129	25.6	Criação de unidade móvel de flagrantes da polícia civil para o atendimento a crimes de trânsito em operações conjuntas.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
130	25.7	Investimento em infraestrutura, sinalização, iluminação e tecnologia nas vias públicas do DF.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
131	25.11	Enfrentamento de alcoolemia no trânsito com enfoque em teste de etilômetro ou lavratura do termo circunstanciado de embriaguez.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
132	26.4	Aprimoramento da capacidade de resposta dos órgãos públicos para a solução das demandas das comunidades do DF.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
133	26.7	Aprimoramento da atuação nos conselhos de participação social existentes, como Condisp e Conseq.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
134	26.9 ⁹	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
135	26.10 ⁵	Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
136	26.11	Criação e melhoria de parcerias com o setor privado e terceiro setor.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
137	27.2	Inovação e modernização do sistema de inteligência do DF.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
138	27.4	Modernização da estrutura e equipamentos do CIOB.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
139	27.7	Substituição das ASPs por operação nos moldes do quinto mandamento.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
140	27.8 ¹²	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
141	27.9	Ampliação do compartilhamento de dados e informações entre os órgãos de segurança.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
142	27.10 ²	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
143	27.11 ¹⁰	Desenvolvimento de projetos e ações voltados à aproximação dos órgãos de segurança pública.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
144	27.12	Estabelecimento de diretrizes para o compartilhamento de Boas Práticas entre os órgãos de segurança pública.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM
145	28.2	Implementação da gestão de riscos operacionais, táticos e estratégicos.	SSP PM PC DT SEAPRS OC CRM

INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
146	28.3	Melhoria no nível de maturidade do processo de governança.	11	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
147	28.4	Implantação de um modelo de inteligência estratégica.	10	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
148	28.5	Fortalecimento de comitês internos sobre governança, estratégia, conformidade e integridade.	7	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
149	28.7	Estabelecimento de comunicação estratégica para fortalecer a imagem institucional.	6	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
150	28.8	Inclusão e difusão de uma agenda ESG no âmbito das instituições de segurança pública.	6	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
151	28.9	Fortalecimento do monitoramento e da avaliação estratégica, incluindo os tomadores de decisão.	5	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
152	28.11	Institucionalização de uma política de inovação e transformação estratégica.	2	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
153	28.13	Instituição de fórum permanente de discussão e compartilhamento de informações entre as áreas de governança dos órgãos da Segurança Pública.	1	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
154	28.14	Fortalecimento da governança dos dados de segurança pública.	1	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
155	29.13	Fomentar, através de projetos, a utilização de ferramentas de BI.	1	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
156	29.15	Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização.	0	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
157	30.15	Ampliação do acesso aos conselhos e secretarias (educação, inovação, ciência e tecnologia) para os órgãos da Secretaria de Segurança Pública.	3	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
158	30.18	Implementação de metodologias próprias de avaliação de desempenho para o profissional de segurança pública.	2	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
159	30.23*	Desenvolvimento de banco de boas práticas.	1	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
160	30.25	Criação de banco de talentos e repositório de currículos.	0	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
161	31.3	Fortalecimento dos mecanismos de proteção jurídica e valorização dos profissionais de segurança pública.	21	SSP PM PC CDM DT GEAP OE

Nota: *A iniciativa não foi incluída no painel de priorização. / *As iniciativas 16, 4.5, 18.5 e 27.10 integram a Iniciativa Transversal 2, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 1.7, 19.13 e 20.7 integram a Iniciativa Transversal 3, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 1.8, 3.19 e 30.23 integram a Iniciativa Transversal 12, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 5.13 e 26.10 integram a Iniciativa Transversal 14, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 5.14 e 12.12 integram a Iniciativa Transversal 24, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 5.4 e 6.7 integram a Iniciativa Transversal 15, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 18.8 e 23.8 integram a Iniciativa Transversal 5, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 18.9 e 23.8 integram a Iniciativa Transversal 5, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 8.11 e 27.8 integram a Iniciativa Transversal 8, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *As iniciativas 2.6, 5.3 e 12.7 integram a Iniciativa Transversal 13, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3. / *A iniciativa 8.2 integra a Iniciativa Transversal 18 em conjunto com a iniciativa 8.5. Apesar da semelhança, esta última integra a área de negócios "Gestão" (Quadro 48).

Fonte: Dados do 1º Confedisp.

As 161 iniciativas desta área de negócios abar-
caram 30 dos 32 temas estabelecidos nos debates.
Cabe destacar o tema 3 (Segurança e educação), com
12 iniciativas, além dos temas 17 (Sistema prisional)
e 28 (Governança, transparência e imagem da segu-

rança pública), com 10 iniciativas cada, para esta área de
negócios.
Na sequência, são apresentadas as iniciativas
relacionadas à legislação, conforme disposto no **Quadro 49**.

Quadro 49 – Iniciativas relacionadas à Legislação

INICIATIVAS RELACIONADAS À LEGISLAÇÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	3.5	Criação de legislação específica das escolas de gestão compartilhada.	29	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
2	8.3	Articulação com os órgãos competentes para o estabelecimento de normas que amparem os agentes públicos na verificação do cumprimento dos requisitos legais expressos nas declarações de licenças de funcionamento, incluindo a SSP.	28	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
3	8.5 ¹	Articulação para proposição de atualização da legislação referente ao combate à poluição sonora no CTB.	15	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
4	9.14	Articulação com o poder legislativo federal e distrital para reformulação da legislação civil, penal e administrativa para prevenir e colir a grilagem e a ocupação irregular do solo.	4	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
5	14.7	Elaboração dos documentos norteadores da atividade de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.	1	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
6	15.3	Aperfeiçoamento da portaria conjunta de atuação entre PCDF e CBMDF em sinistros de incêndio.	15	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
7	18.1	Proposição de Legislação sobre obrigações, deveres e penalidades aplicadas a organizadores de eventos públicos ou privados e de atos públicos em espaços públicos.	72	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
8	18.3	Proposição de Legislação que padronize horários de funcionamento de bares, restaurantes, distribuidoras e afins.	25	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
9	21.5	Criar uma Câmara Técnica sobre o enfrentamento aos crimes cibernéticos com participação dos órgãos de segurança pública, sociedade civil e outras instituições.	17	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
10	25.3	Regulamentação do serviço de motofrete conforme resolução CON-TRAN 943, incluindo o controle de ruído.	58	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
11	29.4	Criação de uma carreira de tecnologia para atender a todos os órgãos.	18	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
12	32.1	Reestruturação dos planos de carreira.	61	SSP PM PC CDM DT GEAP OE
13	32.3	Criação de quadro próprio de atenção e cuidado à saúde mental dos servidores da segurança pública.	51	SSP PM PC CDM DT GEAP OE

Fonte: Dados do 1º Confedisp.
Nota: *A iniciativa 8.5 integra a iniciativa Transversal 18 em conjunto com a iniciativa 8.2. Apesar da semelhança, esta última integra a área de negócios "Gestão" (Quadro 48).

As iniciativas vinculadas à legislação totalizam 13, e representam 10 áreas temáticas diferentes. São 10 os temas representados nesta área de negócios, todos com apenas uma iniciativa, à exceção dos temas 8, 18 e 32 – respectivamente Ordem Pública e Tranquilidade, Manifestações e eventos particulares em espaços públicos e Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho (QVT 02) –, as quais apresentaram duas iniciativas atinentes à legislação.

A próxima área de negócios é relacionada a políticas e planos. Apesar de sua proximidade do tema gestão, optou-se pelo seu destaque em razão de questões específicas que precisam ser desenvolvidas e planejadas em relação a este tópico. As iniciativas desta área de negócios são apresentadas no **Quadro 50**.

Quadro 50 – Iniciativas relacionadas a Políticas e Planos

INICIATIVAS RELACIONADAS A POLÍTICAS E PLANOS				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	5.4	Fortalecimento das políticas de integração das forças de segurança para melhorar a articulação entre IOAs (instituições, órgãos e agência)	18	
2	7.7	Estabelecimento de política específica para o enfrentamento da criminalidade na área rural.	2	
3	12.11	Estabelecimento de Programas específicos para enfrentamento do CCP.	0	
4	13.4	Fortalecimento da repressão ao tráfico de drogas e ampliação dos programas de prevenção ao uso de drogas, atuando amplamente sobre a demanda.	35	
5	22.8	Implementação da política do Build Back Better (reconstruir melhor) em cenários de desastres.	10	
6	22.11	Atualização periódica de planos de contingência para desastres, incorporando novos cenários de riscos e tecnologias.	3	
7	24.3	Estabelecimento de políticas específicas para enfrentamento da criminalidade ambiental.	23	
8	25.2	Criação de Política Distrital de Segurança Viária.	63	
9	29.11	Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PEDISP, o qual servirá de parâmetro para os demais PEDICTs nos órgãos de segurança pública.	1	
10	29.14	Fortalecimento e parametrização das Políticas de Segurança da Informação dos Órgãos de Segurança Pública.	1	
11	31.12	Fomento a políticas de promoção à saúde física e mental para os servidores das forças de segurança, com o objetivo de aumentar o bem-estar, envolvimento e desempenho sustentável no atendimento das demandas da população do DF.	4	

Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

A área de negócios políticas e planos totalizou 11 iniciativas, representando 9 diferentes temas. A exemplo do que aconteceu em outras áreas de negócios, todas as iniciativas representaram um tema diferente, excetuados os temas 22 (Defesa Civil) e 29 (Modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública), representados por duas iniciativas nesta área de negócios.

Novamente, com alguma proximidade à área de gestão, o Quadro 51 apresenta o conjunto de iniciativas vinculadas a processos, protocolos e procedimentos. Sua segregação daquela classificação se deve à relevância atribuída a aspectos específicos, tais como o estabelecimento de fluxos, o desenvolvimento de protocolos e a padronização de procedimentos.

Quadro 51 – Iniciativas relacionadas a Processos, protocolos e procedimentos

INICIATIVAS RELACIONADAS A PROCESSOS, PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS			
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	1.4	Integração de fluxos de trabalho dos órgãos da segurança pública com os demais equipamentos públicos (ex.: TJDF, MPDFT, CRAS, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, S. Saúde, S. Educação, CREAS)	
2	2.2	Desenvolvimento de protocolos padronizados e fluxos operacionais que garantam abordagens respeitosas, prevenindo violência institucional e revitimização.	
3	2.5	Criação de fluxos de serviços de segurança pública e a da Rede de Apoio e Proteção aos grupos vulneráveis (LGBTQIAP+, em especial pessoas trans, negros, quilombolas, indígenas, idosos, praticantes de religião de matrizes africanas, pessoas com deficiência, entre outros grupos.	
4	3.13	Formulação de protocolo de práticas de prevenção.	
5	5.15 ¹	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.	
6	10.10 ¹	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos das Forças de Segurança.	
7	11.3 ³	Estabelecimento de protocolos específicos para o enfrentamento do CVLL.	
8	11.6 ¹	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.	
9	12.8 ²	Implantação do Boletim Unificado de Ocorrência.	
10	13.9 ¹	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança.	
11	15.7 ³	Atualização e aperfeiçoamento de protocolos específicos para o enfrentamento do CVLL.	
12	16.1 ²	Implantação do registro de ocorrência integrado desde o início do atendimento pelas forças de segurança (PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN, PRF, Polícia Penal).	
13	18.7	Aprimoramento do processo de autorização para manifestações e eventos particulares em espaços públicos para torná-los mais acessível e transparente.	

INICIATIVAS RELACIONADAS A PROCESSOS, PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS				ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL	
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO		
14	19.5	Promoção da excelência e aumento da capacidade operacional priorizando as unidades de resposta imediata, visando a redução do tempo de atendimento de ocorrências.	8	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
15	19.6	Melhoria do tempo médio de resposta de Ouvidoria, atrelada à qualidade e efetividade.	8	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
16	19.14*	Otimização do processo de aprovação de projetos de instalação contra incêndio e pânico.	0	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
17	19.15	Aumento da capacidade operacional para a promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos de gestão.	0	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
18	19.16	Promoção da excelência e aumento da capacidade operacional para a redução do tempo de conclusão de procedimentos investigativos e perícias.	0	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
19	20.8*	Implantação do registro de ocorrência integrado.	1	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
20	22.4	Criação de um sistema integrado de prevenção de riscos e mitigação de eventos e catástrofes no DF.	27	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
21	23.7*	Otimização do processo de aprovação de projetos de instalação contra incêndio e pânico.	4	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
22	25.5	Elaboração de normas e protocolos integrados de registro de sinistros de trânsito e desfazimento de local de sinistro de trânsito.	14	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
23	25.9	Otimização de processos de análise e julgamento das infrações de trânsito que resultam na suspensão ou cassação do direito de dirigir.	6	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
24	25.10	Estabelecimento de fluxo de informação entre os órgãos SNT que atuam no DF para viabilizar a identificação e a fiscalização de condutores infratores contumazes e veículos com valores elevados.	6	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
25	27.12	Implantação do registro de ocorrência integrado.	43	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	

INICIATIVAS RELACIONADAS A PROCESSOS, PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS				ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL	
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO		
26	27.3	Revisão do Modelo de funcionamento do CIOB.	27	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
27	27.5¹	Ampliação e atualização dos protocolos de operações integradas das forças de segurança.	10	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
28	28.10	Implementação do mapeamento, análise, melhoria e redesenho de processos.	5	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
29	28.12	Implantação de modelo de diagnóstico de capacidades para unidades operacionais.	2	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
30	28.15	Implantação de um modelo de priorização de projetos nos órgãos de segurança pública.	0	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	
31	30.1	Incentivo à adoção dos dados gerados nos Conselhos e pela sociedade civil nos processos decisórios da Secretaria de Segurança Pública.	50	SSP PM PC CRM DT SEAP OE	

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

Nota: ¹As iniciativas 5.15, 10.10, 11.6, 13.9 e 27.5 integram a Iniciativa Transversal 9.

²As iniciativas 12.8, 16.1, 20.8 e 27.1, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3.

³As iniciativas 11.3 e 15.7 integram a Iniciativa Transversal 20, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3.

⁴As iniciativas 19.14 e 23.7 integram a Iniciativa Transversal 22, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3.



Um somatório de 31 iniciativas vincula-se aos processos, protocolos e procedimentos, representando 19 diferentes temas. Vale destacar o tema 19 (Atendimento à população nos serviços de Segurança Pública), com 5 iniciativas, e os temas 25 (Segurança viária), 27 (Atuação integrada) e 28 (Governança, transparência e imagem da segurança pública), cada um com 3 iniciativas.

A próxima área de negócios volta-se à produção de conhecimento em segurança pública, considerando a necessidade de aproximação entre a academia e o cenário vivenciado diuturnamente pelas instituições de segurança pública. O **Quadro 52** apresenta as iniciativas relacionadas a este contexto.

Quadro 52 – Iniciativas relacionadas à Produção de conhecimento em Segurança Pública

INICIATIVAS RELACIONADAS À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA			
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	26.13	Realização de estudos e criação de indicadores de segurança e taxa de retorno social.	
2	27.6	Estabelecimento de parcerias com o setor privado, terceiro setor, universidade e outros serviços especializados à segurança pública para desenvolver soluções tecnológicas e estudos sobre gestão e integração.	
3	30.21	Incentivo à produção de conhecimento técnico-científico e à pesquisa na área de Segurança Pública para a sociedade civil.	
4	30.6	Produção de estudos científicos dos cargos de forma a desenvolver a atualização dos perfis fisiográficos e mapas de competências, nos currículos das carreiras de segurança pública de forma a responder os desafios atuais.	
5	30.9	Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública.	
6	30.19¹	Incentivo à produção de conhecimento técnico-científico e à pesquisa na área de segurança pública.	
7	30.20	Estruturação do Banco de Informações Distritais sobre Educação em Segurança Pública - BIDESP.	
8	31.11	Realização de pesquisas científicas e diagnósticas na área de Qualidade de Vida no Trabalho com servidores.	

Nota: ¹As iniciativas 30.2 e 30.19 integram a Iniciativa Transversal 6, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explanado no tópico 3.3.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

Na área de negócios e produção de conhecimento, foram observadas 8 iniciativas, representando quatro temas: participação da sociedade na segurança pública, atuação integrada e qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho (QVT 01), com uma iniciativa cada; e capacitação e produção de conhecimento em segurança pública, com 5 iniciativas.

Na sequência, a área de negócios trata de um assunto vinculado a dois temas presentes na **Confedisp**: Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). O **Quadro 53** disponibiliza essas iniciativas.

Quadro 53 – Iniciativas relacionadas à Qualidade de Vida no Trabalho – QVT

INICIATIVAS RELACIONADAS À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – QVT			
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	17.4	Estabelecimento de programas voltados para a saúde e a qualidade de vida dos servidores do sistema prisional.	
2	30.21	Criação de mecanismos nos cursos e estabelecimentos de ensino para oferecer suporte aos atores do processo de ensino e instrução em saúde física, socioemocional e mental, objetivando aumentar o bem-estar nos cursos.	
3	31.1	Fomento de políticas de saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho para os servidores de segurança pública do DF.	
4	31.2	Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança no ambiente de trabalho.	
5	31.6	Promoção de suporte biopsicossocial e espiritual ao servidor e sua família.	
6	31.7	Inclusão da educação financeira nos cursos de formação e progressão em carreira.	
7	31.8	Promoção de ações visando o desenvolvimento humano do servidor (autoconhecimento, autorresponsabilidade, gestão da emoção, autoestima, amor-próprio, relações sociais e práticas de autocuidado).	
8	31.9	Avaliação permanente das condições de trabalho, da organização e dos processos de trabalho, com vistas à segurança e promoção de saúde do servidor.	
9	31.10	Promoção de convênios e parcerias com estabelecimentos de ensino superior visando o suporte à saúde e segurança do trabalho (Promoção ABT, Psicológico/ Segurança).	
10	32.4	Implantação do serviço de saúde e segurança no trabalho composto por Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Técnico de Segurança do Trabalho.	

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

Como esperado, nesta área de negócios ocorreu uma concentração na área temática de Qualidade de Vida no Trabalho, principalmente a relacionada ao tema 31 (QVT 01), que foi retratado por 7 iniciativas. Ademais, também integraram a área de negócios QVT os temas 17 (Sistema prisional), 30 (capacitação e produção de conhecimento em segurança pública) e 32 (QVT 02), com uma iniciativa de cada.

Por complemento, a última área de negócios relacionada aos órgãos de segurança pública é a de Tecnologia da Informação e Comunicação, com iniciativas de diversos temas distintos, demonstrando a crescente relevância desta área temática. O **Quadro 54** expõe as iniciativas relacionadas.

Quadro 54 – Iniciativas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação

INICIATIVAS RELACIONADAS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	4.2	Fortalecimento da Rede Integrada de Busca e Localização, desenvolvendo um sistema centralizado e interoperável, com cadastro único distrital de pessoas desaparecidas, integração a mecanismos nacionais (SINALID e Amber Alert), instalação de tecnologias como câmeras de reconhecimento facial e articulação intersetorial entre SSP, SEJUS, SEDES, SES e outros parceiros para busca e localização ágeis.	61	
2	5.1	Ampliação do sistema de monitoramento em locais estratégicos.	55	
3	5.8	Modernização da comunicação entre os órgãos públicos por meio de aplicativos/formulários eletrônicos para facilitar a comunicação das demandas.	11	
4	7.5	Identificação de todas as propriedades rurais, com endereçamento digital e mapeamento das vias rurais para facilitar o atendimento das forças de segurança à população.	18	
5	9.7	Realização do mapeamento contínuo, com utilização de IA, nas áreas urbana e rural do DF, para identificar novas ocupações irregulares.	15	
6	9.9	Investimento em equipamentos e tecnologia de segurança em áreas estratégicas para monitoramento, fiscalização e combate ao uso e ocupação irregular do solo.	11	
7	9.13	Integração/inclusão do ONDA com os sistemas OIOB. Sala de situação replicada para o batalhão rural.	4	
8	10.1	Criação de um sistema de informações integradas sobre casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, fornecidas por forças de segurança pública e outras entidades públicas e privadas.	59	
9	11.1	Aprimoramento e efetivação de controles mais rigorosos nas saídas temporárias de presos. (Ação: Monitoramento através de tornozeleira eletrônica em presos do regime semiaberto e que façam jus à saída temporária)	77	
10	11.2	Implantação do sistema de inteligência artificial para identificação de veículos e pessoas envolvidas em CVLI, ampliando a cobertura das câmeras.	61	
11	11.4¹	Fortalecimento da comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de bancos de dados de vestígios, dados periciais e de identificação biométrica.	5	

INICIATIVAS RELACIONADAS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
12	12.1	Ampliação do videomonitoramento inteligente (monitoramento de placas e facial) de pontos estratégicos do DF (áreas urbanas e rurais), com uma central integrada de monitoramento para todas as forças de segurança pública.	60	
13	12.2	Implantação de reconhecimento facial nos sistemas de transporte público.	55	
14	12.3	Criação de sistema de controle e rastreabilidade de peças automotivas proveniente de desmanche (identificação por QR-Code).	39	
15	14.1	Criação de sistema para o compartilhamento de dados e informações entre as agências de inteligência de segurança pública do Distrito Federal.	55	
16	14.4	Ampliação da capacidade de obtenção e tratamento de dados em ambiente cibernético.	12	
17	15.1	Capacitação e investimento em tecnologia para otimização de procedimentos periciais.	46	
18	15.4	Aperfeiçoamento dos sistemas de banco de dados de vestígios, dados periciais e de identificação biométrica.	6	
19	16.4¹	Fortalecer a comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de bancos de dados de vestígios, dados periciais, de identificação, preocupando-se preliminarmente com a necessidade da preservação do local de crime.	1	
20	17.6	Aprimoramento da monitoração eletrônica.	18	
21	17.13	Implementação de tecnologia para identificação e controle dos custodiados e ingressantes das unidades prisionais.	3	
22	19.4	Aprimoramento da inteligência artificial utilizada pela rede de ouvidoria do GDF.	9	
23	19.10²	Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública.	2	
24	20.1	Implementação de novas tecnologias e promoção da qualificação para a redução do tempo de resposta no atendimento emergencial.	60	
25	20.2	Implantação de soluções de interoperabilidade entre os sistemas de Segurança Pública e os demais serviços de Atendimento de Emergência.	48	
26	20.3	Implementação do gerenciamento de trânsito para viaturas de emergência com emprego de recursos tecnológicos e sinalização específica para viaturas de grande porte.	25	
27	20.4	Implementação de soluções de georreferenciamento para as frotas dos órgãos de segurança pública.	9	
28	21.2	Aprimorar o compartilhamento dos bancos de dados entre as instituições públicas, especialmente entre as forças de Segurança Pública.	35	

INICIATIVAS RELACIONADAS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
29	21.3	Aquisição e atualização de equipamentos (hardware) e programas (softwares) utilizados no combate aos crimes cibernéticos.	22	
30	23.2	Criação de um aplicativo de vitória de eventos de pequeno porte.	26	
31	24.8	Promoção de intercâmbio e integração de dados e sistemas relacionados à proteção ambiental com instituições, órgãos e agências do DF, União, Estados e sociedade civil.	9	
32	26.2	Adoção de sistema tecnológico para gestão dos Conselhos, como forma de dar feedback ao cidadão, ampliar o atendimento e proporcionar o registro de ocorrências, sugestões e reclamações, com a produção de indicadores como tempo médio de resposta, índice de satisfação, taxa de resolução e engajamento da comunidade.	26	
33	28.6²	Ampliação da disponibilização dos dados abertos nos sites dos órgãos públicos de segurança de forma a promover a transparência pública.	7	
34	29.1	Emprego de tecnologias de reconhecimento facial e OCR no projeto de videomonitoramento.	44	
35	29.2	Ampliação do videomonitoramento inteligente em pontos estratégicos do DF, considerando não somente a questão da mancha criminal, mas também o estudo do ambiente com ajuda de IA.	39	
36	29.3	Aplicação do conceito de Smart City na estrutura da SSP e do CIOB.	22	
37	29.5	Implantação do georreferenciamento da frota dos órgãos de segurança pública, exceto para frota voltada para investigação e serviço de inteligência.	7	
38	29.6	Estudo e incentivo de Boas Práticas no emprego das IA restritivas, tais como: PredPol, HunchLab, Blue Crush, CompSTAT, para coleta e análise dos dados.	6	
39	29.7	Expansão de obras de estrutura de TIC com priorização de salvaguarda de dados.	3	
40	29.8	Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de TIC de segurança pública.	2	

Nota: ¹As iniciativas 11.4 e 16.4 integram a Iniciativa Transversal 21, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3.
²As iniciativas 19.10 e 28.6 integram a Iniciativa Transversal 21, sendo iniciativas idênticas ou correlatas, conforme explicado no tópico 3.3.

Fonte: Dados da 1ª Confedisp.

“O saldo da Confedisp é extremamente positivo. Iniciativas como esta devem ser enaltecidas, incentivadas e estendidas a outros segmentos da administração pública.”

As iniciativas da área de negócios Tecnologia da Informação e Comunicação totalizam 44, as quais estão distribuídas em 20 temas. Cabe destacar o tema 29 (Modernização e reaparelhamentos dos órgãos de segurança pública), com 10 iniciativas, como o tema mais representado nesta área de negócios, seguido pelo tema 20 (Atendimento emergencial), com 4 iniciativas, e pelos temas 9 (Ordem pública e a ocupação

do espaço), 11 (Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI) e 12 (Crimes Contra o Patrimônio - CCP), com 3 iniciativas cada.

Finalizando as tabelas de áreas de negócios, apresentam-se as iniciativas não vinculadas a órgãos da segurança pública, destinadas a setores e instituições de outras áreas temáticas, conforme mostra o **Quadro 55**.

Quadro 55 – Iniciativas relacionadas a órgãos não integrantes da Segurança Pública

INICIATIVAS RELACIONADAS A ÓRGÃOS NÃO INTEGRANTES DA SEGURANÇA PÚBLICA				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
1	6.6	Acompanhamento do processo de ampliação de vagas de acolhimento e demais serviços das secretarias do GDF.	7	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
2	6.7	Implementação de uma campanha contra a aporofobia.	4	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
3	6.9	Contribuição para a promoção de campanhas de doações às instituições socioassistenciais credenciadas às sedes.	4	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
4	6.11	Composição de grupos de trabalho junto às demais secretarias quando da implementação de novos equipamentos públicos nos territórios do DF.	0	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
5	7.3	Adoção de sistema de comunicação que atenda toda a população rural e adequação do sistema viário para melhorar a mobilidade rural.	20	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
6	9.4	Aperfeiçoamento do geoportal para disponibilização das medidas administrativas aplicadas pelo DF Legal, o IBRAM, ADAS, etc. aos órgãos de fiscalização e ao ministério público.	19	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
7	9.10	Instituição de mecanismos para inclusão de famílias removidas de ocupações irregulares nos programas sociais do governo, respeitando a precedência das listas de programas habitacionais.	9	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
8	9.11	Efetivação das medidas administrativas aplicadas para que as intimações demolidórias, embargos, notificações ambientais e multas sejam cumpridas.	9	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
9	9.16	Efetivação da regularização fundiária para a área rural.	1	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
10	9.17	Implementação de cronograma de ações de zeladoria como carpina, manutenções e outros, mediante definição clara dos órgãos responsáveis.	0	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE

INICIATIVAS RELACIONADAS A ÓRGÃOS NÃO INTEGRANTES DA SEGURANÇA PÚBLICA				
NR.	CÓDIGO	INICIATIVA	PRIORIZAÇÃO	ATRIBUIÇÃO ORGANIZACIONAL
11	23.1	Criação de normas para veículos elétricos, em especial quanto às tomadas de recarga em edificações verticais.	39	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
12	24.1	Estabelecimento de política de destinação de animais domésticos vítimas de maus-tratos e abandono.	34	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
13	24.2	Fortalecimento das instituições de fiscalização e cuidado em unidades de conservação e parques urbanos com o aumento do efetivo, equipamentos e tecnologias.	32	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
14	26.5	Disponibilização de comunicação móvel para o atendimento de áreas rurais e com dificuldade de sinal.	14	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
15	26.8	Estabelecimento de programas nas comunidades para a valorização dos idosos e cuidadores de cada localidade.	5	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE
16	29.12	Aprimoramento da ferramenta de participação social (Participa DF) para as ouvidorias referentes aos órgãos de segurança pública (ação conjunta com a controladoria geral) para que a IA procure informações do microambiente regional do manifestante.	1	SSP, PM, PC, CDM, DT, SEAP, OE

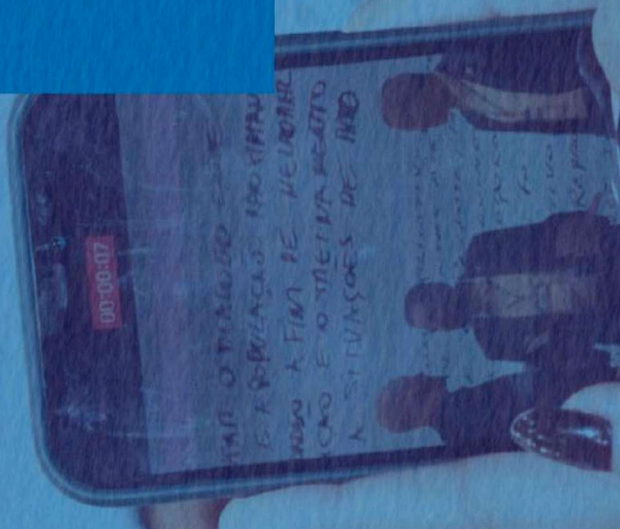
Fonte: Dados de 1ª Confedisp.

As iniciativas desta área de negócio perfazem o total de 16, representando 7 temas diferentes. Os temas de maior destaque para esta área foram o 6 (Pessoas em Situação de Rua) e o 9 (Ordem pública e a ocupação do espaço), com 4 iniciativas cada, reforçando o caráter multifatorial, cujos temas repercutem, direta e indiretamente, na segurança pública.

Importa destacar ainda que foram excluídas duas iniciativas, especificamente as de código 3.14 e 30.26, em razão da falta de clareza em relação às ações decorrentes delas, como também à ausência de vinculação institucional.



APONTAMENTOS FINAIS



APONTAMENTOS FINAIS

A **1ª Conferência Distrital de Segurança Pública (Confedispp)** representa um marco significativo na evolução das políticas de segurança pública no Distrito Federal. Este evento não apenas cumpriu seu papel como um fórum de discussão e proposição de ideias, mas também estabeleceu um novo paradigma de participação social e colaboração intersetorial na formulação de estratégias de segurança. A Confedispp demonstrou, de forma inequívoca, que a segurança pública é uma responsabilidade compartilhada, que requer o engajamento ativo de todos os segmentos da sociedade, desde os profissionais da área até os cidadãos comuns. A diversidade de vozes e perspectivas presentes na conferência enriqueceu o debate e contribuiu para a elaboração de propostas mais abrangentes e alinhadas com as reais necessidades da população do Distrito Federal.

Um aspecto particularmente notável da Confedispp foi a sua capacidade de integrar as diretrizes do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP) e do Programa DF Mais Seguro - Segurança Integral com as demandas emergentes da sociedade. Esta sinergia entre planejamento estratégico e participação social resultou em um conjunto de propostas que não apenas atendem às necessidades imediatas de segurança, mas também estabelecem bases sólidas para políticas de longo prazo. A conferência conseguiu equilibrar de forma eficaz a necessidade de ações imediatas com a visão de futuro, criando um roteiro claro para o aprimoramento contínuo da segurança pública no DF. Além disso, a metodologia participativa adotada na Confedispp serviu como um modelo de como o poder público pode efetivamente engajar a comunidade em processos decisórios complexos, fortalecendo assim a democracia e a cidadania.

A Confedispp também se destacou por sua abordagem integral da segurança pública. Os diálogos e

as propostas apresentadas durante o evento refletiram um entendimento avançado de que a segurança vai além das ações finalísticas das instituições, englobando aspectos como prevenção, educação, saúde mental, tecnologia e desenvolvimento social. Esta visão ampliada da segurança pública abre caminho para políticas mais eficazes e sustentáveis, que abordam não apenas os sintomas, mas também as causas fundamentais da criminalidade e da violência. A ênfase em temas como a integração tecnológica, a valorização dos profissionais de segurança e a promoção de uma cultura de paz demonstra uma maturidade na abordagem dos desafios de segurança, alinhada com as melhores práticas internacionais.

O sucesso da Confedispp não se limita apenas às propostas e recomendações geradas, mas estende-se ao processo em si. A conferência serviu como um importante exercício de construção de convergências entre grupos diversos e, por vezes, com interesses distintos. Este processo de negociação e colaboração é, em si, um resultado valioso, pois fortalece o tecido social e cria canais de comunicação que podem perdurar além do evento. A experiência adquirida na organização e condução da Confedispp representa um ativo importante para futuras iniciativas de participação social, não apenas no âmbito da segurança pública, mas em outras áreas de política pública no Distrito Federal.

Olhando para o futuro, os resultados da Confedispp estabelecem um novo patamar para a gestão da segurança pública no Distrito Federal. As propostas e recomendações emergentes da conferência oferecem um roteiro claro para ações futuras, mas também impõem um desafio significativo para sua implementação efetiva. O verdadeiro teste do sucesso da Confedispp virá na capacidade conjunta da Administração Pública e da sociedade civil de transformar as ideias discutidas em ações concretas. Isso exigirá um compromisso

contínuo com a transparência, a prestação de contas e a colaboração intersetorial. A manutenção do espírito de diálogo e cooperação cultivado durante a conferência será crucial para superar os obstáculos inevitáveis que surgirão no processo de implementação das propostas.

Por fim, a **1ª Confedispp** não deve ser vista como um evento isolado, mas como o início de um processo contínuo de engajamento e aprimoramento das políticas de segurança pública no Distrito Federal. O momento gerado por esta conferência deve ser capitalizado para institucionalizar práticas de participação social e colaboração intersetorial na gestão da segurança pública. Isso pode incluir a realização regular de conferências similares, a criação de fóruns permanentes de diálogo entre autoridades e comunidade e o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação participativa das políticas de segurança.

Ao fazer isso, o Distrito Federal permanece em um contínuo processo de evolução da abordagem estabelecida junto à segurança pública e fortalece as instituições democráticas, promovendo uma sociedade mais justa, segura e participativa.

“Um marco histórico na construção democrática das políticas públicas de segurança do DF.”



REFERÊNCIAS

- ▶ BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNS-PDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 11 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm.
- ▶ CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. Portal DF Legis. Disponível em: <https://dflegis.df.gov.br/index.html>. Brasília: Casa Civil do DF, 2025.
- ▶ CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA [CONDISP]. Resolução nº 02, de 11 de dezembro de 2023. Convoça a I Conferência Distrital de Segurança Pública - Confedisp. Brasília: SINJ-DF, 2023. Disponível em: https://www.sini.df.gov.br/sini/Normal/f93eb73aba149db8f0fd8d06803e5ed/ssp_con-disp_res_02_2023.html.
- ▶ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 36.621, de 21 de julho de 2015. Dispõe sobre as Regiões Integradas de Segurança Pública e as Áreas de Segurança Pública no Território do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: DF Legis, 21 jul. 2015. Disponível em: https://dflegis.df.gov.br/ato.php?co_data=151658&p=decreto-36621-de-21-de-julho-de-2015.
- ▶ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 39.910, de 26 de junho de 2019. Dispõe sobre os Conselhos Comunitários de Segurança no Distrito Federal e dá outras providências. Brasília: DF Legis, 26 jun. 2019. Disponível em: https://dflegis.df.gov.br/ato.php?co_data=17325&p=decreto-39910-de-26-de-junho-de-2019.
- ▶ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 41.858, de 02 de março de 2021. Dispõe sobre a criação do Programa DF Mais Seguro - DF+SEGURO, das Áreas de Segurança Prioritária - ASP, e dá outras providências. Brasília: DF Legis, 02 mar. 2021. Disponível em: https://dflegis.df.gov.br/ato.php?co_data=191566&p=decreto-41858-de-02-de-março-de-2021.
- ▶ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 42.831, de 17 de dezembro de 2021. Aprova o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP), instituído pela Lei Distrital nº 6.456/2019. Brasília: DF Legis, 17 dez. 2021. Disponível em: https://dflegis.df.gov.br/ato.php?co_data=18750&p=decreto-42831-de-17-dezembro-de-2021.
- ▶ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 45.165, de 14 de novembro de 2023. Dispõe sobre o Programa DF Mais Seguro - SEGURANÇA INTEGRAL e dá outras providências. Brasília: DF Legis, 14 nov. 2023. Disponível em: https://dflegis.df.gov.br/ato.php?co_data=57131&p=decreto-45165-de-14-de-novembro-de-2023.
- ▶ DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.430, de 19 de dezembro de 2019. Cria o Conselho Distrital de Segurança Pública - Condisp e dá outras providências. Brasília: DF Legis, 19 dez. 2019. Disponível em: https://dflegis.df.gov.br/ato.php?co_data=773&p=lei-6430-de-19-dezembro-de-2019.
- ▶ DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019. Institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal e dá outras providências. Brasília: DF Legis, 26 dez. 2019. Disponível em: https://dflegis.df.gov.br/ato.php?co_data=570&p=lei-6456-de-26-de-dezembro-de-2019.
- ▶ LIMA, Renato Sérgio; SOUZA, Letícia Godinho; SANTOS, Thandara. A participação social no campo da segurança pública. *Desigualdade & Diversidade - Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11, p. 23-48, 2012.
- ▶ ROMBAUER, Eduardo. *Construção colaborativa e transformação em governo: experiências da Enap*. Brasília: Enap: UNFPA, 2021.
- ▶ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL [SSP/DF]. Portaria nº 42, de 02 de maio de 2024. Cria Grupo de Trabalho para organizar a I Conferência Distrital de Segurança Pública. *Diário Oficial do Distrito Federal*: seção 2, ano 53, n. 85, p. 42, 06 mai. 2024.
- ▶ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL [SSP/DF]. Portaria nº 120, de 19 de novembro de 2024. Aprova o Regimento Interno da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública - Confedisp, convocada por meio da Resolução Condisp nº 02, de 11 de dezembro de 2023. Brasília: SINJ-DF, 2024. Disponível em: https://www.sini.df.gov.br/sini/Normal/31c6fcd8d1e4a37aa93f9e06728e7ba/Portaria_120_19_11_2024.html.
- ▶ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL [SSP/DF]. Portaria nº 121, de 21 de novembro de 2024. Altera o processo de inscrição para a participação da sociedade civil e comunidade acadêmica das instituições de ensino superior durante as Plenárias da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública - Confedisp, regulado pela Portaria SSP/DF nº 117, de 1º de novembro de 2024. *Diário Oficial do Distrito Federal*: seção 2, ano 53, n. 87-A, p. 33-36, 21 nov. 2024.
- ▶ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL [SSP/DF]. *Informações Estatísticas nº. 004/2025 - COOAFESP/SGI*. Processo SEI 000500001263/2025 - GTCONFEDISP/SUBISP. Brasília: SSP/DF, 2025.
- ▶ SOUZA, Letícia Godinho. Segurança pública, participação social e a 1ª Conseg. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 4, n. 7, p. 104-119, 2010.

LIVRO DA CONFEDISP

Integralidade & Participação Social



DETRAN DF



POLÍCIA MILITAR
DISTRITO FEDERAL



